



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Newsletter Alesc - Manhã

03/07/2025

Feijão, milho e mais: para quais alimentos o governo de SC quer zerar o ICMS

Proposta foi apresentada nesta quarta-feira (2) pelo governador Jorginho Mello e precisará ser aprovada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina

VIVIAN LEAL, FLORIANÓPOLIS
02/07/2025 18h44

SEGUIR



WhatsApp



Proposta para isenção do ICMS para alimentos contemplará todos os itens da cesta básica, diz governo do estado – Foto: Divulgação/Secom Itajaí/ND

O governo de Santa Catarina apresentou nesta quarta-feira (2) uma **série de propostas para promover** a isenção do ICMS da cesta básica, que deve passar de 7% para zero a atual alíquota.

O anúncio foi realizado em um encontro na Casa D'Agrônômica, que contou com a presença do governador Jorginho Mello (PL), deputados estaduais e secretários de estado.

O “pacoteço” foi detalhado aos parlamentares catarinenses e será enviado à Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) ainda nesta semana. Dentre os alimentos que terão alíquota zerada, estão o arroz, o feijão e as farinhas de arroz, trigo, milho e mandioca.



‘Pacoteço’ do governo foi apresentado a deputados estaduais nesta quarta-feira (2) – Foto: Roberto Zacarias/SECOM/ND

O que defende o governo?

Conforme informado pelo Executivo, a proposta de isenção do ICMS é parte do compromisso assumido entre o governo do estado e dirigentes dos setores produtivo e supermercadista. A isenção da carga tributária deverá repercutir na queda dos preços desses produtos nas prateleiras, beneficiando diretamente o bolso do consumidor.

“Estamos tirando o imposto para que esses alimentos cheguem mais baratos na mesa dos catarinenses. Esses projetos também valorizam todos aqueles que produzem, investem e geram empregos em Santa Catarina. É o Estado fazendo a sua parte para ajudar a economia a continuar crescendo”, destacou o governador Jorginho Mello (PL) durante o anúncio.



Proposta prevê que arroz e farinha derivada do cereal tenham isenção do ICMS – Foto: Canva/ND

Quais alimentos terão isenção do ICMS?

A proposta zera o único imposto estadual que incide alguns itens da cesta básica. São eles:

- Arroz;
- Feijão;
- Farinha de trigo;
- Farinha de milho;
- Farinha de mandioca;
- Farinha de arroz.

A isenção do ICMS sobre esses itens representa uma renúncia adicional de aproximadamente R\$ 130 milhões.

BRASIL

SANTA CATARINA

SC poderá ter canal anônimo de denúncias de bullying em escolas; entenda

A Alesc aprovou o projeto de lei que cria o programa “SOS Bullying”, voltado à prevenção e combate ao bullying em escolas públicas

DAIANE CAROLINA, CHAPECÓ

02/07/2025 15h33  Atualizada em 02/07/2025 às 15h33

SEGUIR



WhatsApp



SC pode ter canal anônimo de denúncias de bullying em escolas; entenda – Foto: Divulgação/Freeepik/ND

A Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da **Alesc** (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) aprovou nesta quarta-feira (2) o projeto de lei que cria o programa “SOS Bullying”, voltado à prevenção e combate ao bullying em escolas públicas e privadas do estado.

A proposta também estabelece a criação de um canal de denúncias anônimas e diretrizes para atuação diante de casos registrados.

Canal anônimo de denúncias de bullying em escolas

De autoria do deputado Napoleão Bernardes (PSD), o PL 437/2023 propõe a estruturação de um protocolo padrão de combate ao bullying nas instituições de ensino. A ideia é garantir que escolas tenham procedimentos claros e eficazes diante de denúncias, evitando a omissão ou a revitimização de alunos.

Um dos destaques da proposta é o SOS Bullying, um portal digital de denúncias com garantia de sigilo, tanto para vítimas quanto para denunciantes.

O site deve funcionar como ferramenta direta de escuta e encaminhamento, inclusive diante de situações em que os próprios professores e gestores possam estar sendo alvo de intimidação ou **violência** simbólica.

“O SOS Bullying é um instrumento pensado para promover uma atuação sistemática, impessoal e contundente. Em muitos casos, até mesmo os gestores das unidades escolares tornam-se vulneráveis, passando a ser vítimas dos agressores”, justificou o deputado autor da proposta.

O parecer favorável do relator, deputado Carlos Humberto (PL), foi aprovado por unanimidade no colegiado. O texto agora segue para análise na Comissão de Educação e Cultura.



SC pode ter canal anônimo de denúncias de bullying em escolas; entenda – Foto: Divulgação/Freeepik/ND

Semana da Responsabilidade Parental é aprovada

Na mesma reunião, os parlamentares aprovaram também o PL 92/2025, de autoria do deputado Fabiano da Luz (PT), que institui a Semana Estadual da Responsabilidade Parental. A proposta prevê a realização anual de ações de conscientização, debates e seminários na segunda semana de agosto.

O objetivo é chamar atenção para a ausência parental, tanto no aspecto afetivo quanto no registro civil e financeiro. O texto foi relatado pelo deputado Neodi Saretta (PT), que defendeu a proposta com base em dados recentes.

Segundo a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais, cerca de 172,2 mil crianças foram registradas sem o **nome do pai** na certidão de nascimento no Brasil em 2024. Em Santa Catarina, o número foi de 4.695 registros incompletos apenas em 2023.

“É uma forma de conscientizar sobre o reconhecimento e o pertencimento ao núcleo familiar. A proposta quer incentivar a responsabilidade afetiva, financeira e social de pais e mães”, destacou Saretta em seu parecer.



SC pode ter canal anônimo de denúncias de bullying em escolas; entenda – Foto: Divulgação/Freeepik/ND

SANTA CATARINA

EDUCAÇÃO

[Início](#) > [Notícias](#) > [Cidadania](#)

Audiência pública discute violações contra direitos da população em situação de rua em SC

Audiência visa debater denúncias de violações de direitos humanos contra a população em situação de rua em Santa Catarina

JOÃO RIBEIRO, FLORIANÓPOLIS
03/07/2025 07h50

SEGUIR



WhatsApp



População em situação de rua é tema de audiência na Alesc – Foto: Divulgação/Paulo Pinto/Agência Brasil/ND

A população em situação de rua será tema de uma audiência pública na Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina), na tarde desta quinta-feira (3), das 15h às 18h, em Florianópolis. O debate, proposto pelo deputado Marquito (PSOL), tem como foco possíveis violações de direitos humanos em Santa Catarina.

Pela manhã, às 9h30, a Comissão de Direitos Humanos e Família da Alesc irá ouvir representantes da população em situação de rua de todo o estado.

Violação dos direitos humanos

A necessidade da audiência pública surgiu após uma reunião do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), realizada na Alesc em maio deste ano, na qual foram abordadas questões como a **restrição à distribuição de alimentos** para pessoas em situação de rua em Florianópolis, **além de outras denúncias**.

Marquito justifica a audiência com base em relatos recebidos pelo CNAS e outros órgãos de proteção, que apontam violações de direitos sociais dessa população em diversos municípios, especialmente em Florianópolis.

O CNAS é responsável por regulamentar as ações e serviços, tanto públicos quanto privados, na área de assistência social em todo o Brasil.



Marquito (PSOL) propôs audiência após denúncias de violações dos direitos humanos – Foto: Divulgação/PSOL

População em situação de rua é tema da Comissão de Direitos Humanos e Família

Antes da audiência pública à tarde, a Comissão de Direitos Humanos e Família da Alesc promove, às 9h30, uma plenária para ouvir representantes da população em situação de rua de todo o estado.

A Audiência vai contar com representantes do CIAMP-Rua (Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua).

Assim como a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; Conselheiro Pablo Coutinho, do CNJ (Comitê Nacional Justiça); Dra. Luciana Ortiz (CNJ); Movimentos Sociais, Organizações da sociedade civil e autoridades estaduais, nacionais e locais.

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS

POLÍTICA

MARQUITO



Paulo Cesar da Luz

paulo.cesar@ndtv.com.br

Com mais de 20 anos de experiência em comunicação, traz para a coluna uma análise detalhada sobre os movimentos da política nacional e os bastidores do poder.



[Início](#) › [Notícias](#) › [Política](#)

Rodrigo Coelho deixa o Podemos e reforça o MDB

PAULO CESAR DA LUZ
02/07/2025 09h25

SEGUIR



WhatsApp



O ex-deputado federal Rodrigo Coelho confirmou filiação no MDB. O político que hoje integra o Podemos de Joinville, deve assinar a ficha de filiação até o final de julho. O anúncio foi feito nesta terça-feira, após encontro com as principais lideranças do MDB.

Participaram do encontro os deputados estaduais Antídio Lunelli, Dirce Heiderscheidt, Volnei Weber, Tiago Zilli e o vice-presidente da Alesc, Fernando Krelling. Os secretários de estado do Meio Ambiente, Emerson Stein, e de Agricultura, presidente da sigla em Santa Catarina, Carlos Chiodini também marcaram presença na reunião.



Ex-deputado federal, Rodrigo Coelho confirma ida para o MDB – Foto: Divulgação/ND

Rodrigo Coelho chega com tapete vermelho no MDB

A filiação de Rodrigo Coelho ao MDB é interessante não só para Santa Catarina. Mas reforça o grupo político, que pode se destacar, em 2026, na corrida por cadeiras na Câmara dos Deputados.

O ato de assinatura da ficha de filiação deve contar com a presença do presidente nacional do partido, Baleia Rossi, e do líder da bancada emedebista, deputado Isnaldo Bulhões.

O ex-deputado federal disse que se sente em casa no MDB, relembrou a figura do ex-governador, Luiz Henrique da Silveira. Rodrigo tem 45 anos e é experiente na política. Foi vice-prefeito na gestão Udo Dohler entre 2013 e 2016. Foi eleito vereador em seguida, e, em 2018 se elegeu deputado federal

O advogado também é filho de político. O pai de Rodrigo, foi bancário, professor e também ocupou uma cadeira na Câmara Federal. Coelho é filho do ex-deputado do MDB, João Norberto Coelho Neto.

ANTÍDIO LUNELLI

CARLOS CHIODINI

DIRCE HEIDERSCHIEDT

FERNANDO KRELLING

JOINVILLE

PAULO CESAR DA LUZ

SANTA CATARINA

TIAGO ZILLI



Publicidade

julho 3, 2025

Governo encaminha à Alesc projeto de lei para cadastro de pessoas em situação de rua

A intenção é propor ações integradas que envolvam secretarias estaduais e prefeituras



Fonte: Ilustrativa

Publicidade

O Governo de Santa Catarina, encaminhou nesta quarta-feira, 2, para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei que institui o Cadastro Estadual de Pessoas em Situação de Rua, que integra o Programa Além das Ruas.

A intenção é propor ações integradas que envolvam as secretarias de Assistência Social, Mulher e Família, Saúde, Segurança Pública e as prefeituras. A proposta já havia sido apresentada em uma reunião no dia 13 de junho com órgãos como Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Ministério Público, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, além de representantes da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).

“Santa Catarina é um estado de oportunidades e queremos que as pessoas em situação de rua tenham acesso a todas elas. Para isso o primeiro passo é conhecê-las e a partir daí fazer um plano de atendimento individual e um fluxograma de trabalho entre as diversas secretarias, por meio de um protocolo único”, comenta a secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, Adeliana Dal Pont.

O fluxograma prevê que inicialmente é feita a escuta inicial para a construção de vínculo e identificação das necessidades e registro no cadastro por meio de um aplicativo, que contará inclusive com reconhecimento facial e dados que podem ser acessados pelos profissionais envolvidos, com alguns níveis de restrição conforme o serviço. Ele vai criar um histórico de todo o atendimento realizado para a pessoa em situação de rua, independente da cidade onde ela estiver em Santa Catarina.

Depois dessa etapa será feito o encaminhamento mais adequado para cada indivíduo que vai desde de acompanhamento para retomada dos vínculos familiares, internação, inclusão produtiva, promovendo autonomia econômica e reinserção social.

Além do investimento no aplicativo, o Governo do Estado vai dar aporte financeiro para os municípios que quiserem fazer parte do programa e garantir um investimento específico para internações em clínicas e comunidades terapêuticas, reforço das equipes que atendem pessoas em situação de rua nos municípios e ainda capacitação das equipes. “Esse protocolo também leva em conta as particularidades de cada município de acordo com o porte, se é pequeno, médio ou grande”, finaliza.

Fonte: Secom/Governo de SC

ANTERIOR

Lula visitará Cristina Kirchner em prisão domiciliar em Buenos Aires

PRÓXIMO

Diogo Jota, do Liverpool e da Seleção portuguesa, morre aos 28 anos ...

NOTÍCIAS RELACIONADAS

Publicidade



Siga



Navegação

- Quem somos
- Programação
- Equipe
- Política de privacidade
- Cookies do site
- Ouvir

Fale conosco

- (47) 3351-1744
- (47) 99211-1139
- contato@araguaiabrusque.com.br
- Fale conosco

Site seguro





Bancada da Serra busca celeridade a emenda de R\$ 5 milhões para Hospital de Bocaina do Sul

Redação SCemPauta

Notícia

3 de julho de 2025 06:14 Tags: Alesc, bancada da serra, emenda para hospital da seera, Hospital de Bocaina do Sul



Deputados, prefeitos e secretário de Saúde alinham ações para reativação de hospital fechado há mais de uma década (Agência AL)

A destinação de cerca de R\$ 7 milhões em emendas parlamentares para hospitais do Planalto Catarinense foi o tema central da reunião realizada na manhã desta quarta-feira (2), com a participação da Bancada da Serra da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

O encontro foi coordenado pelo deputado Nilso Berlanda (PL) e contou com a presença do secretário de Estado da Saúde, Diogo Demarchi, além dos prefeitos de Bocaina do Sul, João Eduardo Della Justina (Duduca), e de Santa Cecília, Carlos Martins. Também participaram secretários municipais de Saúde e outras lideranças da região.

Foco em dois hospitais

O principal foco da reunião foi o Hospital São José de Bocaina do Sul, que está fechado desde 2014 e recebeu emenda de R\$ 5 milhões da Bancada da Serra para sua reativação. A outra pauta foi o recurso de R\$ 1,78 milhão destinado à Maternidade e Hospital de Santa Cecília, por meio de emenda do deputado Berlanda.

“A Bancada da Serra está unida pela saúde da população do Planalto Catarinense. Queremos sair deste encontro com prazos definidos”, afirmou Berlanda. A manifestação teve o apoio dos deputados Lucas Neves (Podemos) e Marcius Machado (PL), que reforçaram o compromisso com a liberação dos recursos.

Secretaria de Saúde aguarda projeto técnico

O secretário Diogo Demarchi explicou que, para liberar os R\$ 5 milhões destinados ao hospital de Bocaina do Sul, é necessário o envio de um projeto técnico finalizado. “O recurso está carimbado, mas precisamos do projeto concluído para avançar”, declarou.

Sobre a maternidade de Santa Cecília, Demarchi recomendou que a prefeitura envie um ofício detalhado com as necessidades da unidade. Ele destacou a importância de um planejamento adequado para o custeio da estrutura, que atualmente é sustentada com emenda de quase R\$ 2 milhões.

Importância da reabertura do hospital

O Hospital São José, em Bocaina do Sul, foi interditado em 2014 pela Vigilância Sanitária por problemas estruturais e denúncias de maus-tratos. Sua reabertura tem sido uma demanda histórica da comunidade, tanto pela importância na prestação de serviços de saúde quanto pelo impacto na economia local.

Em 2024, foram iniciadas as obras de reforma, impulsionadas pelos R\$ 5 milhões aportados pela Bancada da Serra. O objetivo agora é garantir que os trâmites técnicos sejam concluídos e que a população possa, em breve, contar novamente com os serviços da unidade hospitalar.

[Veja mais postagens desse autor](#)



Governo de SC encaminha à Alesc projeto de lei para cadastro de pessoas em situação de rua

Redação SCemPauta

Notícia

2 de julho de 2025 23:55 Tags: Cadastro estadual de pessoas em situação de rua, População de Rua, Programa Além das ruas



(Foto: Ricardo Wolffbüttel / Arquivo /SECOM)

O Governo de Santa Catarina, encaminhou nesta quarta-feira, 2, para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei que institui o Cadastro Estadual de Pessoas em Situação de Rua, que integra o Programa Além das Ruas.

A intenção é propor ações integradas que envolvam as secretarias de Assistência Social, Mulher e Família, Saúde, Segurança Pública e as prefeituras. A proposta já havia sido apresentada em uma reunião no dia 13 de junho com órgãos como Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Ministério Público, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, além de representantes da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).

“Santa Catarina é um estado de oportunidades e queremos que as pessoas em situação de rua tenham acesso a todas elas. Para isso o primeiro passo é conhecê-las e a partir daí fazer um plano de atendimento individual e um fluxograma de trabalho entre as diversas secretarias, por meio de um protocolo único”, comenta a secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, Adeliana Dal Pont.

O fluxograma prevê que inicialmente é feita a escuta inicial para a construção de vínculo e identificação das necessidades e registro no cadastro por meio de um aplicativo, que contará inclusive com reconhecimento facial e dados que podem ser acessados pelos profissionais envolvidos, com alguns níveis de restrição conforme o serviço. Ele vai criar um histórico de todo o atendimento realizado para a pessoa em situação de rua, independente da cidade onde ela estiver em Santa Catarina.

Depois dessa etapa será feito o encaminhamento mais adequado para cada indivíduo que vai desde de acompanhamento para retomada dos vínculos familiares, internação, inclusão produtiva, promovendo autonomia econômica e reinserção social.

Além do investimento no aplicativo, o Governo do Estado vai dar aporte financeiro para os municípios que quiserem fazer parte do programa e garantir um investimento específico para internações em clínicas e comunidades terapêuticas, reforço das equipes que atendem pessoas em situação de rua nos municípios e ainda capacitação das equipes. “Esse protocolo também leva em conta as particularidades de cada município de acordo com o porte, se é pequeno, médio ou grande”, finaliza.

[Veja mais postagens desse autor](#)



Política

Governo de SC encaminha à Alesc projeto de lei para cadastro de pessoas em situação de rua



por Assessoria 2 de julho de 2025

Compartilhar



Última atualização: 2 de julho de 2025

IMAGEM: Ricardo Wolffenbuttel/Arquivo/Secom



Proposta já havia sido apresentada em uma reunião no dia 13 de junho para órgãos públicos do estado

O Governo de Santa Catarina, encaminhou nesta quarta-feira, 2, para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei que institui o Cadastro Estadual de Pessoas em Situação de Rua, que integra o Programa Além das Ruas.

A intenção é propor ações integradas que envolvam as secretarias de Assistência Social, Mulher e Família, Saúde, Segurança Pública e as prefeituras. A proposta já havia sido apresentada em uma reunião no dia 13 de junho com órgãos como Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Ministério Público, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, além de representantes da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).

“Santa Catarina é um estado de oportunidades e queremos que as pessoas em situação de rua tenham acesso a todas elas. Para isso o primeiro passo é conhecê-las e a partir daí fazer um plano de atendimento individual e um fluxograma de trabalho entre as diversas secretarias, por meio de um protocolo único”, comenta a secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, Adeliara Dal Pont.

O fluxograma prevê que inicialmente é feita a escuta inicial para a construção de vínculo e identificação das necessidades e registro no cadastro por meio de um aplicativo, que contará inclusive com reconhecimento facial e dados que podem ser acessados pelos profissionais envolvidos, com alguns níveis de restrição conforme o serviço. Ele vai criar um histórico de todo o atendimento realizado para a pessoa em situação de rua, independente da cidade onde ela estiver em Santa Catarina.

Depois dessa etapa será feito o encaminhamento mais adequado para cada indivíduo que vai desde o acompanhamento para retomada dos vínculos familiares, internação, inclusão produtiva, promovendo autonomia econômica e reinserção social.

Além do investimento no aplicativo, o Governo do Estado vai dar aporte financeiro para os municípios que quiserem fazer parte do programa e garantir um investimento específico para internações em clínicas e comunidades terapêuticas, reforço das equipes que atendem pessoas em situação de rua nos municípios e ainda capacitação das equipes. “Esse protocolo também leva em conta as particularidades de cada município de acordo com o porte, se é pequeno, médio ou grande”, finaliza.

Compartilhar



Siga-nos



SOBRE O JMAIS
QUEM SOMOS

Institucional

SEJA UM ANUNCIANTE
FALE CONOSCO

TERMOS DE USO
PRIVACIDADE

Desenvolvido e mantido por:





ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Senado Federal CRA vai debater regulamentação e fiscalização do transporte ferroviário de cargas



Desenvolvimento Social / Desenvolviment...

Governo de SC encaminha à Alesc projeto de lei para cadastro de pessoas em situação de rua

Foto: Ricardo Wolffbüttel / Arquivo / SECOMO Governo de Santa Catarina, encaminhou nesta quarta-feira, 2, para a Assembleia Legislativa o Projeto ...

02/07/2025 às 18h33

Por: TVBC / Fonte: Secom SC

Compartilhe:



Foto: Ricardo Wolffbüttel / Arquivo / SECOM

O Governo de Santa Catarina, encaminhou nesta quarta-feira, 2, para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei que institui o Cadastro Estadual de Pessoas em Situação de Rua, que integra o Programa Além das Ruas.

A intenção é propor ações integradas que envolvam as secretarias de Assistência Social, Mulher e Família, Saúde, Segurança Pública e as prefeituras. A proposta já havia sido apresentada em uma reunião no dia 13 de junho com órgãos como Tribunal de

Justiça de Santa Catarina, Ministério Público, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, além de representantes da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).

“Santa Catarina é um estado de oportunidades e queremos que as pessoas em situação de rua tenham acesso a todas elas. Para isso o primeiro passo é conhecê-las e a partir daí fazer um plano de atendimento individual e um fluxograma de trabalho entre as diversas secretarias, por meio de um protocolo único”, comenta a secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, Adeliána Dal Pont.

O fluxograma prevê que inicialmente é feita a escuta inicial para a construção de vínculo e identificação das necessidades e registro no cadastro por meio de um aplicativo, que contará inclusive com reconhecimento facial e dados que podem ser acessados pelos profissionais envolvidos, com alguns níveis de restrição conforme o serviço. Ele vai criar um histórico de todo o atendimento realizado para a pessoa em situação de rua, independente da cidade onde ela estiver em Santa Catarina.

Depois dessa etapa será feito o encaminhamento mais adequado para cada indivíduo que vai desde de acompanhamento para retomada dos vínculos familiares, internação, inclusão produtiva, promovendo autonomia econômica e reinserção social.

Além do investimento no aplicativo, o Governo do Estado vai dar aporte financeiro para os municípios que quiserem fazer parte do programa e garantir um investimento específico para internações em clínicas e comunidades terapêuticas, reforço das equipes que atendem pessoas em situação de rua nos municípios e ainda capacitação das equipes. “Esse protocolo também leva em conta as particularidades de cada município de acordo com o porte, se é pequeno, médio ou grande”, finaliza.

Jornalista Helena Marquardt
Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família.
(48) 3664-0916 e-mail: ascom@sas.sc.gov.br

Editorias

- Agricultura
- Artigos
- Brasil
- BRDE
- Câmara dos Deputados
- Cidades
- Concursos
- Cultura
- Desenvolvimento Social
- [Ver todas](#)

Municípios

- Balneário Camboriú - SC
- Balneário Piçarras - SC
- Blumenau - SC
- Camboriú - SC
- Itajaí - SC
- Itapema - SC
- [Ver todos](#)

Blogs e colunas

- Bastidores da Política
- Esporte local
- Tecnologia e games
- [Ver todos](#)

Links

- Classificados
- Enquetes
- Fale conosco
- Galerias
- Últimas notícias
- Vídeos
- TV Ao Vivo
- Estudios TVBC
- [Ver todos](#)

Construção de escadaria avança no bairro Promorar, em Lages

por **Paulo Chagas** — Julho 2, 2025 in Cidade

0



Melhoria de acessos para pedestres e moradores vem sendo prioridade nesta gestão. Em paralelo às obras, a Prefeitura de Lages anuncia processo licitatório para pavimentação da rua Mauro Rambush Sell, no trecho que faz ligação com a estrutura

Quem passa pelo bairro Promorar já notou a diferença. Para os moradores e moradoras as alterações têm impacto ainda maior. É que o atalho íngreme que ligava as ruas Mauro Rambush Sell e Hildo Della Giustina já está se transformando em uma escadaria completa, atendendo aos padrões de segurança e de acesso às residências da comunidade, incluindo corrimão e iluminação pública.

As obras tiveram início em abril, após a assinatura da ordem de serviço no local, na presença da população, autoridades municipais e da empresa vencedora do processo licitatório. Com área de 119 metros quadrados, a expectativa é que a nova estrutura facilite o dia a dia de muitas crianças, adolescentes e também idosos, que utilizam o caminho diariamente para chegar à Escola de Educação Básica (EEB) Professor Armando Ramos de Carvalho e ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS IV) do bairro, por exemplo.

A novidade é que além das obras em execução, a Prefeitura de Lages também confirmou a pavimentação com lajotas da rua Mauro Rambush Sell, que faz a ligação da parte inferior, ao pé da escadaria, atualmente estrada de chão revestida com pedra brita.

Enquanto a fiscalização das atividades na escadaria ficou sob responsabilidade da Secretaria Municipal do Planejamento Urbano (Seplam), a atribuição do novo trecho ficou a cargo da Secretaria de Obras e Infraestrutura. Serão cerca de 100 metros de extensão, considerados fundamentais para a conclusão das mudanças na região, acrescidos de sistema de drenagem pluvial e rede de saneamento.

O processo licitatório já está em andamento e irá solucionar um impasse antigo. “Era uma obra aguardada há anos, com muitas promessas que nunca se concretizaram. Graças à agilidade da prefeita Carmen Zanotto, foi possível não só tirar o projeto do papel, como ampliar o planejamento inicial. A pavimentação do trecho é igualmente importante para transformar em definitivo as condições precárias que afetavam toda a comunidade”, pontua o secretário de Obras e Infraestrutura, Cleber Machado Arruda.

Para a escadaria, que até então era um caminho improvisado em meio à vegetação de um morro, o investimento aplicado é de R\$ 145 mil, dos quais R\$ 100 mil são oriundos de emenda parlamentar encaminhada pelo deputado estadual Lucas Neves, e R\$ 45 mil com recursos próprios do Município. Já para a pavimentação, o orçamento previsto é de R\$ 200 mil, com valores também oriundos de emendas do parlamentar e do caixa próprio municipal.

Texto: Priscila Dalagnol

Fotos: Fábio Pavan

Tags: [bairro Promorar](#) [Construção de escadaria](#) [Lages](#)



O Portal Infosul não autoriza a reprodução de seus conteúdos em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, independentemente da indicação da fonte. Para solicitar autorização, entre em contato através do e-mail redacao@portalinfosul.com.br ou WhatsApp (48) 9 9940-8603.

Todos os direitos reservados.

Desenvolvido por [Mitweb Agência Digital](#)

Governo de SC zera imposto sobre alimentos da cesta básica e amplia incentivos para a indústria

por [Paulo Chagas](#) — Julho 2, 2025 in [Política](#)



Projetos enviado pelo governador Jorginho Mello à Assembleia Legislativa isenta a cobrança do ICMS sobre itens como o arroz e o feijão, e incentiva setores estratégicos da economia do estado – Fotos: Roberto Zacarias/Secom

Uma série de projetos elaborado pelo Governo de Santa Catarina traz medidas que vão impulsionar setores estratégicos da economia e se refletir em preços mais baixos de alimentos essenciais na mesa dos catarinenses. Mudanças na legislação também vão tornar as regras de isenção do IPVA mais justas e inclusivas.

Além disso, após a aprovação dos projetos o Estado terá a possibilidade de oferecer a modalidade de transação para promover acordos judiciais e resgatar créditos tributários e não tributários já inscritos em dívida ativa, garantindo aos contribuintes descontos em juros e multas.

As propostas serão enviadas à Assembleia Legislativa (Alesc) nos próximos dias e já foram apresentadas aos deputados estaduais em reunião na manhã desta quarta-feira, 2, pelo governador Jorginho Mello e os secretários Cleverson Siewert (Fazenda), Kennedy Nunes (Casa Civil) e Marcelo Mendes (adjunto da Casa Civil), além do procurador-geral Márcio Vicari. Entre as principais medidas anunciadas está a isenção total do ICMS para seis itens da cesta básica: arroz, feijão e as farinhas de arroz, trigo, milho e mandioca. A alíquota desses produtos passará de 7% para 0%.

Conforme compromisso assumido entre o Governo do Estado e os dirigentes dos setores produtivo e supermercadista, a redução da carga tributária deverá repercutir na queda dos preços desses produtos nas prateleiras, beneficiando diretamente o bolso do consumidor.

“Estamos tirando o imposto para que esses alimentos cheguem mais baratos na mesa dos catarinenses. Esses projetos também valorizam todos aqueles que produzem, investem e geram empregos em Santa Catarina. É o Estado fazendo a sua parte para ajudar a economia a continuar crescendo”, destaca o governador Jorginho Mello.

Novas concessões

A série de projetos contempla ações voltadas ao fortalecimento de segmentos econômicos estratégicos. A indústria automobilística, por exemplo, terá a alíquota de ICMS reduzida de 17% para 12% em novas categorias de picapes e veículos de transporte de mercadorias com motorização elétrica. Setores como o de eletrodomésticos, aviação, gráfico e agropecuário também estão contemplados com uma série de novos incentivos.

Incentivos renovados

A indústria moveleira e os fabricantes de estruturas metálicas voltadas ao setor de energia terão seus atuais incentivos renovados até 2028. A farinha de trigo, a mandioca e a pasta para preparação de pães (pãozinho congelado) também terão os atuais benefícios fiscais renovados por mais quatro anos.

Revisão de benefícios

Por outro lado, os projetos encaminhados ao Legislativo garantem avanços na política de revisão dos incentivos fiscais que se mostram excessivos e que eventualmente não se justificam mais. As mudanças propostas envolvem a indústria do cobre e o setor de bovinos – os dois continuarão tendo benefícios, mas em montante menor do que vinha sendo praticado, garantindo a redução de quase R\$ 400 milhões por ano em benefícios.

“O conjunto de projetos mantém uma relação de equilíbrio bem estabelecida entre estímulo e responsabilidade fiscal. Ampliamos incentivos para setores que geram emprego, agregam valor à produção e ajudam Santa Catarina a crescer, mas também enfrentamos o desafio de revisar benefícios que já alcançaram seus objetivos”, avalia o secretário Cleverson Siewert (Fazenda).

“Todos os encaminhamentos foram construídos com muito diálogo junto ao setor produtivo e um propósito claro: assegurar a competitividade das nossas empresas e manter as contas do Estado em dia para investirmos onde realmente importa”, reforça.



Foto: Roberto Zacarias / SECOM

IPVA mais justo e inclusivo

Os projetos encaminhados à Alesc trazem ajustes no IPVA com foco em justiça fiscal e inclusão social. A principal mudança estabelece um limite de R\$ 200 mil para a isenção de IPVA dos veículos utilizados por pessoas com deficiência (PCDs). A regra valerá apenas para novos pedidos e alinha Santa Catarina à prática de outros 17 Estados brasileiros que já impõem valores máximos aos veículos isentos.

A proposta também inclui as pessoas com síndrome de Down entre os beneficiários do direito à isenção do IPVA — uma ampliação do acesso a um direito garantido e que reforça a política de inclusão social no Estado.

Transação: mais eficiência e menos litígio

Outro destaque é a criação da possibilidade de transação para a resolução de litígios relativos à Dívida Ativa do Estado. Com base no Convênio 210/2023 do Confaz, a medida permitirá que o contribuinte regularize débitos tributários e não tributários (inscritos até 31 de dezembro de 2020) considerados de difícil recuperação, de pequeno valor ou relacionados a controvérsias jurídicas, por meio de acordo com concessões mútuas. Na lista estão ICMS, IPVA e ITCMD em atraso.

A proposta prevê redução de multas, juros e honorários advocatícios — mas sem abatimento do valor principal. A adesão será feita por meio de edital e propostas individuais, trazendo mais agilidade e eficiência à recuperação de créditos pelo Estado.



Foto: Roberto Zacarias / SECOM

Crédito contingente de R\$ 2,6 bilhões

O Governo do Estado também propõe a contratação de um crédito contingente de R\$ 2,6 bilhões junto ao Banco do Brasil. A operação segue práticas modernas de gestão financeira, oferecendo ao Estado acesso a recursos com total flexibilidade: não há custo se o crédito não for utilizado e a tarifa de estruturação só será paga caso os valores sejam efetivamente desembolsados.

Os recursos poderão ser usados em áreas estratégicas como Infraestrutura, Segurança, Habitação, Defesa Civil e Assistência Social. A medida garante uma reserva financeira para investimentos em projetos estruturantes sem comprometer o equilíbrio fiscal do Estado.

“A saúde financeira do Estado é positiva, fruto de uma gestão responsável e de um esforço contínuo de equilíbrio das contas públicas. Mas, diante de um cenário econômico global instável, com conflitos internacionais, oscilações nos mercados e incertezas fiscais, precisamos estar preparados. Essa operação funciona como uma reserva estratégica: não gera custo se não for utilizada, mas nos garante flexibilidade e segurança para reagir a tempo e manter investimentos importantes em caso de necessidade”, explica o secretário Cleverson Siewert.

Medidas nos projetos

- 4 Frentes: ICMS, IPVA, Transação e Operação de Crédito
- 9 Projetos de Lei:
 - 6 ICMS
 - 1 IPVA
 - 1 Transação
 - 1 Operação de crédito

1 ICMS

NOVAS CONCESSÕES (3 PLs)

As propostas voltadas à cesta básica e ao setor agropecuário serão encaminhadas em dois projetos de lei separados. As demais propostas serão encaminhadas em um único PL.

• Cesta básica

Proposta zera o único imposto estadual que incide sobre o arroz, o feijão e as farinhas de trigo, milho, mandioca e de arroz. Com a medida, as alíquotas de ICMS para estes alimentos passa dos atuais 7% para 0% (operações internas). A isenção do imposto sobre esses itens representa uma renúncia adicional de aproximadamente R\$ 130 milhões.

• Setor automobilístico

Proposta reduz a alíquota do ICMS de 17% para 12% para três novas NCMs* de veículos automotores:

NCM 8704.41.00: Picape diesel elétrica
NCM 8704.51.00: Picape gasolina / álcool / elétrica

NCM 8704.60.00: Outros veículos automóveis para transporte de mercadorias, unicamente com motor elétrico para propulsão, exceto veículo de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas.

Como veículos automotores têm alíquota de 12%, a medida garante a padronização com os demais veículos, além de promover a sustentabilidade ambiental e maior eficiência energética. O impacto financeiro é estimado em R\$ 2,9 milhões/ano.

*Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma nomenclatura regional para categorização de mercadorias adotada pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, sendo fundamental para determinar os tributos envolvidos nas operações de comércio exterior e de saída de produtos industrializados.

• Setor gráfico

Proposta assegura crédito presumido de até 30% do ICMS devido nas operações com determinados produtos gráficos, como chapas, auto adesivos e etiquetas. Com a medida, as empresas catarinenses do setor terão participação 15% maior no mercado da região Sul, o que deve gerar cerca de 850 novos empregos e até R\$ 18 milhões em novos investimentos privados nos próximos três anos.

O impacto financeiro será de aproximadamente R\$ 17,6 milhões/ano.

• Macroalgas

Proposta assegura a isenção do ICMS nas sementes e interessadas resultantes do cultivo de macroalgas, além da inclusão da macroalga Kappaphycus Alvarezzi na relação de produtos primários na legislação do ICMS. Trata-se de um setor em expansão, que oferece matéria-prima para bioestimulantes (agricultura) e alimentação animal. Há previsão de 141 novas concessões de fazendas marinhas pelo Ministério da Pesca, sendo a maioria destinada ao cultivo de macroalgas: 55 em Florianópolis; 8 em Governador Celso Ramos e 78 em Biguaçu.

O impacto financeiro é estimado em R\$ 200 mil/ano.

• Setor de eletrodomésticos

Proposta assegura crédito presumido do ICMS de 2,5% nas saídas interestaduais tributadas a 12%. Medida é similar ao benefício já concedido em 2024, mas inclui novas mercadorias como ventiladores, climatizadores, fornos, tanquinhos de até 10kg, centrífugas e máquinas de lavar até 18kg.

Benefício será equivalente ao praticado no Paraná por meio do Programa Paraná Competitivo, incluindo os mesmos requisitos: realizar investimentos e estar localizado em município com universidade federal ou instituto federal.

O impacto é estimado em R\$ 57,3 milhões/ano.

• Setor de aviação

Proposta assegura a suspensão e isenção do pagamento do ICMS incidente no desembarço aduaneiro relacionado à estocagem de alimentos, bebidas e outros materiais no aeroporto durante pousos e decolagens de voos internacionais. A medida replica o que já ocorre em relação aos tributos federais.

O impacto financeiro é de R\$ 175 mil/ano.

• Setor agropecuário

Proposta permite que o crédito presumido relativo à entrada de aves e suínos vivos (4%) seja considerado crédito acumulado proporcionalmente às exportações. O impacto financeiro é estimado em R\$ 116,6 milhões/ano.

Nesse mesmo contexto, já tramita na Alesc outro projeto de lei (403/2024) que assegura a manutenção de incentivos relacionados à indústria de alimentos e bebidas que totalizam de cerca de R\$ 700 milhões/ano. Trata-se de um benefício garantido há mais de duas décadas à agroindústria catarinense.

Em paralelo, sem necessidade de alteração legislativa, o Estado irá reduzir em 0,5 o multiplicador para cálculo do crédito presumido concedido aos estabelecimentos abatedores de aves e suínos. A redução desse multiplicador terá impacto positivo de cerca de R\$ 100 milhões/ano.

A agroindústria de SC representa cerca de 30% do PIB catarinense, gera aproximadamente 1 milhão de empregos formais e informais, responde por 70% das exportações e por 40% da produção total do Estado.

DESBUROCRATIZAÇÃO

A medida será encaminhada no mesmo projeto de lei que trata das novas concessões.

• Prodec

Proposta revoga dispositivos relacionados ao Prodec que tratam do desconto de acordo com o arranjo produtivo do setor agroindustrial (Lei 13.342/2005) e não são mais aplicados na prática.

A medida soluciona uma condição de inviabilidade operacional decorrente da dinâmica de aquisição de insumos (leite in natura) de produtores de diferentes municípios, além de evitar a concorrência desleal entre produtores de leite que têm o desconto e outros que não têm. Também soluciona a dificuldade envolvida na prestação de contas da renúncia de receita diante da ausência de critérios objetivos.

RENOVAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS (1 PL)

Todas as propostas que tratam da renovação de incentivos fiscais serão encaminhadas em um único projeto de lei

Proposta renova até dezembro de 2028 benefícios de crédito presumido já concedidos anteriormente com vigência até dezembro de 2024. Medidas equiparam Santa Catarina à legislação do Paraná.

• Farinha de trigo e mistura para preparação de pães

Impacto financeiro de R\$ 20 milhões/ano
16 empresas potencialmente atendidas
1,6 mil empregos envolvidos

• Mandioca

Impacto financeiro de R\$ 4,5 milhões/ano
28 empresas potencialmente atendidas
50 mil empregos envolvidos

• Fabricantes de móveis

Impacto financeiro de R\$ 7,6 milhões/ano
250 fabricantes potencialmente atendidos
9 mil empregos envolvidos

• Fabricantes de estruturas metálicas para o setor de energia

Impacto financeiro de R\$ 8,7 milhões/ano
5 fabricantes potencialmente atendidos
Cerca de 90 empregos envolvidos

REVISÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS (2 PLs)

As propostas que tratam da indústria do cobre e das importadoras serão encaminhadas em um único projeto de lei, enquanto as mudanças referentes aos bovinos serão tratadas em um PL à parte.

• Cobre

Atualmente, SC concede crédito presumido nas operações que totalizam cerca de R\$ 570 milhões em incentivos fiscais/ano. A principal medida é fixar o recolhimento do ICMS em 3,6% (escalonada em três anos).

Proposta: redução de R\$ 272 milhões em incentivos para a indústria do cobre (no final do escalonamento).

• Bovinos

SC concede crédito presumido aos abatedores de gado bovino e bubalino (búfalos) que totalizam cerca de R\$ 347 milhões em incentivos fiscais por ano. Medida irá alterar os atuais percentuais de 13,3% ou 14% para 11,9% e de 12% para 11%, dependendo da operação, e vedar o acúmulo desses créditos.

Proposta: redução de R\$ 113,4 milhões em incentivos para o setor bovino.

• Importação – Alteração do valor do faturamento

Atualmente, as importadoras têm uma carga tributária de 3% e recolhimento antecipado de 2,6% nos primeiros 36 meses. Após esse prazo, a carga é reduzida para 1,4% e o recolhimento antecipado para 1%. Para não ter que esperar 36 meses, a proposta é que os contribuintes assumam o compromisso de efetivar saída superior a R\$ 280 milhões/ano ou manter centro de distribuição instalado.

Proposta: atualização dos R\$ 100 milhões/ano para 280 milhões/ano, valor corrigido pela variação cambial (a última atualização foi em 2012).

2 IPVA

Há necessidade de ajustes pontuais na lei do IPVA para torná-la mais clara e estabelecer um valor-limite de isenção em relação ao veículo, além de garantir a inclusão de pessoa com síndrome de Down como beneficiária.

- Isenções (PCD)

Atualmente, a política de isenção do IPVA cobrado em Santa Catarina não determina limite de valor para o veículo. Há casos, por exemplo, de veículos avaliados em quase R\$ 1 milhão e que contam com a isenção em SC.

Proposta: Estabelecer, como limite para isenção de IPVA, o valor do veículo em até R\$ 200 mil. O limite será aplicado apenas para os novos pedidos de isenção

- 17 Estados brasileiros já impõem um valor-limite aos veículos isentos
- Os limites estabelecidos variam de R\$ 55 mil a R\$ 154 mil
- A maioria dos veículos com isenção em SC está abaixo dos R\$ 200 mil

3 Transação

Proposta institui a possibilidade da transação resolutive de litígios relativos à cobrança de créditos tributários e não tributários, nos mesmos termos do Convênio 210/2023 do Confaz — transação é o acordo que põe fim ao litígio por meio de concessões recíprocas.

A medida irá permitir a redução de multas, juros, acréscimos legais e honorários advocatícios, sendo vedada a redução do valor principal. A adesão ocorrerá por meio de edital.

Serão abrangidos somente os débitos inscritos em Dívida Ativa que atendam a uma das seguintes condições:

- Classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação
- De pequeno valor
- Objeto de litígios tributários decorrentes de controvérsia jurídica

4 Operação

Proposta de contratação de crédito contingente de R\$ 2,6 bilhões junto ao Banco do Brasil. Medida é inspirada nas melhores práticas da iniciativa privada, garantindo mais flexibilidade e autonomia para o Estado investir e dar continuidade a projetos estruturantes de longo prazo.

Captação de recursos ocorrerá da seguinte forma:

- Sem comissão de permanência
- Tarifa de estruturação paga somente se usar o recurso
- Não é necessário desembolsar todo o recurso
- Custo zero para o Estado se não usar o crédito

Áreas habilitadas para o aporte dos recursos:

- Infraestrutura
- Justiça e Cidadania
- Assistência Social
- Habitação
- Segurança
- Defesa Civil

Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado da Fazenda

Tags: [amplia incentivos](#) [cesta básica](#) [Governo de SC](#) [Indústria](#) [Manchete](#) [sobre alimentos](#)
[zera imposto](#)

Comments 1

Pingback: [Governo do Estado zera impostos da cesta básica e amplia incetivos](#)

Alesc promove sessão solene em São Miguel do Oeste para homenagear Guardiões da Agroecologia

por **Paulo Chagas** — Julho 2, 2025 in [Política](#)

0



Deputado Padre Pedro Baldissera (PT) propôs a sessão solene que homenageia Guardiões da Agroecologia e da Alimentação Saudável do Grande Oeste Catarinense / Foto: Daniel Conzi / Agência AL

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) promove nesta sexta-feira (4) em São Miguel do Oeste sessão solene proposta pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT) em homenagem aos Guardiões da Agroecologia e da Alimentação Saudável do Grande Oeste Catarinense. Serão homenageadas 34 personalidades e instituições que contribuem decisivamente para o desenvolvimento da agroecologia na região e em todo o estado. A sessão será às 19 horas no salão nobre Atílio Luiz Calza da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste.

"A agroecologia é a principal porta de entrada para a alimentação saudável, a comida de verdade, para a nossa mesa. Aqui no nosso estado já temos um sistema orgânico de produção que tem sido adotado por inúmeros agricultores, principalmente no Grande Oeste catarinense, daí a nossa homenagem a quem cultiva hortaliças, frutas, arroz, feijão, mel, leite e tantos outros produtos. Gente de garra, perseverante, que luta pra que todos nós tenhamos alimentos saudáveis, que dão sustentação à vida e por isso merecem a homenagem", disse o deputado Padre Pedro.

Na sessão solene da Alesc em São Miguel do Oeste vai falar em nome dos homenageados o agricultor Claudinei Jair Albring, diretor da ASAs Albring Sistemas Agroflorestais, a partir do tema "A biodiversidade sempre será a nossa melhor escolha". Também discursará o homenageado padre Cleto Stülp, da Paróquia de São Miguel Arcanjo de São Miguel do Oeste, que abordará o tema da agroecologia.

Homenageados

1. Arquidiocese de Chapecó (Vigário geral José Tarcizio Hentz)
2. Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB (Coordenação estadual Francine Inês Kuffel Bourscheid)
3. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina – MMC/SC (Iraci Barbiero Lauermann)
4. Associação dos Pequenos Agricultores – Apaco (Agricultor Pedro Rocha)
5. Alaercio Palhano – Representação indígena da etnia Kaingang, de Ipuaçú
6. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (Coordenadora estadual Irma Maria Brunetto)
7. Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA (Coordenação estadual Geovano Dal Bello)
8. 2º Pelotão da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar Ambiental (Capitão PM Alcenir Luiz Minuscoli)
9. Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina – Faasc (Vice-presidente Nesio Fernandes)
10. Agrofloresta Jardim das Frutas (Agricultores Dorvalino Cominn e Marilene Cominn)
11. Articulação Oeste de Agroecologia (Coordenadora Larissa Antunes Riboli)
12. Associação dos Feirantes de São Miguel do Oeste – Afesmo (Presidente Marcio José Santin)
13. ASAs – Albring Sistemas Agroflorestais (Diretor Claudinei Jair Albring)
14. Horto Medicinal da Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária e Piscicultura de São Miguel do Oeste (Técnica agrícola Kellyn Cristina Bedintur)
15. Pastoral da Saúde da Paróquia São Miguel Arcanjo de São Miguel do Oeste (Maria Sehnem Steffens)
16. Leonir José Kommers Parizotto (Agricultor, permacultor, guardião das sementes crioulas)
17. Cooperativa Agrícola Familiar de Planalto Alegre e Região – Cooperari (Presidente Sérgio Fiabani)
18. Grupo de Agroecologia Verde Alegre (Vice coordenador Nicanor José de Oliveira)
19. Horto Resistente de Linha Feliz (Coordenadora Nilda Deffaveri Dal Piva)
20. Herança Viva 2 Agroecologia (Agricultora e coordenadora Cleucir Oliveira Bucoski)
21. Pedro Paulo Rigotti (Protetor ambiental)
22. Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste – Cooperunião (Diretora Tatiane Aparecida Ansolin)
23. Grupo Ecológico Guapo Vida (Agricultor Ivo José Durigon)
24. Associação de Produtores Orgânicos Natureza Verde – Palmitos (Coordenadores Kátia Duutel e Gilson Guge)
25. Quiosque Pachamama (Agricultor Alvaro Santin)
26. Acampamento Kide, Euclides dos Santos Rodrigues (Agricultor Airton da Silva)
27. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta – Sintraf (Presidente Ventura Wolf)
28. Bioconstrução Guaraciaba (Diretor Ricardo Diângeles Scalco)
29. Pastoral da Saúde de Caibi (Coordenadora Ilani Toigo)
30. Vilmar Milani (Técnico em agropecuária e extensionista rural da Epagri)
31. Gilso Giombelli (Agroecologista)
32. Joana Sebben (Agricultora, representada pelo marido Irineu Sebben)
33. Elizér Augusto Werner (Produtor orgânico)
34. Sérgio José Brunetto (Agricultor)

Tags: [Alesc](#) [Guardiões da Agroecologia](#) [homenagear](#) [Padre Pedro](#) [São Miguel do Oeste](#)

Sessão Solene

Uso terapêutico da cannabis volta à pauta na Assembleia Legislativa de SC

2 de julho de 2025
Crysne C. B. Basquera



Audiência pública vai tratar do fornecimento gratuito de medicamentos à base de cannabis medicinal em Santa Catarina, tema já previsto por lei, mas ainda sem aplicação prática

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou, nesta quarta-feira (2), a realização de uma audiência pública para discutir o uso terapêutico da **cannabis** e o fornecimento gratuito de medicamentos derivados no estado. O pedido foi feito pela deputada Paulinha (Podemos) por meio do requerimento 198/2025.

O objetivo é reunir representantes do Legislativo, do governo estadual e da sociedade civil para debater o uso da cannabis no tratamento de doenças crônicas como fibromialgia, autismo, Alzheimer, Parkinson e outras condições médicas.

O deputado Vicente Caropreso (PSDB) lembrou que a Assembleia Legislativa já aprovou o uso medicinal da cannabis e cobrou a efetivação da política. "Venho pressionando o governo do estado para garantir a gratuidade desse tratamento, que pode custar até 700 reais por mês. O governo chegou a criar uma comissão, mas ainda aguardamos ações concretas. A audiência é necessária para avançarmos nessa pauta que impacta diretamente muitas famílias catarinenses", afirmou.

A lei estadual que estabelece a Política de Fornecimento Gratuito de Medicamentos e Produtos à Base de Cannabis foi sancionada em 2024 e abrange unidades públicas e privadas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta é de autoria da deputada Paulinha.

Apesar da sanção, a regulamentação publicada pelo Executivo estadual vem sendo alvo de críticas de entidades da sociedade civil e de parlamentares, que apontam obstáculos práticos à implementação da lei. Entre as principais preocupações estão a definição de critérios para acesso aos medicamentos e a ausência de um cronograma para o início da distribuição.

A audiência ainda não tem data confirmada, mas deve ocorrer nas próximas semanas, com o intuito de pressionar o governo estadual a regulamentar a lei de forma eficaz e assegurar que os pacientes que dependem da cannabis medicinal possam contar com esse recurso de maneira acessível e contínua.

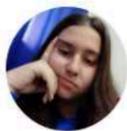
LER >>> Governador anuncia medidas para fortalecer a produção pesqueira



Foto: Jeferson Baldo/Agência AL

Leia também:

- [Algas as guardiãs invisíveis da vida na terra](#)
- [O fascínio por um simples piquenique](#)



Crysne C. B. Basquera

Estudante da área de saúde, Crysne Caroline Bresolin Basquera é especialista em produção de conteúdo local e regional, saúde, redes sociais e governos.



Previous:
4 objetos decorativos para o seu quarto

Next:
5 livros de suspense que te fazem desconfiar até de si mesmo

Evento especial no dia 7 apresenta nova marca 'Jaraguá' e assinatura de edital para nova Central de Operações da PM

ENCONTRO EMPRESARIAL
Especial 149 anos de Jaraguá do Sul

A NOVA MARCA DE JARAGUÁ DO SUL

DESCUBRA A IDENTIDADE QUE VAI IMPULSIONAR O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

07.07 (Seg) **CEJAS**
19h **COQUETEL**

ACIJS ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE JARAGUÁ DO SUL | Unimed | Kienbaum | Sicredi

Divulgação/Acijs

Por: **Pedro Leal**

02/07/2025 - 15:07 - Atualizada em: 02/07/2025 - 17:24

Jaraguá do Sul terá no dia 7, segunda-feira, dois importantes momentos para a comunidade. Um evento no Centro Empresarial, às 19 horas, vai apresentar os resultados do projeto Place Branding, com o objetivo de definir uma marca institucional para a cidade. Iniciativa da ACIJS, CDL, Sebrae, Vale dos Encantos Convention & Visitors Bureau e Prefeitura, o Place Branding envolveu um amplo estudo das potencialidades do município e oportunidades que podem ser buscadas para impulsionar o desenvolvimento econômico e social de Jaraguá.

[Neste ano, 352 jovens do Programa Novos Caminhos já conseguiram trabalho em SC](#)

Junto com a apresentação da nova marca "Jaraguá", também será assinado o edital de licitação para contratação de empresa responsável pela reforma do prédio da antiga Câmara de Vereadores, onde será instalada a nova Central de Operações da Polícia Militar (Copom).

A participação é aberta ao público, em geral, e as inscrições gratuitas devem ser feitas <https://eventos.superistemas.com.br/e/checkout/AAcZ7XuztXDk#!>

Informações pelo telefone (47) 98835-1316 e pelo e-mail eventos@acijs.com.br

O evento faz parte das comemorações dos 149 anos de Jaraguá do Sul e a exemplo de eventos da ACIJS, tem caráter solidário, com a doação de 1 quilo de alimento para repasse à instituição social do município.

O que é o projeto Place Branding

Desenvolvido pelo Sebrae em parceria com Acijs, CDL, Prefeitura e Convention Vale dos Encantos, o projeto Place Branding tem como objetivo transformar Jaraguá do Sul em uma marca com identidade própria. A iniciativa visa fortalecer os atributos já presentes na cidade, como qualidade de vida, inovação e desenvolvimento sustentável, tornando estas referências mais visíveis e estratégicas para atrair investimentos, turismo e novos negócios.

[Governo de SC apresenta aos deputados projetos que serão enviados para a Alesc](#)

A construção da marca "Jaraguá" vem sendo nos últimos meses, desde o final de 2023, de forma colaborativa, por meio de workshops com representantes da sociedade civil, setor produtivo, cultura, turismo e educação. Esses encontros ajudaram a organizar os valores, percepções e vocações do município, criando um mapa de valor que orientará o posicionamento da cidade como marca.

A nova marca e identidade visual associada a ela poderá ser utilizada pelo município, seja nas iniciativas do poder público, ou de entidades, instituições e empresas, em seus eventos, produtos e serviços, fortalecendo o senso de pertencimento e de orgulho entre os moradores.

Entre os resultados esperados estão: maior atratividade econômica, valorização do turismo, fortalecimento da imagem institucional e estímulo à inovação. Jaraguá do Sul, com sua forte base industrial e cultural, caminha para se tornar referência nacional em gestão de marca-lugar.

Central de Operações da Polícia Militar (Copom)

O projeto de reforma das antigas instalações da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul para a implantação da nova Central de Operações da Polícia Militar (Copom) é fruto de uma articulação entre diferentes setores da sociedade.

A proposta nasceu durante a administração anterior, quando foi formalizada a cessão do antigo prédio. O Protocolo de Intenções foi assinado em novembro de 2021, pelo prefeito Antídio Lunelli. Na AL, o deputado foi autor de emenda de R\$ 2,3 milhões para a reforma e adequações do prédio, que permitirá adaptar a estrutura para a nova funcionalidade.

A parceria entre a Polícia Militar de Santa Catarina, por meio da 12ª Regional e do comando do 14º Batalhão, e a Prefeitura, teve o apoio desde o primeiro momento da ACIJS. A entidade mobilizou o setor produtivo, atuou no apoio político e institucional, e promoveu articulação com a sociedade civil para que o projeto pudesse ser viabilizado.

A Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (AMVALI) também tem participação no projeto, realizando adaptações técnicas no projeto arquitetônico e de engenharia para atender exigências legais e estruturais.

A estrutura vai abrigar, além da Central de Videomonitoramento, funções operacionais da PM, incluindo espaço de descanso para os policiais, serviço de atendimento médico, odontológico e psicológico e um auditório para treinamentos e instruções de comando.

Em relação ao uso de recursos tecnológicos, a Central de Videomonitoramento vai contar com câmeras de reconhecimento facial para identificação de foragidos, reincidentes e monitoramento de medidas protetivas e OCR (Reconhecimento Ótico de Caracteres) para a leitura de placas de veículos possibilitando o rastreamento em tempo real. A Central vai estar integrada ao sistema Vigilante, da Secretaria de Segurança Pública, ampliando a operação em toda a região e 'conversando' com todo o estado, entre outros recursos.



Pedro Leal

Analista de mercado e mestre em jornalismo (universidades de Swansea, País de Gales, e Aarhus, Dinamarca).

ALESC: BANCADA DA SERRA DEBATE COM GOVERNO REABERTURA DE HOSPITAL

2 de julho de 2025



Reunião da bancada parlamentar Serrana articula recursos de emendas para reabertura de hospital na Região. (FOTO: Daniel Conzi/Agência AL)

A destinação de aproximadamente R\$ 7 milhões em emendas parlamentares para hospitais do Planalto Catarinense, foi o foco da reunião realizada na manhã desta quarta-feira, com a presença da Bancada da Serra da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Coordenado pelo deputado Nilso Berlanda (PL), o encontro contou com a presença do secretário de Estado da Saúde, Diogo Demarchi, dos prefeitos de Bocaina do Sul, João Eduardo Della Justina (Duduca), e de Santa Cecília, Carlos Martins, além de secretários municipais de Saúde e outras lideranças locais.

A maior parte do valor — R\$ 5 milhões — foi destinada à reabertura do Hospital São José de Bocaina do Sul, fechado desde 2014. A emenda foi articulada pela Bancada da Serra para viabilizar a reforma da unidade, que já teve obras iniciadas em 2024.

“Queremos sair deste encontro com prazos definidos”, afirmou o deputado Berlanda, com apoio dos colegas Lucas Neves (Podemos) e Marcius Machado (PL).

Outro destaque da reunião foi a confirmação de R\$ 1,78 milhão em recursos para a Maternidade e Hospital de Santa Cecília, viabilizados por emenda do deputado Berlanda.

O secretário de Estado da Saúde, Diogo Demarchi, destacou que os valores já estão reservados, mas que a liberação depende de etapas técnicas.

Para o hospital de Bocaina do Sul, é necessário o projeto técnico finalizado. Já em relação à maternidade de Santa Cecília, a prefeitura precisa encaminhar um ofício detalhado com as necessidades da unidade.

Interditado em 2014 por problemas estruturais e denúncias de maus-tratos, o Hospital São José representa um pilar na saúde e economia local.

Com as obras em andamento e recursos garantidos, o objetivo agora é acelerar os trâmites técnicos para que a população volte a ser atendida na unidade.

PERFIL



Sou comentarista político com 35 anos de experiência, natural de Florianópolis e tenho na verdade a minha maior característica. Aqui o recado é sempre direto, sem rodeios, doa a quem doer.

Contato: bosslevanio@gmail.com

REDES SOCIAIS



Governo apresenta medidas para Segurança, Infraestrutura, fomento ao empreendedorismo e controle da inflação

por **Paulo Chagas** — Julho 2, 2025 in [Política](#)

0



Governo de SC apresenta aos deputados projetos que serão enviados para a Alesc / Foto: Roberto Zacarias / Secom GOVSC

Uma série de medidas que vão impactar diretamente os catarinenses foi apresentada pelo governador Jorginho Mello aos deputados estaduais na manhã desta quarta-feira, 2 de julho, na Casa d'Agronômica. Os Projetos de Lei, que serão encaminhados à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) ainda nesta quarta, abrangem as áreas fiscal e econômica, segurança, proteção e defesa civil, infraestrutura, meio ambiente e educação.

Com foco em infraestrutura, o pacote inclui ainda o Projeto de Lei que institui o Sistema Ferroviário do Estado de Santa Catarina (SFE/SC). A proposta regulamenta a exploração do transporte ferroviário de cargas e passageiros, tanto por meio de concessões públicas quanto por autorizações privadas. A meta é reduzir custos logísticos, ampliar a mobilidade, incentivar a inovação tecnológica e tornar a matriz de transporte mais eficiente e segura. O projeto também prevê a concessão de imóveis públicos adjacentes às ferrovias para uso comercial ou serviços associados, criando oportunidades para o desenvolvimento regional.

“Estamos criando critérios para fazer da forma correta o sistema ferroviário para Santa Catarina. Por muitos anos isso foi prometido, mas nunca feito. O Projeto de Lei é importante para fazermos um regramento, que hoje não existe”, disse o governador.

Na segurança, o governo propõe a criação do Cadastro Estadual de Pessoas em Situação de Rua, que pretende identificar, mapear e acompanhar essa população em todo o território catarinense. A medida marca o início de uma força-tarefa coordenada pelo próprio governador, com participação do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, Alesc e prefeituras. A ferramenta permitirá o planejamento de políticas públicas com mais precisão e transparência, promovendo a integração entre diferentes áreas.

“Nós vamos atuar em apoio aos municípios, atualmente, por exemplo, não sabemos quantas pessoas vivem nessa situação e nem qual a realidade. Vamos trabalhar da melhor forma: com base em dados”, afirmou o governador.

Outra proposta apresentada foi a criação do Serviço Militar Estadual Temporário (Semet), que visa ampliar os quadros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar por meio de contratos com duração inicial de 12 meses, prorrogáveis por até 96 meses. O ingresso será feito por processo seletivo simplificado, voltado a profissionais com formação superior e perfil compatível com as áreas estratégicas das corporações.

Na área econômica, o governo aposta em duas frentes complementares para estimular o empreendedorismo e destravar investimentos. A primeira delas é o Programa Estadual de Modernização do Ambiente de Negócios Catarinense, que propõe desburocratizar a abertura de empresas, garantir liberdade econômica e ampliar a integração digital entre empreendedores e órgãos públicos. Atividades de baixo risco terão liberação automática para funcionamento, com fiscalização mantida.

A outra é o Programa de Incentivo à Modernização e Excelência Empresarial (Primex), vinculado à Junta Comercial (Jucesc), busca acelerar o registro empresarial, promover o uso de tecnologias como inteligência artificial e análise preditiva, e fomentar a cultura da eficiência na gestão pública e privada.

Projetos de lei da área tributária também estão entre as medidas que vão impulsionar setores estratégicos e refletir diretamente em um alívio bolso dos catarinenses. O governador anunciou a isenção total do ICMS para seis itens da cesta básica — arroz, feijão e as farinhas de arroz, trigo, milho e mandioca — reduzindo a alíquota de 7% para 0%.

Além disso, os projetos ampliam incentivos para os setores automobilístico, de eletrodomésticos, aviação e agropecuária; renovam benefícios para os segmentos moveleiro e de estruturas metálicas; e revisam incentivos considerados em áreas que conseguiram ampliar sua competitividade e não necessitam mais do regime diferenciado de tributação.

Tags: [controle da inflação](#) [empreendedorismo](#) [fomento](#) [Governo .medidas](#) [Infraestrutura](#) [Manchete](#)

[Segurança](#)



Economia / Economia

Governo de SC zera imposto sobre alimentos da cesta básica e amplia incentivos para a indústria

Projeto enviado pelo governador Jorginho Mello à Assembleia Legislativa isenta a cobrança do ICMS sobre itens como o arroz e o feijão, e incentiva...

02/07/2025 às 14h47

Por: TVBC / Fonte: Secom SC



Foto: Reprodução/Secom SC

Além disso, após a aprovação dos projetos o Estado terá a possibilidade de oferecer a modalidade de transação para promover acordos judiciais e resgatar créditos tributários e não tributários já inscritos em dívida ativa, garantindo aos contribuintes descontos em juros e multas.

As propostas serão enviadas à Assembleia Legislativa (Alesc) nos próximos dias e já foram apresentadas aos deputados estaduais em reunião na manhã desta quarta-feira, 2, pelo governador Jorginho Mello e os secretários Cleverson Siewert (Fazenda), Kennedy Nunes (Casa Civil) e Marcelo Mendes (adjunto da Casa Civil), além do procurador-geral Márcio Vicari. Entre as principais medidas anunciadas está a isenção total do ICMS para seis itens da cesta básica: arroz, feijão e as farinhas de arroz, trigo, milho e mandioca. A alíquota desses produtos passará de 7% para 0%.

Conforme compromisso assumido entre o Governo do Estado e os dirigentes dos setores produtivo e supermercadista, a redução da carga tributária deverá repercutir na queda dos preços desses produtos nas prateleiras, beneficiando diretamente o bolso do consumidor.

"Estamos tirando o imposto para que esses alimentos cheguem mais baratos na mesa dos catarinenses. Esses projetos também valorizam todos aqueles que produzem, investem e geram empregos em Santa Catarina. É o Estado fazendo a sua parte para ajudar a economia a continuar crescendo", destaca o governador Jorginho Mello.

Novas concessões

A série de projetos contempla ações voltadas ao fortalecimento de segmentos econômicos estratégicos. A indústria automobilística, por exemplo, terá a alíquota de ICMS reduzida de 17% para 12% em novas categorias de picapes e veículos de transporte de mercadorias com motorização elétrica. Setores como o de eletrodomésticos, aviação, gráfico e agropecuário também estão contemplados com uma série de novos incentivos.

Incentivos renovados

A indústria moveleira e os fabricantes de estruturas metálicas voltadas ao setor de energia terão seus atuais incentivos renovados até 2028. A farinha de trigo, a mandioca e a pasta para preparação de pães (pãozinho congelado) também terão os atuais benefícios fiscais renovados por mais quatro anos.

Revisão de benefícios

Por outro lado, os projetos encaminhados ao Legislativo garantem avanços na política de revisão dos incentivos fiscais que se mostram excessivos e que eventualmente não se justificam mais. As mudanças propostas envolvem a indústria do cobre e o setor de bovinos – os dois continuarão tendo benefícios, mas em montante menor do que vinha sendo praticado, garantindo a redução de quase R\$ 400 milhões por ano em benefícios.

"O conjunto de projetos mantém uma relação de equilíbrio bem estabelecida entre estímulo e responsabilidade fiscal. Ampliamos incentivos para setores que geram emprego, agregam valor à produção e ajudam Santa Catarina a crescer, mas também enfrentamos o desafio de revisar benefícios que já alcançaram seus objetivos", avalia o secretário Cleverson Siewert (Fazenda).

"Todos os encaminhamentos foram construídos com muito diálogo junto ao setor produtivo e um propósito claro: assegurar a competitividade das nossas empresas e manter as contas do Estado em dia para investirmos onde realmente importa", reforça.

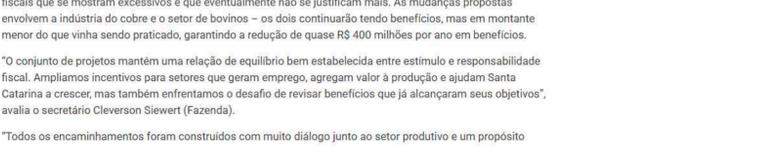


Foto: Reprodução/Secom SC

IPVA mais justo e inclusivo

Os projetos encaminhados à Alesc também ajustam o limite do IPVA com foco em justiça fiscal e inclusão social. A principal mudança estabelece um limite de R\$ 200 mil para a isenção de IPVA dos veículos utilizados por pessoas com deficiência (PCDs). A regra valerá apenas para novos pedidos e alinha Santa Catarina à prática de outros 17 Estados brasileiros que já impõem valores máximos aos veículos isentos.

A proposta também inclui as pessoas com síndrome de Down entre os beneficiários do direito à isenção do IPVA – uma ampliação do acesso a um direito garantido e que reforça a política de inclusão social no Estado.

Transação: mais eficiência e menos litígio

Outro destaque é a criação da possibilidade de transação para a resolução de litígios relativos à Dívida Ativa do Estado. Com base no Convênio 210/2023 do Confaz, a medida permitirá que o contribuinte regularize débitos tributários e não tributários (inscritos até 31 de dezembro de 2020) considerados de difícil recuperação, de pequeno valor ou relacionados a controvérsias jurídicas, por meio de acordo com concessões mútuas. Na lista estão ICMS, IPVA e ITCMD em atraso.

A proposta prevê redução de multas, juros e honorários advocatícios – mas sem abatimento do valor principal. A adesão será feita por meio de edital e propostas individuais, trazendo mais agilidade e eficiência à recuperação de créditos pelo Estado.



Foto: Reprodução/Secom SC

Crédito contingente de R\$ 2,6 bilhões

O Governo do Estado também propõe a contratação de um crédito contingente de R\$ 2,6 bilhões junto ao Banco do Brasil. A operação segue práticas modernas de gestão financeira, oferecendo ao Estado acesso a recursos com total flexibilidade: não há custo se o crédito não for utilizado e a tarifa de estruturação só será paga caso os valores sejam efetivamente desembolsados.

Os recursos poderão ser usados em áreas estratégicas como Infraestrutura, Segurança, Habitação, Defesa Civil e Assistência Social. A medida garante uma reserva financeira para investimentos em projetos estruturantes sem comprometer o equilíbrio fiscal do Estado.

"A saúde financeira do Estado é positiva, fruto de uma gestão responsável e de um esforço contínuo de equilíbrio das contas públicas. Mas, diante de um cenário econômico global instável, com conflitos internacionais, oscilações nos mercados e incertezas fiscais, precisamos estar preparados. Essa operação funciona como uma reserva estratégica: não gera custo se não for utilizada, mas nos garante flexibilidade e segurança para reagir a tempo e manter investimentos importantes em caso de necessidade", explica o secretário Cleverson Siewert.

Medidas nos projetos

- 4 Frontes: ICMS, IPVA, Transação e Operação de Crédito
- 9 Projetos de Lei:
 - 6 ICMS
 - 1 IPVA
 - 1 Transação
 - 1 Operação de crédito

1 ICMS

NOVAS CONCESSÕES (3 PLs)

As propostas voltadas à cesta básica e ao setor agropecuário serão encaminhadas em dois projetos de lei separados. As demais propostas serão encaminhadas em um único PL.

Cesta básica

Proposta zera o único imposto estadual que incide sobre o arroz, o feijão e as farinhas de trigo, milho, mandioca e de arroz. Com a medida, as alíquotas de ICMS para estes alimentos passa dos atuais 7% para 0% (operações internas). A isenção do imposto sobre esses itens representa uma renúncia adicional de aproximadamente R\$ 130 milhões.

Setor automobilístico

Proposta reduz a alíquota do ICMS de 17% para 12% para três novas NCMs* de veículos automotores:

- NCM 8704.41.00: Picape diesel elétrica
- NCM 8704.51.00: Picape gasolina / álcool / elétrica
- NCM 8704.60.00: Outros veículos automóveis para transporte de mercadorias, unicamente com motor elétrico para propulsão, exceto veículo de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas.

Como veículos automotores têm alíquota de 12%, a medida garante a padronização com os demais veículos, além de promover a sustentabilidade ambiental e maior eficiência energética. O impacto financeiro é estimado em R\$ 2,9 milhões/ano.

*Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma nomenclatura regional para categorização de mercadorias adotada pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, sendo fundamental para determinar os tributos envolvidos nas operações de comércio exterior e de saída de produtos industrializados.

Setor gráfico

Proposta assegura crédito presumido de até 30% do ICMS devido nas operações com determinados produtos gráficos, como chapas, auto adesivos e etiquetas. Com a medida, as empresas catarinenses do setor terão participação 15% maior no mercado da região Sul, o que deve gerar cerca de 850 novos empregos e até R\$ 18 milhões em novos investimentos privados nos próximos três anos.

O impacto financeiro será de aproximadamente R\$ 17,6 milhões/ano.

Macroalgas

Proposta assegura a isenção do ICMS nas saídas internas e interestaduais resultantes do cultivo de macroalgas, além da inclusão da macroalga Kappaphycus Alvezeii na relação de produtos primários na legislação do ICMS. Trata-se de um setor em expansão, que oferece matéria-prima para bioestimulantes (agricultura) e alimentação animal. Há previsão de 141 novas cessões de fazendas marinhas pelo Ministério da Pesca, sendo a maioria destinada ao cultivo de macroalgas: 55 em Florianópolis; 8 em Governador Celso Ramos e 78 em Biguaçu.

O impacto financeiro é estimado em R\$ 200 mil/ano.

Setor de eletrodomésticos

Proposta assegura crédito presumido do ICMS de 2,5% nas saídas interestaduais tributadas a 12%. Medida é similar ao benefício já concedido em 2024, mas inclui novas mercadorias como ventiladores, climatizadores, fornos, tanquinhos de até 10kg, centrifugas e máquinas de lavar até 18kg.

Benefício será equivalente ao praticado no Paraná por meio do Programa Paraná Competitivo, incluindo os mesmos requisitos: realizar investimentos e estar localizado em município com universidade federal ou instituto federal.

O impacto é estimado em R\$ 57,3 milhões/ano.

Setor de aviação

Proposta assegura a suspensão e isenção do pagamento do ICMS incidente no desembaraço aduaneiro relacionado à estocagem de alimentos, bebidas e outros materiais no aeroporto durante pousos e decolagens de voos internacionais. A medida replica o que já ocorre em relação aos tributos federais.

O impacto financeiro é de R\$ 175 mil/ano.

Setor agropecuário

Proposta permite que o crédito presumido relativo à entrada de aves e suínos vivos (4%) seja considerado crédito acumulado proporcionalmente às exportações. O impacto financeiro é estimado em R\$ 116,6 milhões/ano.

Nesse mesmo contexto, já tramita na Alesc outro projeto de lei (403/2024) que assegura a manutenção de incentivos relacionados a insumos agropecuários que totalizam de cerca de R\$ 700 milhões/ano. Trata-se de um benefício garantido há mais de duas décadas à agroindústria catarinense.

Em paralelo, sem necessidade de alteração legislativa, o Estado irá reduzir em 0,5 o multiplicador para cálculo do crédito presumido concedido aos estabelecimentos abatedores de aves e suínos. A redução desse multiplicador terá impacto positivo de cerca de R\$ 100 milhões/ano.

A agroindústria de SC representa cerca de 30% do PIB catarinense, gera aproximadamente 1 milhão de empregos formais e informais, responde por 70% das exportações e por 40% da produção total do Estado.

DESBUROCRATIZAÇÃO

A medida será encaminhada no mesmo projeto de lei que trata das novas concessões.

Prodec

Proposta revoga dispositivos relacionados ao Prodec que tratam do desconto de acordo com o arranjo produtivo do setor agroindustrial (Lei 13.342/2005) e não são mais aplicados na prática.

A medida soluciona uma condição de inviabilidade operacional devido à dinâmica de aquisição de insumos (leite in natura) de produtores de diferentes municípios, além de evitar a concorrência desleal entre produtores de leite que têm o desconto e outros que não têm. Também soluciona a dificuldade envolvida na prestação de contas da renúncia de receita diante da ausência de critérios objetivos.

RENOVAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS (1 PL)

Todas as propostas que tratam da renovação de incentivos fiscais serão encaminhadas em um único projeto de lei

Proposta renova até dezembro de 2028 benefícios de crédito presumido já concedidos anteriormente com vigência até dezembro de 2024. Medidas equiparam Santa Catarina à legislação do Paraná.

Farinha de trigo e mistura para preparação de pães

- Impacto financeiro de R\$ 20 milhões/ano
- 16 empresas potencialmente atendidas
- 1,6 mil empregos envolvidos

Mandioca

- Impacto financeiro de R\$ 4,5 milhões/ano
- 28 empresas potencialmente atendidas
- 50 mil empregos envolvidos

Fabricantes de móveis

- Impacto financeiro de R\$ 7,6 milhões/ano
- 250 fabricantes potencialmente atendidos
- 9 mil empregos envolvidos

Fabricantes de estruturas metálicas para o setor de energia

- Impacto financeiro de R\$ 8,7 milhões/ano
- 5 fabricantes potencialmente atendidos
- Cerca de 90 empregos envolvidos

REVISÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS (2 PLs)

As propostas que tratam da indústria do cobre e das importadoras serão encaminhadas em um único projeto de lei, enquanto as mudanças referentes aos bovinos serão tratadas em um PL à parte.

Cobre

Atualmente, SC concede crédito presumido nas operações que totalizam cerca de R\$ 570 milhões em incentivos fiscais/ano. A principal medida é fixar o recolhimento do ICMS em 3,6% (escalonada em 5 anos).

Proposta: redução de R\$ 272 milhões em incentivos para a indústria do cobre (no final do escalonamento).

Bovinos

SC concede crédito presumido aos abatedores de gado bovino e bubalino (búfalos) que totalizam cerca de R\$ 347 milhões em incentivos fiscais por ano. Medida irá alterar os atuais percentuais de 13,3% ou 14% para 11,9% e de 12% para 11%, dependendo da operação, e vedar o acúmulo desses créditos.

Proposta: redução de R\$ 113,4 milhões em incentivos para o setor bovino.

Importação – Alteração do valor do faturamento

Atualmente, as importadoras têm uma carga tributária de 3% e recolhimento adicional de 2,6% nos primeiros 36 meses. Após esse prazo, a carga é reduzida para 1,4% e o recolhimento antecipado para 1%. Para não ter que esperar 36 meses, a proposta é que os contribuintes assumam o compromisso de efetivar saída superior a R\$ 280 milhões/ano ou manter centro de distribuição instalado.

Proposta: atualização dos R\$ 100 milhões/ano para 280 milhões/ano, valor corrigido pela variação cambial (a última atualização foi em 2012).

2 IPVA

Há necessidade de ajustes pontuais na lei do IPVA para torná-la mais clara e estabelecer um valor-limite de isenção em relação ao veículo, além de garantir a inclusão de pessoa com síndrome de Down como beneficiária.

Isenções (PCD)

Atualmente, a política de isenção do IPVA cobrado em Santa Catarina não determina limite de valor para o veículo. Há casos, por exemplo, de veículos avaliados em quase R\$ 1 milhão e que contam com a isenção em SC.

Proposta: Estabelecer, como limite para isenção de IPVA, o valor do veículo em até R\$ 200 mil. O limite será aplicado apenas para os novos pedidos de isenção

- 17 Estados brasileiros já impõem um valor-limite aos veículos isentos
- Os limites estabelecidos variam de R\$ 55 mil a R\$ 154 mil
- A maioria dos veículos com isenção em SC está abaixo dos R\$ 200 mil

3 Transação

Proposta institui a possibilidade de transação resolutive de litígios relativos à cobrança de créditos tributários e não tributários, nos mesmos termos do Convênio 210/2023 do Confaz – transação é o acordo que põe fim ao litígio por meio de concessões recíprocas.

A medida irá permitir a redução de multas, juros, acréscimos legais e honorários advocatícios, mas com vedação a redução do valor principal. A adesão ocorrerá por meio de edital.

Serão abrangidos somente os débitos inscritos em Dívida Ativa que atendam a uma das seguintes condições:

- Classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação
- De pequeno valor
- Objeto de litígios tributários decorrentes de controvérsia jurídica

4 Operação

Proposta de contratação de crédito contingente de R\$ 2,6 bilhões junto ao Banco do Brasil. Medida é inspirada nas melhores práticas da iniciativa privada, garantindo mais flexibilidade e autonomia para o Estado investir e dar continuidade a projetos estruturantes de longo prazo.

Captação de recursos ocorrerá da seguinte forma:

- Sem comissão de permanência
- Limite de estruturação paga somente se usar o recurso
- Não é necessário desembolsar todo o recurso
- Custo zero para o Estado se não usar o crédito

Áreas habilitadas para o aporte dos recursos:

- Infraestrutura
- Justiça e Cidadania
- Assistência Social
- Habitação
- Segurança
- Defesa Civil

Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado da Fazenda

Rosane Felthaus (48) 3665-2504
 Raelton Maciel (48) 3665-2504
 ascom@sef.sc.gov.br

Editorias

- Agricultura
- Artigos
- Brasil
- BRDE
- Câmara dos Deputados
- Cidades
- Concursos
- Cultura
- Desenvolvimento Social
- Ver todas

Municípios

- Balneário Camboriú - SC
- Balneário Picarras - SC
- Blumenau - SC
- Camboriú - SC
- Itajaí - SC
- Itapema - SC
- Ver todas

Blogs e colunas

- Bastidores da Política
- Esporte local
- Tecnologia e games
- Ver todos

Links

- Classificados
- Enquetes
- Fale conosco
- Galerias
- Últimas notícias
- Vídeos
- TV Ao Vivo
- Estudios TVBC
- Ver todas

Audiência Pública na Alesc vai debater regulamentação do uso de cannabis medicinal



Foto: : Jeferson Baldo/Agência AL



Por: **Ewaldo Willerding Neto**

02/07/2025 - 14:07 - Atualizada em: 02/07/2025 - 14:13

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa aprovou, na manhã desta quarta-feira (2), a realização de uma audiência pública para discutir o uso e fornecimento de cannabis medicinal em Santa Catarina.

O requerimento 198/2025, da deputada Paulinha (Podemos), propõe o encontro entre Parlamento, governo do estado e comunidade para debater a aplicação da cannabis no tratamento de doenças como fibromialgia, autismo, Alzheimer, Parkinson e outras condições crônicas.

O deputado Vicente Caropreso (PSDB) destacou que a Assembleia já aprovou, por ampla maioria, o uso da cannabis para fins medicinais.

“Tenho pressionado o governo do estado para que forneça gratuitamente esse medicamento, que custa cerca de 700 reais”, afirmou Caropreso. “O governo criou uma comissão e continuamos aguardando. Por isso é essencial essa audiência para agilizarmos o fornecimento do medicamento para as famílias catarinenses.”

De autoria da própria deputada Paulinha, a lei aprovada em 2024 criou a Política Estadual de Fornecimento Gratuito de Medicamentos e Produtos à Base de Cannabis. A proposta abrange unidades de saúde públicas e privadas conveniadas ao SUS.

Apesar da sanção, a regulamentação publicada pelo governo estadual tem gerado críticas de associações e parlamentares. A data da audiência ainda será definida pela Assembleia Legislativa.



Ewaldo Willerding Neto

Jornalista formado pela UFSC com 30 anos de atuação.

Mais uma emenda de R\$ 100 mil para infraestrutura de Mondai

Última atualização 2 de julho de 2025 - 14:07:35

O prefeito de Mondai, Elizandro Mainardi, recebeu do deputado estadual Carlos Humberto uma emenda impositiva no valor de R\$ 100 mil. O recurso será destinado para investimentos em infraestrutura, contribuindo diretamente com o desenvolvimento do município.

“Esse apoio do deputado Carlos Humberto é muito importante para que possamos continuar investindo em melhorias estruturais. Cada recurso conquistado representa mais qualidade de vida para a nossa população”, destacou o prefeito Elizandro.

A Administração Municipal agradece ao deputado pelo compromisso com Mondai e reforça que seguirá buscando recursos e parcerias para garantir obras e projetos que fazem a diferença no dia a dia dos mondaienses.

Fonte / Foto: Redes Sociais prefeituramondai



O recurso será destinado para investimentos em infraestrutura, contribuindo diretamente com o desenvolvimento do município

[leia também](#)

ADMINISTRAÇÃO  **MUNICÍPIO DE MONDAÍ**

Mais uma emenda de R\$ 100 mil para infraestrutura de Mondai

Emenda do deputado Carlos Humberto vai reforçar os investimentos em infraestrutura e beneficiar diretamente a população de Mondai!

[Leia mais](#)

Presidente do PSD, Lucas Librelato destaca força política do partido e investimentos em Orleans

Durante entrevista, Lucas Librelato detalhou a convenção do PSD, a atuação do partido no governo e os recursos conquistados para Orleans



Por Rádio Guarujá | 02/07/2025 | 13h54 | Foto/Redação

A convenção do PSD de Orleans foi realizada no último sábado, 28, na Câmara de Vereadores, e marcou a recondução de Lucas Librelato à presidência do diretório municipal. Ao lado do ex-vereador Paulo Canever, ele comandará o partido pelos próximos dois anos. Em entrevista ao Jornal da Guarujá nesta quarta-feira, 2, Lucas fez um balanço da convenção, avaliou o momento do PSD na política local e comentou sobre articulações para 2026.

Segundo Lucas, o PSD voltou a ocupar um papel de destaque em Orleans, com presença significativa na gestão do prefeito Fernando Cruzetta. "O PSD tem hoje dois vereadores na Câmara de Vereadores, tem a atual vice-prefeita, a primeira vice-prefeita da história do município de Orleans, e a primeira vice-prefeita que tem um gabinete para ajudar o prefeito a despachar. E, claro, temos cargos importantes no governo de Fernando e Leonete. A parceria PP e PSD é muito boa, e quem ganha com isso é o município de Orleans."

Ele ressaltou ainda a contribuição prática do partido para o município nos primeiros seis meses da nova gestão. "O PSD, nesses primeiros seis meses de governo, já colocou, através dos seus representantes, mais de R\$ 3,5 milhões no caixa do município. Fora recursos que ainda virão ao longo dos próximos meses. É bastante dinheiro mesmo."

Participação ativa da vice-prefeita

Lucas destacou que a participação da vice-prefeita Leonete Librelato — sua mãe — sempre esteve nos planos do partido. "Quando conseguimos convencê-la, alguns meses antes da eleição, deixamos claro que não seria apenas um protagonismo na campanha. Nós queríamos essa parceria, uma vice-prefeita que realmente tivesse sua liderança, sua voz e sua participação. E é o que está acontecendo. Ela, praticamente todos os dias, tem essa participação ativa. É muito importante, tanto o papel do PSD quanto o da dona Leonete."

Fortalecimento interno e novas lideranças

Como presidente do partido, Lucas afirmou que uma das prioridades agora é renovar as bases e formar novas lideranças. "O ex-presidente Aloir Librelato, meu tio, fez um bom trabalho. Ele tinha uma relação muito boa com lideranças do PP e foi um dos responsáveis por articular a coligação na campanha. Depois da eleição e do início da nova gestão, entendemos que o comando do PSD precisava estar mais próximo da administração. E numa conversa com ele, que entendeu isso, ele mesmo sugeriu essa mudança."

Segundo Lucas, Aloir Librelato e o ex-prefeito Jacinto Redivo (Tinto) foram convidados a permanecer como presidentes de honra do PSD local. "Nossa função daqui pra frente com certeza é formar novas lideranças. Vamos organizar um encontro do PSD para meados de outubro. Queremos trazer algumas lideranças estaduais e o nosso pré-candidato a governador João Rodrigues, pra fazer um grande encontro, de filiações, que vai fortalecer o partido."

Articulações para 2026

Ao ser questionado sobre nomes para as próximas eleições, Lucas destacou o respeito à hierarquia e ao diálogo dentro do PSD. "Eu até hoje não vi uma liderança do PSD que pegue o microfone e se coloque como candidato sem antes buscar as bases. Hoje temos o Gilberto Kassab, nosso presidente nacional, e ele sempre diz que o nosso candidato à Presidência é o Tarcísio de Freitas. Se ele não for, temos o governador Ratinho Júnior também como possibilidade."

No Estado, o nome mais forte, segundo ele, é o de João Rodrigues. "Eu vejo hoje como uma candidatura irreversível. Os números mostram isso, a movimentação dele, as andanças pelo Estado. É um forte candidato ao governo."

Lucas comentou ainda sobre as movimentações para deputado federal e estadual. "O presidente da Alesc, Júlio Garcia, esteve aqui no sábado na convenção e almoçou conosco na festa de São Pedro, em Rio Laranjeiras. Ele nos falou que vai tentar uma vaga na Câmara Federal. O seu sucessor natural aqui na região é o ex-prefeito Beto Kuerten, o Betinho, que vem regionalizando seu nome. Se esses dois candidatos estiverem no páreo, com certeza o PSD vai apoiá-los."

Recursos para Orleans

Durante a entrevista, Lucas destacou que Júlio Garcia já destinou muitos recursos para Orleans, entre obras de pavimentação, investimentos na APAE, hospital, infraestrutura, a aquisição de um caminhão e, prometeu mais R\$ 300 mil para a construção de um campo de grama sintética com iluminação em Rio Laranjeiras."

Além disso, o deputado Mário Motta, também do PSD, destinou quase R\$ 800 mil para a construção da base do SAMU e mais R\$ 300 mil para o hospital. Os deputados Napoleão Bernardes e Ismael dos Santos também colaboraram com valores significativos para a APAE, hospital e piscicultores.

"Eu acho que é dessa forma que se faz política. O PSD, mesmo quando não foi governo, nos oito anos do ex-prefeito Jorge Koch, conseguiu quase R\$ 3 milhões. Agora, em apenas seis meses, já superamos esse valor. Isso mostra compromisso com Orleans."

Críticas à oposição

Ao final da entrevista, Lucas criticou o tom da oposição na Câmara. "Passou muito do limite. Você ser oposição é normal, fiscalizar, cobrar, isso é importante. Mas vereadores que passaram oito anos elogiando tudo, agora dizem que está tudo errado? Isso não é postura de legislador. A população quer ver trabalho, não embate partidário vazio."

Ele concluiu lançando um desafio: "Eu duvido que os dois partidos de oposição tragam, em quatro anos, o que o PSD trouxe em seis meses para Orleans. Não que não tenham capacidade, mas vai faltar esforço."

Confira entrevista completa



Obra da Rodovia dos Mineiros, esperada há décadas, pode finalmente sair do papel, diz prefeita de Urussanga

GERAL | Ontem às 13h51

PODCASTS

- GERAL
Íntegra 03/04/2025
Taxação dos EUA preocupa setor ...
- GERAL
Íntegra 21/11/2024
Câmara de Lauro Müller convoca p...
- PODCASTS
Íntegra 05/04/2024
REMEMBER NIGHT em Orleans: U...
- É PRA JÁ
Íntegra 24/01/2024
Mark Knopfler está de volta!
- CAFÉ
Íntegra 16/11/2023
☕ Café ☕ especial a partir das 18...
- CAFÉ
Íntegra 09/11/2023
☕ Café ☕ especial na 92.9 FM Gu...
- CAFÉ
Íntegra 09/11/2023
☕ Café ☕ especial na 92.9 FM Gu...
- PAPO EMPREENDEDOR
Íntegra 06/11/2023
Papô Empreendedor ep.: 126 - Tha...
- CAFÉ
Íntegra 30/10/2023
☕ Café ☕ especial na 92.9 FM Gu...

VER TODOS

Facebook

Guarujá FM 92.2



COMPARTILHE ESSA NOTÍCIA



Taxação dos EUA preocupa setor madeireiro de SC

GERAL | 03/04/2025 às 14h37



Câmara de Lauro Müller convoca prefeita para esclarecer falta d'água no Guatá

GERAL | 21/11/2024 às 13h59

VER MAIS NOTÍCIAS



NOTÍCIAS

Governo de SC apresenta à Alesc pacote de ações em segurança, obras e economia

Redação julho 2, 2025



Foto: Roberto Zacarias / Secom GOVSC

Uma série de medidas que vão impactar diretamente os catarinenses foi apresentada pelo governador Jorginho Mello aos deputados estaduais na manhã desta quarta-feira, 2 de julho, na Casa d'Agronômica. Os Projetos de Lei, que serão encaminhados à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) ainda nesta quarta, abrangem as áreas fiscal e econômica, segurança, proteção e defesa civil, infraestrutura, meio ambiente e educação.

Com foco em infraestrutura, o pacote inclui ainda o Projeto de Lei que institui o Sistema Ferroviário do Estado de Santa Catarina (SFE/SC). A proposta regulamenta a exploração do transporte ferroviário de cargas e passageiros, tanto por meio de concessões públicas quanto por autorizações privadas. A meta é reduzir custos logísticos, ampliar a mobilidade, incentivar a inovação tecnológica e tornar a matriz de transporte mais eficiente e segura. O projeto também prevê a concessão de imóveis públicos adjacentes às ferrovias para uso comercial ou serviços associados, criando oportunidades para o desenvolvimento regional.

“Estamos criando critérios para fazer da forma correta o sistema ferroviário para Santa Catarina. Por muitos anos isso foi prometido, mas nunca feito. O Projeto de Lei é importante para fazermos um regramento, que hoje não existe”, disse o governador.

Na segurança, o governo propõe a criação do Cadastro Estadual de Pessoas em Situação de Rua, que pretende identificar, mapear e acompanhar essa população em todo o território catarinense. A medida marca o início de uma força-tarefa coordenada pelo próprio governador, com participação do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, Alesc e prefeituras. A ferramenta permitirá o planejamento de políticas públicas com mais precisão e transparência, promovendo a integração entre diferentes áreas.

“Nós vamos atuar em apoio aos municípios, atualmente, por exemplo, não sabemos quantas pessoas vivem nessa situação e nem qual a realidade. Vamos trabalhar da melhor forma: com base em dados”, afirmou o governador.

Outra proposta apresentada foi a criação do Serviço Militar Estadual Temporário (Semet), que visa ampliar os quadros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar por meio de contratos com duração inicial de 12 meses, prorrogáveis por até 96 meses. O ingresso será feito por processo seletivo simplificado, voltado a profissionais com formação superior e perfil compatível com as áreas estratégicas das corporações.

Na área econômica, o governo aposta em duas frentes complementares para estimular o empreendedorismo e destravar investimentos. A primeira delas é o Programa Estadual de Modernização do Ambiente de Negócios Catarinense, que propõe desburocratizar a abertura de empresas, garantir liberdade econômica e ampliar a integração digital entre empreendedores e órgãos públicos. Atividades de baixo risco terão liberação automática para funcionamento, com fiscalização mantida.

A outra é o Programa de Incentivo à Modernização e Excelência Empresarial (Primex), vinculado à Junta Comercial (Jucesc), busca acelerar o registro empresarial, promover o uso de tecnologias como inteligência artificial e análise preditiva, e fomentar a cultura da eficiência na gestão pública e privada.

Projetos de lei da área tributária também estão entre as medidas que vão impulsionar setores estratégicos e refletir diretamente em um alívio bolso dos catarinenses. O governador anunciou a isenção total do ICMS para seis itens da cesta básica — arroz, feijão e as farinhas de arroz, trigo, milho e mandioca — reduzindo a alíquota de 7% para 0%.

Além disso, os projetos ampliam incentivos para os setores automobilístico, de eletrodomésticos, aviação e agropecuária; renovam benefícios para os segmentos moveleiro e de estruturas metálicas; e revisam incentivos considerados em áreas que conseguiram ampliar sua competitividade e não necessitam mais do regime diferenciado de tributação.

COMPARTILHE

FACEBOOK

TWITTER

LINKEDIN

REDDIT

Redação

Governo de SC apresenta aos deputados projetos que serão enviados para a Alesc



Foto: Roberto Zacarias / Secom



Por: OCP News Florianópolis

02/07/2025 - 13:07 - Atualizada em: 02/07/2025 - 13:44

Uma série de medidas que vão impactar diretamente os catarinenses foi apresentada pelo governador Jorginho Mello aos deputados estaduais na manhã desta quarta-feira (2), na Casa d'Agrônômica. Os Projetos de Lei, que serão encaminhados à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) ainda nesta quarta, abrangem as áreas fiscal e econômica, segurança, proteção e defesa civil, infraestrutura, meio ambiente e educação.

Com foco em infraestrutura, o pacote inclui ainda o Projeto de Lei que institui o Sistema Ferroviário do Estado de Santa Catarina (SFE/SC). A proposta regulamenta a exploração do transporte ferroviário de cargas e passageiros, tanto por meio de concessões públicas quanto por autorizações privadas. A meta é reduzir custos logísticos, ampliar a mobilidade, incentivar a inovação tecnológica e tornar a matriz de transporte mais eficiente e segura. O projeto também prevê a concessão de imóveis públicos adjacentes às ferrovias para uso comercial ou serviços associados, criando oportunidades para o desenvolvimento regional.

“Estamos criando critérios para fazer da forma correta o sistema ferroviário para Santa Catarina. Por muitos anos isso foi prometido, mas nunca feito. O Projeto de Lei é importante para fazermos um regramento, que hoje não existe”, disse o governador.

Na segurança, o governo propõe a criação do Cadastro Estadual de Pessoas em Situação de Rua, que pretende identificar, mapear e acompanhar essa população em todo o território catarinense. A medida marca o início de uma força-tarefa coordenada pelo próprio governador, com participação do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, Alesc e prefeituras. A ferramenta permitirá o planejamento de políticas públicas com mais precisão e transparência, promovendo a integração entre diferentes áreas.

“Nós vamos atuar em apoio aos municípios, atualmente, por exemplo, não sabemos quantas pessoas vivem nessa situação e nem qual a realidade. Vamos trabalhar da melhor forma: com base em dados”, afirmou o governador.

Outra proposta apresentada foi a criação do Serviço Militar Estadual Temporário (Semet), que visa ampliar os quadros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar por meio de contratos com duração inicial de 12 meses, prorrogáveis por até 96 meses. O ingresso será feito por processo seletivo simplificado, voltado a profissionais com formação superior e perfil compatível com as áreas estratégicas das corporações.

Na área econômica, o governo aposta em duas frentes complementares para estimular o empreendedorismo e destravar investimentos. A primeira delas é o Programa Estadual de Modernização do Ambiente de Negócios Catarinense, que propõe desburocratizar a abertura de empresas, garantir liberdade econômica e ampliar a integração digital entre empreendedores e órgãos públicos. Atividades de baixo risco terão liberação automática para funcionamento, com fiscalização mantida.

A outra é o Programa de Incentivo à Modernização e Excelência Empresarial (Primex), vinculado à Junta Comercial (Jucesc), busca acelerar o registro empresarial, promover o uso de tecnologias como inteligência artificial e análise preditiva, e fomentar a cultura da eficiência na gestão pública e privada.

Projetos de lei da área tributária também estão entre as medidas que vão impulsionar setores estratégicos e refletir diretamente em um alívio bolso dos catarinenses. O governador anunciou a isenção total do ICMS para seis itens da cesta básica — arroz, feijão e as farinhas de arroz, trigo, milho e mandioca — reduzindo a alíquota de 7% para 0%.

Além disso, os projetos ampliam incentivos para os setores automobilístico, de eletrodomésticos, aviação e agropecuária; renovam benefícios para os segmentos moveleiro e de estruturas metálicas; e revisam incentivos considerados em áreas que conseguiram ampliar sua competitividade e não necessitam mais do regime diferenciado de tributação.



OCP News Florianópolis

Inicial > Notícias - Lateral > Governo de SC zera imposto sobre alimentos da cesta básica e amplia incentivos para a indústria

Notícias - Lateral

Governo de SC zera imposto sobre alimentos da cesta básica e amplia incentivos para a indústria

02 de julho de 2023



Projetos enviado pelo governador Jorginho Mello à Assembleia Legislativa isenta a cobrança do ICMS sobre itens como o arroz e o feijão, e incentiva setores estratégicos da economia do estado

Fotos: Roberto Zacarias/Secom

Uma série de projetos elaborado pelo Governo de Santa Catarina traz medidas que vão impulsionar setores estratégicos da economia e se refletir em preços mais baixos de alimentos essenciais na mesa dos catarinenses. Mudanças na legislação também vão tornar as regras de isenção do IPVA mais justas e inclusivas.

Além disso, após a aprovação dos projetos o Estado terá a possibilidade de oferecer a modalidade de transação para promover acordos judiciais e resgatar créditos tributários e não tributários já inscritos em dívida ativa, garantindo aos contribuintes descontos em juros e multas.

As propostas serão enviadas à Assembleia Legislativa (Alesc) nos próximos dias e já foram apresentadas aos deputados estaduais em reunião na manhã desta quarta-feira, 2, pelo governador Jorginho Mello e os secretários Cleverton Siewert (Fazenda), Kennedy Nunes (Casa Civil) e Marcelo Mendes (adjunto da Casa Civil), além do procurador-geral Márcio Vicari. Entre as principais medidas anunciadas está a isenção total do ICMS para seis itens da cesta básica: arroz, feijão e as farinhas de arroz, trigo, milho e mandioca. A alíquota desses produtos passará de 7% para 0%.

Conforme compromisso assumido entre o Governo do Estado e os dirigentes dos setores produtivo e supermercadista, a redução da carga tributária deverá repercutir na queda dos preços desses produtos nas prateleiras, beneficiando diretamente o bolso do consumidor.

"Estamos tirando o imposto para que esses alimentos cheguem mais baratos na mesa dos catarinenses. Esses projetos também valorizam todos aqueles que produzem, investem e geram empregos em Santa Catarina. É o Estado fazendo a sua parte para ajudar a economia a continuar crescendo", destaca o governador Jorginho Mello.

Novas concessões

A série de projetos contempla ações voltadas ao fortalecimento de segmentos econômicos estratégicos. A indústria automobilística, por exemplo, terá a alíquota de ICMS reduzida de 17% para 12% em novas categorias de picapes e veículos de transporte de mercadorias com motorização elétrica. Setores como o de eletrodomésticos, aviação, gráfico e agropecuário também estão contemplados com uma série de novos incentivos.

Incentivos renovados

A indústria moveleira e os fabricantes de estruturas metálicas voltadas ao setor de energia terão seus atuais incentivos renovados até 2028. A farinha de trigo, a mandioca e a pasta para preparação de pães (pãozinho congelado) também terão os atuais benefícios fiscais renovados por mais quatro anos.

Revisão de benefícios

Por outro lado, os projetos encaminhados ao Legislativo garantem avanços na política de revisão dos incentivos fiscais que se mostram excessivos e que eventualmente não se justificam mais. As mudanças propostas envolvem a indústria do cobre e o setor de bovinos – os dois continuarão tendo benefícios, mas em montante menor do que vinha sendo praticado, garantindo a redução de quase R\$ 400 milhões por ano em benefícios.

"O conjunto de projetos mantém uma relação de equilíbrio bem estabelecida entre estímulo e responsabilidade fiscal. Ampliamos incentivos para setores que geram emprego, agregam valor à produção e ajudam Santa Catarina a crescer, mas também enfrentamos o desafio de revisar benefícios que já alcançaram seus objetivos", avalia o secretário Cleverton Siewert (Fazenda).

"Todos os encaminhamentos foram construídos com muito diálogo junto ao setor produtivo e um propósito claro: assegurar a competitividade das nossas empresas e manter as contas do Estado em dia para investirmos onde realmente importa", reforça.



Foto: Roberto Zacarias / SECOM

IPVA mais justo e inclusivo

Os projetos encaminhados à Alesc trazem ajustes no IPVA com foco em justiça fiscal e inclusão social. A principal mudança estabelece um limite de R\$ 200 mil para a isenção de IPVA dos veículos utilizados por pessoas com deficiência (PCDs). A regra valerá apenas para novos pedidos e alinha Santa Catarina à prática de outros 17 Estados brasileiros que já impõem valores máximos aos veículos isentos.

A proposta também inclui as pessoas com síndrome de Down entre os beneficiários do direito à isenção do IPVA — uma ampliação do acesso a um direito garantido e que reforça a política de inclusão social no Estado.

Transação: mais eficiência e menos litígio

Outro destaque é a criação da possibilidade de transação para a resolução de litígios relativos à Dívida Ativa do Estado. Com base no Convênio 210/2023 do Confaz, a medida permitirá que o contribuinte regularize débitos tributários e não tributários (inscritos até 31 de dezembro de 2020) considerados de difícil recuperação, de pequeno valor ou relacionados a controvérsias jurídicas, por meio de acordo com concessões mútuas. Na lista estão ICMS, IPVA e ITCMD em atraso.

A proposta prevê redução de multas, juros e honorários advocatícios — mas sem abatimento do valor principal. A adesão será feita por meio de edital e propostas individuais, trazendo mais agilidade e eficiência à recuperação de créditos pelo Estado.



Foto: Roberto Zacarias / SECOM

Crédito contingente de R\$ 2,6 bilhões

O Governo do Estado também propõe a contratação de um crédito contingente de R\$ 2,6 bilhões junto ao Banco do Brasil. A operação segue práticas modernas de gestão financeira, oferecendo ao Estado acesso a recursos com total flexibilidade: não há custo se o crédito não for utilizado e a tarifa de estruturação só será paga caso os valores sejam efetivamente desembolsados.

Os recursos poderão ser usados em áreas estratégicas como Infraestrutura, Segurança, Habitação, Defesa Civil e Assistência Social. A medida garante uma reserva financeira para investimentos em projetos estruturantes sem comprometer o equilíbrio fiscal do Estado.

"A saúde financeira do Estado é positiva, fruto de uma gestão responsável e de um esforço contínuo de equilíbrio das contas públicas. Mas, diante de um cenário econômico global instável, com conflitos internacionais, oscilações nos mercados e incertezas fiscais, precisamos estar preparados. Essa operação funciona como uma reserva estratégica: não gera custo se não for utilizada, mas nos garante flexibilidade e segurança para reagir a tempo e manter investimentos importantes em caso de necessidade", explica o secretário Cleverton Siewert.

Medidas nos projetos

- 4 Frentes: ICMS, IPVA, Transação e Operação de Crédito
- 9 Projetos de Lei:
 - 6 ICMS
 - 1 IPVA
 - 1 Transação
 - 1 Operação de crédito

1 ICMS

NOVAS CONCESSÕES (3 PLs)

As propostas voltadas à cesta básica e ao setor agropecuário serão encaminhadas em dois projetos de lei separados. As demais propostas serão encaminhadas em um único PL.

Cesta básica

Proposta zera o único imposto estadual que incide sobre o arroz, o feijão e as farinhas de trigo, milho, mandioca e de arroz. Com a medida, as alíquotas de ICMS para estes alimentos passa dos atuais 7% para 0% (operações internas). A isenção do imposto sobre esses itens representa uma renúncia adicional de aproximadamente R\$ 130 milhões.

Sector automobilístico

Proposta reduz a alíquota do ICMS de 17% para 12% para três novas NCMs* de veículos automotores:

- NCM 8704.41.00: Picape diesel elétrica
- NCM 8704.51.00: Picape gasolina / álcool / elétrica
- NCM 8704.60.00: Outros veículos para transporte de mercadorias, unicamente com motor elétrico para propulsão, exceto veículo de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas.

Como veículos automotores têm alíquota de 12%, a medida garante a padronização com os demais veículos, além de promover a sustentabilidade ambiental e maior eficiência energética. O impacto financeiro é estimado em R\$ 2,9 milhões/ano.

*Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma nomenclatura regional para categorização de mercadorias adotada pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, sendo fundamental para determinar os tributos envolvidos nas operações de comércio exterior e de saída de produtos industrializados.

Sector gráfico

Proposta assegura crédito presumido de até 30% do ICMS devido nas operações com determinados produtos gráficos, como chapas, auto adesivos e etiquetas. Com a medida, as empresas catarinenses do setor terão participação 15% maior no mercado da região Sul, o que deve gerar cerca de 850 novos empregos e até R\$ 18 milhões em novos investimentos privados nos próximos três anos.

O impacto financeiro será de aproximadamente R\$ 17,6 milhões/ano.

Macroalgas

Proposta assegura a isenção do ICMS nas saídas internas e interestaduais resultantes do cultivo de macroalgas, além da inclusão da macroalga Kappaphycus Alverezii na relação de produtos primários na legislação do ICMS. Trata-se de um setor em expansão, que oferece matéria-prima para biotecnologias (agricultura) e alimentícia animal. Há previsão de 141 novas cessões de fazendas marinhas pelo Ministério da Pesca, sendo a maioria destinada ao cultivo de macroalgas: 55 em Florianópolis; 8 em Governador Celso Ramos e 78 em Biguaçu.

O impacto financeiro é estimado em R\$ 200 mil/ano.

Sector de eletrodomésticos

Proposta assegura crédito presumido do ICMS de 2,5% nas saídas interestaduais tributadas a 12%. Medida é similar ao benefício já concedido em 2024, mas inclui novas mercadorias como ventiladores, climatizadores, fornos, tanquinhos de até 10kg, centrifugas e máquinas de lavar até 18kg.

Benefício será equivalente ao praticado no Paraná por meio do Programa Paraná Competitivo, incluindo os mesmos requisitos: realizar investimentos e estar localizado em município com universidade federal ou instituto federal.

O impacto é estimado em R\$ 57,3 milhões/ano.

Sector de aviação

Proposta assegura a suspensão e isenção do pagamento do ICMS incidente no desembarço aduaneiro relacionado à estocagem de alimentos, bebidas e outros materiais no aeroporto durante pousos e decolagens de voos internacionais. A medida replica o que já ocorre em relação aos tributos federais.

O impacto financeiro é de R\$ 175 mil/ano.

Sector agropecuário

Proposta permite que o crédito presumido relativo à entrada de aves e suínos vivos (4%) seja considerado crédito acumulado proporcionalmente às exportações. O impacto financeiro é estimado em R\$ 116,6 milhões/ano.

Nesse mesmo contexto, já tramita na Alesc outro projeto de lei (403/2024) que assegura a manutenção de incentivos relacionados a insumos agropecuários que totalizam de cerca de R\$ 700 milhões/ano. Trata-se de um benefício garantido há mais de duas décadas da agroindústria catarinense.

Em paralelo, sem necessidade de alteração legislativa, o Estado irá reduzir em 0,5 o multiplicador para cálculo do crédito presumido concedido aos estabelecimentos abatedores de aves e suínos. A redução desse multiplicador terá impacto positivo de cerca de R\$ 100 milhões/ano.

A agroindústria de SC representa cerca de 30% do PIB catarinense, gera aproximadamente 1 milhão de empregos formais e informais, responde por 70% das exportações e por 40% da produção total do Estado.

DESBUROCRATIZAÇÃO

A medida será encaminhada no mesmo projeto de lei que trata das novas concessões.

Prodec

Proposta revoga dispositivos relacionados ao Prodec que tratam do desconto de acordo com o arranjo produtivo do setor agroindustrial (Lei 13.342/2005) e não são mais aplicados na prática.

A medida soluciona uma condição de inviabilidade operacional devido à dinâmica de aquisição de insumos (leite in natura) de produtores de diferentes municípios, além de evitar a concorrência desleal entre produtores de leite que têm o desconto e outros que não têm. Também soluciona a dificuldade envolvida na prestação de contas da renúncia de receita diante da ausência de critérios objetivos.

RENOVAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS (1 PL)

Todas as propostas que tratam da renovação de incentivos fiscais serão encaminhadas em um único projeto de lei

Proposta renova até dezembro de 2028 benefícios de crédito presumido já concedidos anteriormente com vigência até dezembro de 2024. Medidas equiparam Santa Catarina à legislação do Paraná.

Farinha de trigo e mistura para preparação de pães

- Impacto financeiro de R\$ 20 milhões/ano
- 16 empresas potencialmente atendidas
- 1,6 mil empregos envolvidos

Mandioca

- Impacto financeiro de R\$ 4,5 milhões/ano
- 28 empresas potencialmente atendidas
- 50 mil empregos envolvidos

Fabricantes de móveis

- Impacto financeiro de R\$ 7,6 milhões/ano
- 250 fabricantes potencialmente atendidos
- 9 mil empregos envolvidos

Fabricantes de estruturas metálicas para o setor de energia

- Impacto financeiro de R\$ 8,7 milhões/ano
- 5 fabricantes potencialmente atendidos
- Cerca de 90 empregos envolvidos

REVISÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS (2 PLs)

As propostas que tratam da indústria do cobre e das importadoras serão encaminhadas em um único projeto de lei, enquanto as mudanças referentes aos bovinos serão tratadas em um PL à parte.

Cobre

Atualmente, SC concede crédito presumido nas operações que totalizam cerca de R\$ 570 milhões em incentivos fiscais/ano. A principal medida é fixar o recolhimento do ICMS em 3,6% (escalonada em três anos).

Proposta: redução de R\$ 272 milhões em incentivos para a indústria do cobre (no final do escalonamento).

Bovinos

SC concede crédito presumido aos abatedores de gado bovino e bubalino (búfalos) que totalizam cerca de R\$ 347 milhões em incentivos fiscais por ano. Medida irá alterar os atuais percentuais de 13,3% ou 14% para 11,9% e de 12% para 11%, dependendo da operação, e vedar o acúmulo desses créditos.

Proposta: redução de R\$ 113,4 milhões em incentivos para o setor bovino.

Importação – Alteração do valor do faturamento

Atualmente, as importadoras têm uma carga tributária de 3% e recolhimento antecipado de 2,6% nos primeiros 36 meses. Após esse prazo, a carga é reduzida para 1,4% e o recolhimento antecipado para 1%. Para não ter que esperar 36 meses, a proposta é que os contribuintes assumam o compromisso de efetivar saída superior a R\$ 280 milhões/ano ou manter centro de distribuição instalado.

Proposta: atualização dos R\$ 100 milhões/ano para 280 milhões/ano, valor corrigido pela variação cambial (a última atualização foi em 2012).

2 IPVA

Há necessidade de ajustes pontuais na lei do IPVA para torná-la mais clara e estabelecer um valor-limite de isenção em relação ao veículo, além de garantir a inclusão de pessoa com síndrome de Down como beneficiária.

Isenções (PCD)

Atualmente, a política de isenção do IPVA cobrado em Santa Catarina não determina limite de valor para o veículo. Há casos, por exemplo, de veículos avaliados em quase R\$ 1 milhão e que contam com a isenção em SC.

Proposta: Estabelecer, como limite para isenção de IPVA, o valor do veículo em até R\$ 200 mil. O limite será aplicado apenas para os novos pedidos de isenção

- 17 Estados brasileiros já impõem um valor-limite aos veículos isentos
- Os limites estabelecidos variam de R\$ 55 mil a R\$ 154 mil
- A maioria dos veículos com isenção em SC está abaixo dos R\$ 200 mil

3 Transação

Proposta institui a possibilidade da transação resolutiva de litígios relativos à cobrança de créditos tributários e não tributários, nos mesmos termos do Convênio 210/2023 do Confaz — transação é o acordo que põe fim ao litígio por meio de concessões recíprocas.

A medida irá permitir a redução de multas, juros, acréscimos legais e honorários advocatícios, sendo vedada a redução do valor principal. A adesão ocorrerá por meio de edital.

Serão abrangidos somente os débitos inscritos em Dívida Ativa que atendam a uma das seguintes condições:

- Classificados como irre recuperáveis ou de difícil recuperação
- De pequeno valor
- Objeto de litígios tributários decorrentes de controvérsia jurídica

4 Operação

Proposta de contratação de crédito contingente de R\$ 2,6 bilhões junto ao Banco do Brasil. Medida é inspirada nas melhores práticas da iniciativa privada, garantindo mais flexibilidade e autonomia para o Estado investir e dar continuidade a projetos estruturantes de longo prazo.

Captação de recursos ocorrerá da seguinte forma:

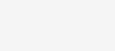
- Sem comissão de permanência
- Tarifa de estruturação paga somente se usar o recurso
- Não é necessário desembolsar todo o recurso
- Custo zero para o Estado se não usar o crédito

Áreas habilitadas para o aporte dos recursos:

- Infraestrutura
- Justiça e Cidadania
- Assistência Social
- Habitação
- Segurança
- Defesa Civil



CLÁUDIO PRISCO
DO JORNAL BAND CIDADE DA TVM
EX-DIRETOR DE JORNALISMO DA TVM





Governo de SC apresenta aos deputados projetos que serão enviados para a Alesc

Redação SCemPauta

Notícia

2 de julho de 2025 12:46

Tags: Alesc, Casa D'Agronômica, encontro com deputados estaduais, Jorginho Mello, Projetos de lei governo sc



Encontro foi realizado nesta manhã na Casa d'Agronômica (Divulgação Secom Gov)

Uma série de medidas que vão impactar diretamente os catarinenses foi apresentada pelo governador Jorginho Mello aos deputados estaduais na manhã desta quarta-feira, 2 de julho, na Casa d'Agronômica. Os Projetos de Lei, que serão encaminhados à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) ainda hoje, abrangem as áreas fiscal e econômica, segurança, proteção e defesa civil, infraestrutura, meio ambiente e educação.

Com foco em infraestrutura, o pacote inclui ainda o Projeto de Lei que institui o Sistema Ferroviário do Estado de Santa Catarina (SFE/SC). A proposta regulamenta a exploração do transporte ferroviário de cargas e passageiros, tanto por meio de concessões públicas quanto por autorizações privadas. A meta é reduzir custos logísticos, ampliar a mobilidade, incentivar a inovação tecnológica e tornar a matriz de transporte mais eficiente e segura. O projeto também prevê a concessão de imóveis públicos adjacentes às ferrovias para uso comercial ou serviços associados, criando oportunidades para o desenvolvimento regional.

"Estamos criando critérios para fazer da forma correta o sistema ferroviário para Santa Catarina. Por muitos anos isso foi prometido, mas nunca feito. O Projeto de Lei é importante para fazermos um regramento, que hoje não existe", disse o governador.

Na segurança, o governo propõe a criação do Cadastro Estadual de Pessoas em Situação de Rua, que pretende identificar, mapear e acompanhar essa população em todo o território catarinense. A medida marca o início de uma força-tarefa coordenada pelo próprio governador, com participação do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, Alesc e prefeituras. A ferramenta permitirá o planejamento de políticas públicas com mais precisão e transparência, promovendo a integração entre diferentes áreas.

"Nós vamos atuar em apoio aos municípios, atualmente, por exemplo, não sabemos quantas pessoas vivem nessa situação e nem qual a realidade. Vamos trabalhar da melhor forma: com base em dados", afirmou o governador.

Outra proposta apresentada foi a criação do Serviço Militar Estadual Temporário (Semet), que visa ampliar os quadros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar por meio de contratos com duração inicial de 12 meses, prorrogáveis por até 96 meses. O ingresso será feito por processo seletivo simplificado, voltado a profissionais com formação superior e perfil compatível com as áreas estratégicas das corporações.

Na área econômica, o governo aposta em duas frentes complementares para estimular o empreendedorismo e destravar investimentos. A primeira delas é o Programa Estadual de Modernização do Ambiente de Negócios Catarinense, que propõe desburocratizar a abertura de empresas, garantir liberdade econômica e ampliar a integração digital entre empreendedores e órgãos públicos. Atividades de baixo risco terão liberação automática para funcionamento, com fiscalização mantida.

A outra é o Programa de Incentivo à Modernização e Excelência Empresarial (Primex), vinculado à Junta Comercial (Jucesc), busca acelerar o registro empresarial, promover o uso de tecnologias como inteligência artificial e análise preditiva, e fomentar a cultura da eficiência na gestão pública e privada.

Projetos de lei da área tributária também estão entre as medidas que vão impulsionar setores estratégicos e refletir diretamente em um alívio bolso dos catarinenses. O governador anunciou a isenção total do ICMS para seis itens da cesta básica – arroz, feijão e as farinhas de arroz, trigo, milho e mandioca – reduzindo a alíquota de 7% para 0%.

Além disso, os projetos ampliam incentivos para os setores automobilístico, de eletrodomésticos, aviação e agropecuária; renovam benefícios para os segmentos moveleiro e de estruturas metálicas; e revisam incentivos considerados em áreas que conseguiram ampliar sua competitividade e não necessitam mais do regime diferenciado de tributação.

[Veja mais postagens desse autor](#)



Audiência pública em Içara debaterá alteração na avaliação da produção de fumo em SC

Redação SCemPauta

Notícia

2 de julho de 2025 12:19 Tags: Audiência Pública em Içara, Deputado Rodrigo Minotto, Içara, Produção de Fumo



Deputado estadual Rodrigo Minotto (PDT) propõe avaliação (Divulgação)

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) realizará uma audiência pública no Sul do Estado para discutir o Projeto de Lei 0010/2023, que propõe que a avaliação da qualidade do fumo seja feita diretamente na propriedade do agricultor, e não nas instalações da empresa fumageira. O encontro acontecerá no dia 11 de julho, às 14h, no Salão de Festas São Judas Tadeu, no bairro Poço 8, em Içara. A proposta é de autoria do deputado estadual Rodrigo Minotto (PDT), que já participou de debates sobre o tema na região Norte do Estado, em Canoinhas.

Atualmente, no sistema integrado, as empresas fumageiras fornecem insumos e assistência técnica, garantindo a compra da produção, enquanto os agricultores entram com a terra e a mão de obra. A avaliação da qualidade, no entanto, feita tradicionalmente nas empresas, tem gerado insatisfação entre os produtores, que alegam falta de transparência e prejuízos financeiros.

Segundo o deputado Minotto, o objetivo do projeto é aprimorar o sistema, tornando-o mais justo e transparente. "Ao transferir a avaliação para a propriedade, o produtor passa a ter voz ativa na definição do valor de seu produto. Esta audiência pública pretende ouvir os agricultores e permitir que a Assembleia Legislativa atue em favor da justiça nesse tema", destaca.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Içara, Hercílio Jair De Estefani, o momento é decisivo. "Essa lei, se aprovada, irá beneficiar todos os produtores que desejam comercializar seu produto diretamente na propriedade. No Rio Grande do Sul, a medida já foi adotada. Agora, é fundamental a união dos agricultores para que os deputados aprovelem essa proposta em Santa Catarina. É uma oportunidade crucial para fortalecer a cadeia produtiva do tabaco", afirma.

O Projeto de Lei 0010/2023 busca garantir mais autonomia ao produtor. Ao permitir que ele acompanhe o processo de avaliação em sua propriedade, abre-se também a possibilidade de buscar outros compradores caso haja discordância na classificação. "Vamos reunir cooperativas agrícolas, sindicatos rurais, produtores e empresas fumageiras. Precisamos encontrar um consenso sobre a melhor forma de avaliar a qualidade do produto", finaliza Minotto.

[Veja mais postagens desse autor](#)

Audiência pública em Içara debaterá alteração na avaliação da produção de fumo em SC

Política

Esta notícia foi publicada em 2 julho 2025 11:00



A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) realizará uma audiência pública no Sul do Estado para discutir o Projeto de Lei 0010/2023, que propõe que a avaliação da qualidade do fumo seja feita diretamente na propriedade do agricultor, e não nas instalações da empresa fumageira. O encontro acontecerá no dia 11 de julho, às 14h, no Salão de Festas São Judas Tadeu, no bairro Poço 8, em Içara. A proposta é de autoria do deputado estadual Rodrigo Minotto (PDT), que já participou de debates sobre o tema na região Norte do Estado, em Canoinhas.

Atualmente, no sistema integrado, as empresas fumageiras fornecem insumos e assistência técnica, garantindo a compra da produção, enquanto os agricultores entram com a terra e a mão de obra. A avaliação da qualidade, no entanto, feita tradicionalmente nas empresas, tem gerado insatisfação entre os produtores, que alegam falta de transparência e prejuízos financeiros.

Segundo o deputado Minotto, o objetivo do projeto é aprimorar o sistema, tornando-o mais justo e transparente. "Ao transferir a avaliação para a propriedade, o produtor passa a ter voz ativa na definição do valor de seu produto. Esta audiência pública pretende ouvir os agricultores e permitir que a Assembleia Legislativa atue em favor da justiça nesse tema", destaca.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Içara, Hercílio Jair De Estefani, o momento é decisivo. "Essa lei, se aprovada, irá beneficiar todos os produtores que desejam comercializar seu produto diretamente na propriedade. No Rio Grande do Sul, a medida já foi adotada. Agora, é fundamental a união dos agricultores para que os deputados aprovelem essa proposta em Santa Catarina. É uma oportunidade crucial para fortalecer a cadeia produtiva do tabaco", afirma.

O Projeto de Lei 0010/2023 busca garantir mais autonomia ao produtor. Ao permitir que ele acompanhe o processo de avaliação em sua propriedade, abre-se também a possibilidade de buscar outros compradores caso haja discordância na classificação. "Vamos reunir cooperativas agrícolas, sindicatos rurais, produtores e empresas fumageiras. Precisamos encontrar um consenso sobre a melhor forma de avaliar a qualidade do produto", finaliza Minotto.

Colaboração: assessoria de Imprensa – Deputado estadual Rodrigo Minotto

ANTERIOR

Com a presença de bom público, vereadores participam da 22ª sess... Palestra orienta empresários do setor gastronômico sobre o tema trib...

PRÓXIMO

Gostou da notícia então compartilhe:

Noticias em destaque

[Leia mais em Destaques](#)

İÇARA
NEWS

SOMOS O İÇARA NEWS, O SEU SITE DE NOTÍCIAS

Noticias:

[Segurança](#)
[Economia](#)
[Esportes](#)
[Geral](#)
[Política](#)
[Saúde](#)
[Balneário Rincão](#)

Outros links:

[Sobre](#)
[Anuncie](#)
[Fale Conosco](#)
[Politica de Privacidade](#)

Informações:

[\(48\) 99122-3601](#)

contato@icaranews.com.br

Rua São Donato, nº 95, Sala 303, Centro Içara/SC. Cep 88820-000





Aproveite a chance de ficar em dia com o município.

Regularize seus débitos com o município, vencidos até 31/12/2024 com descontos de até 95%.

- Até 95% de desconto nos juros e 50% de desconto na multa. Parcelamento em até 36x. Prazo para adesão: 120 dias a partir de 23/04/2025.

- Inclui débitos em dívida ativa, protestados ou ojuizados. Não vale para retenções na fonte e doações em pagamento.



Presidente do PSD, Lucas Librelato destaca força política do partido e investimentos em Orleans

Durante entrevista, Lucas Librelato detalhou a convenção do PSD, a atuação do partido no governo e os recursos conquistados para Orleans.



Por Ligado no Sul | 02/07/2025 | 11h00 | Foto/Redação

A convenção do PSD de Orleans foi realizada no último sábado, 28, na Câmara de Vereadores, e marcou a recondução de Lucas Librelato à presidência do diretório municipal. Ao lado do ex-vereador Paulo Canever, ele comandará o partido pelos próximos dois anos. Em entrevista ao Jornal da Guarujá nesta quarta-feira, 2, Lucas fez um balanço da convenção, avaliou o momento do PSD na política local e comentou sobre articulações para 2026.

Segundo Lucas, o PSD voltou a ocupar um papel de destaque em Orleans, com presença significativa na gestão do prefeito Fernando Cruzetta. "O PSD tem hoje dois vereadores na Câmara de Vereadores, tem a atual vice-prefeita, a primeira vice-prefeita da história do município de Orleans, e a primeira vice-prefeita que tem um gabinete para ajudar o prefeito a despachar. E, claro, temos cargos importantes no governo de Fernando e Leonete. A parceria PP e PSD é muito boa, e quem ganha com isso é o município de Orleans."

Ele ressaltou ainda a contribuição prática do partido para o município nos primeiros seis meses da nova gestão. "O PSD, nesses primeiros seis meses de governo, já colocou, através dos seus representantes, mais de R\$ 3,5 milhões no caixa do município. Fora recursos que ainda virão ao longo dos próximos meses. É bastante dinheiro mesmo."

Participação ativa da vice-prefeita

Lucas destacou que a participação da vice-prefeita Leonete Librelato — sua mãe — sempre esteve nos planos do partido. "Quando conseguimos convencê-la, alguns meses antes da eleição, deixamos claro que não seria apenas um protagonismo na campanha. Nós queríamos essa parceria, uma vice-prefeita que realmente tivesse sua liderança, sua voz e sua participação. E é o que está acontecendo. Ela, praticamente todos os dias, tem essa participação ativa. É muito importante, tanto o papel do PSD quanto o da dona Leonete."

Fortalecimento interno e novas lideranças

Como presidente do partido, Lucas afirmou que uma das prioridades agora é renovar as bases e formar novas lideranças. "O ex-presidente Aloir Librelato, meu tio, fez um bom trabalho. Ele tinha uma relação muito boa com lideranças do PP e foi um dos responsáveis por articular a coligação na campanha. Depois da eleição e do início da nova gestão, entendemos que o comando do PSD precisava estar mais próximo da administração. E numa conversa com ele, que entendeu isso, ele mesmo sugeriu essa mudança."

Segundo Lucas, Aloir Librelato e o ex-prefeito Jacinto Redivo (Tinto) foram convidados a permanecer como presidentes de honra do PSD local. "Nossa função daqui pra frente com certeza é formar novas lideranças. Vamos organizar um encontro do PSD para meados de outubro. Queremos trazer algumas lideranças estaduais e o nosso pré-candidato a governador João Rodrigues, pra fazer um grande encontro, de filiações, que vai fortalecer o partido."

Articulações para 2026

Ao ser questionado sobre nomes para as próximas eleições, Lucas destacou o respeito à hierarquia e ao diálogo dentro do PSD. "Eu até hoje não vi uma liderança do PSD que pegue o microfone e se coloque como candidato sem antes buscar as bases. Hoje temos o Gilberto Kassab, nosso presidente nacional, e ele sempre diz que o nosso candidato à Presidência é o Tarcísio de Freitas. Se ele não for, temos o governador Ratinho Júnior também como possibilidade."

No Estado, o nome mais forte, segundo ele, é o de João Rodrigues. "Eu vejo hoje como uma candidatura irreversível. Os números mostram isso, a movimentação dele, as andanças pelo Estado. É um forte candidato ao governo."

Lucas comentou ainda sobre as movimentações para deputado federal e estadual. "O presidente da Alesc, Júlio Garcia, esteve aqui no sábado na convenção e almoçou conosco na festa de São Pedro, em Rio Laranjeiras. Ele nos falou que vai tentar uma vaga na Câmara Federal. O seu sucessor natural aqui na região é o ex-prefeito Beto Kuerten, o Betinho, que vem regionalizando seu nome. Se esses dois candidatos estiverem no páreo, com certeza o PSD vai apoiá-los."

Recursos para Orleans

Durante a entrevista, Lucas destacou que Júlio Garcia já destinou muitos recursos para Orleans, entre obras de pavimentação, investimentos na APAE, hospital, infraestrutura, a aquisição de um caminhão e, prometeu mais R\$ 300 mil para a construção de um campo de grama sintética com iluminação em Rio Laranjeiras."

Além disso, o deputado Mário Motta, também do PSD, destinou quase R\$ 800 mil para a construção da base do SAMU e mais R\$ 300 mil para o hospital. Os deputados Napoleão Bernardes e Ismael dos Santos também colaboraram com valores significativos para a APAE, hospital e piscicultores.

"Eu acho que é dessa forma que se faz política. O PSD, mesmo quando não foi governo, nos oito anos do ex-prefeito Jorge Koch, conseguiu quase R\$ 3 milhões. Agora, em apenas seis meses, já superamos esse valor. Isso mostra compromisso com Orleans."

Críticas à oposição

Ao final da entrevista, Lucas criticou o tom da oposição na Câmara. "Passou muito do limite. Você ser oposição é normal, fiscalizar, cobrar, isso é importante. Mas vereadores que passaram oito anos elogiando tudo, agora dizem que está tudo errado? Isso não é postura de legislador. A população quer ver trabalho, não embate partidário vazio."

Ele concluiu lançando um desafio: "Eu duvido que os dois partidos de oposição tragam, em quatro anos, o que o PSD trouxe em seis meses para Orleans. Não que não tenham capacidade, mas vai faltar esforço."

Confira entrevista completa



COMPARTILHE ESSA NOTÍCIA

VER MAIS NOTÍCIAS

02
JUL

Alesc realizará audiência pública no Sul para discutir projeto que propõe avaliação do fumo nas propriedades rurais

 2 DE JULHO DE 2025

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) promove, no próximo dia 11 de julho, uma audiência pública no Sul do Estado para debater o Projeto de Lei 0010/2023, que propõe que a avaliação da qualidade do fumo seja feita diretamente nas propriedades dos agricultores, e não mais nas instalações das empresas fumageiras.

O encontro está marcado para às 14h, no Salão de Festas São Judas Tadeu, no bairro Poço 8, em Içara. A proposta é de autoria do deputado estadual Rodrigo Minotto (PDT), que já participou de discussões sobre o tema em outras regiões do Estado, como no município de Canoinhas, no Norte catarinense.

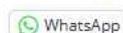
Atualmente, no sistema integrado, as empresas fornecem insumos e assistência técnica aos produtores, garantindo a compra da produção. Em contrapartida, os agricultores contribuem com a terra e a mão de obra. No entanto, a avaliação da qualidade do produto — feita exclusivamente nas empresas — tem sido alvo de críticas por parte dos fumicultores, que relatam falta de transparência no processo e prejuízos financeiros na classificação do fumo.

O projeto de Minotto busca dar mais autonomia e segurança aos produtores, permitindo que acompanhem a avaliação da qualidade em suas próprias propriedades. A medida também pode abrir espaço para que os agricultores negociem com outros compradores, caso discordem da classificação feita.

Em entrevista ao programa Cruz de Malta Notícias desta quarta-feira (2), o deputado Rodrigo Minotto reforçou a importância da participação dos produtores na audiência. Segundo ele, o debate público é essencial para garantir que os interesses dos agricultores sejam considerados na tramitação da proposta.

Rádio Cruz de Malta - Alesc realizará audiência pública no Sul para discutir projeto que propõe avaliação do fumo nas propriedades rurais

Compartilhe no



0 SHARES



Sobre o autor

Juliano Altino de Jesus



FABIO GADOTTI

Notícias, análise e opinião sobre a Grande Florianópolis

fabio.gadotti@gmail.com

BLOG

Mercado Público de Florianópolis passa por obras de recuperação

Fabio Gadotti | Julho 2, 2025

A Secretaria de Administração de Florianópolis está realizando obras de reforma no Mercado Público para garantir mais segurança e acessibilidade a comerciantes e frequentadores. As intervenções estão sendo executadas com acompanhamento do Ministério Público de Santa Catarina, que vem cobrando providências do poder público municipal. Uma das ações é a recuperação completa dos trilhos, motores e sistema elétrico da cobertura retrátil. Neste momento, a equipe está atuando na substituição da calha de escoamento, ponto que concentra vazamentos, etapa etapa que deverá ser concluída na semana que vem. Além da cobertura, outras frentes estão em andamento. A substituição das telhas da ala norte e a reforma dos banheiros seguem em execução previstas para terminar no segundo semestre. Segundo a prefeitura, as ações previstas para acessibilidade da padaria, no Box 39, e reforma dos pilares do setor das peixarias já foram concluídas.

GABRIELZINHO

A Câmara de Florianópolis aprovou nesta terça-feira (1), por unanimidade e em segunda votação, o projeto de resolução que dá o nome de Gabriel Meurer ao prédio do Legislativo da Capital. O "Centro Legislativo Municipal de Florianópolis Vereador Gabrielzinho" é uma justa homenagem ao parlamentar que morreu em julho de 2024, aos 39 anos, que tinha a inclusão como uma de suas principais bandeiras.

PRAÇAS & PARQUES

O vereador Ricardo Pastrana (PL) está pedindo uma audiência pública para discutir o controle de acesso e o regimento de funcionamento em praças e parques de Florianópolis. Ele lançou a ideia há poucos dias, motivado especialmente pela situação do Parque da Luz, na cabeceira insular da ponte Hercílio Luz, considerado inseguro pelos frequentadores e moradores do entorno.



PRÊMIO

A empresária Ivanna Tolotti acaba de conquistar o título Executiva para Negócios da Música no prestigiado 8º Prêmio Profissionais da Música (PPM), realizado entre os dias 26 e 29 de junho, em Brasília. À frente da Ivanna Tolotti Produções – Empresa de Cultura, Música e Inovação, com sede na Capital, Ivanna é idealizadora e diretora do TUM Festival, um dos mais relevantes encontros da cadeia produtiva da música no Brasil, que acontece anualmente em novembro, em Florianópolis. "O prêmio é um dos mais importantes eventos da indústria musical nacional. É o único que contempla, em mais de 100 categorias, todos os trabalhadores do ecossistema, como fotógrafos, técnicos de som, compositores, gravadoras, podcasters, ministrantes de cursos, artistas emergentes e consagrados", afirma Ivanna.



SUMMIT LISBOA

A Be Smart Agents, startup de Santa Catarina, foi selecionada para participar do Web Summit Lisboa 2025, um dos principais eventos globais de inovação e tecnologia. A empresa vai apresentar a plataforma de agentes de inteligência artificial especializados a investidores e empresas do mundo inteiro. "Estar no Web Summit nos coloca ao lado das principais tendências globais em IA e em inovação, além de abrir portas para novas parcerias e mercados", afirma o CEO Antonio Sardinha. Foto: divulgação

PODCAST

A comunicação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina lança nesta quinta-feira (4) o podcast "Jogo Rápido": pela primeira vez, deputados estaduais revelam com bom humor suas paixões pelos clubes do coração. Entre histórias curiosas, provocações entre rivais e bastidores inusitados, o conteúdo mostra que, no campo da política, também tem espaço pra Fla x Flu, Avaí x Figueirense e rivalidade sadia. Leve e descontraído, o programa também traz um debate sério sobre o esporte como política pública.

PERSONAGENS

O jornalista Ricardo Medeiros lança no próximo dia 18, às 18h30, no Museu Histórico de SC, o livro "Gente nossa – personagens de Florianópolis" (Dois por Quatro Editora). Na obra, ele narra a história de seis mulheres que quatro homens que marcaram época na cidade: Lidinho, Marisa Ramos, Mario Norberto da Silva (Marinho da Protegidos), Lurdes da Loteria, Miguel Livramento, Nega Tide, Drica (moradora de rua), Dona Geninha, JB Costa e Dete Piazza. "Gente nossa" já está à venda no site da editora.

Os colunistas são responsáveis pelo conteúdo de suas publicações e o texto não reflete, necessariamente, a opinião do site Upiara.



Fabio Gadotti

Ad

Início > Economia > Audiência pública em Içara debaterá alteração na avaliação da produção de fumo em SC

ECONOMIA

Audiência pública em Içara debaterá alteração na avaliação da produção de fumo em SC

De Redação — Em 2 jul, 2025 | 13:30 — Últimas atualizações 2 jul, 2025 | 13:37



Foto: Divulgação

Compartilhar

Facebook

+

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) realizará uma audiência pública no Sul do Estado para discutir o Projeto de Lei 0010/2023, que propõe que a avaliação da qualidade do fumo seja feita diretamente na propriedade do agricultor, e não nas instalações da empresa fumageira. O encontro acontecerá no dia 11 de julho, às 14h, no Salão de Festas São Judas Tadeu, no bairro Poço 8, em Içara. A proposta é de autoria do deputado estadual Rodrigo Minotto (PDT), que já participou de debates sobre o tema na região Norte do Estado, em Canoinhas.

Atualmente, no sistema integrado, as empresas fumageiras fornecem insumos e assistência técnica, garantindo a compra da produção, enquanto os agricultores entram com a terra e a mão de obra. A avaliação da qualidade, no entanto, feita tradicionalmente nas empresas, tem gerado insatisfação entre os produtores, que alegam falta de transparência e prejuízos financeiros.

Segundo o deputado Minotto, o objetivo do projeto é aprimorar o sistema, tornando-o mais justo e transparente. "Ao transferir a avaliação para a propriedade, o produtor passa a ter voz ativa na definição do valor de seu produto. Esta audiência pública pretende ouvir os agricultores e permitir que a Assembleia Legislativa atue em favor da justiça nesse tema", destaca.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Içara, Hercílio Jair De Estefani, o momento é decisivo. "Essa lei, se aprovada, irá beneficiar todos os produtores que desejam comercializar seu produto diretamente na propriedade. No Rio Grande do Sul, a medida já foi adotada. Agora, é fundamental a união dos agricultores para que os deputados aprovelem essa proposta em Santa Catarina. É uma oportunidade crucial para fortalecer a cadeia produtiva do tabaco", afirma.

O Projeto de Lei 0010/2023 busca garantir mais autonomia ao produtor. Ao permitir que ele acompanhe o processo de avaliação em sua propriedade, abre-se também a possibilidade de buscar outros compradores caso haja discordância na classificação. "Vamos reunir cooperativas agrícolas, sindicatos rurais, produtores e empresas fumageiras. Precisamos encontrar um consenso sobre a melhor forma de avaliar a qualidade do produto", finaliza Minotto.

Compartilhar

Facebook

Twitter

Telegram

O Mail

Frente “Invasão Zero” é criada para defender propriedades em SC

2 de julho de 2025
Crysne C. B. Basquera



A Assembleia Legislativa de Santa Catarina lançou nesta terça-feira (19) a Frente Parlamentar “Invasão Zero”, com foco na defesa da propriedade privada e na prevenção de conflitos fundiários em áreas urbanas e rurais.

O evento ocorreu no Auditório Antonieta de Barros e contou com a presença de parlamentares, autoridades locais e representantes de movimentos sociais ligados ao tema.

A proposta foi apresentada pelo deputado Sargento Lima (PL), que assume a coordenação da frente. Também integram o grupo os deputados Oscar Gutz (PL), Antídio Lunelli (MDB), Nilso Berlanda (PL), Ana Campagnolo (PL), Maurício Peixer (PL) e Napoleão Bernardes.

A atuação da frente parlamentar tem como objetivo principal garantir o respeito à propriedade privada e à ordem pública, tanto nas cidades quanto no campo. Entre as propostas está a criação de mecanismos preventivos e medidas para coibir e punir invasões de terra em [Santa Catarina](#).

Segundo Sargento Lima, o grupo pretende apresentar sugestões ao governo estadual, como a criação de uma delegacia especializada em invasões fundiárias e o desenvolvimento do projeto “Campo Seguro”, voltado à segurança de produtores rurais.

“Queremos representantes do Invasão Zero em todas as regiões do estado. É uma forma de valorizar o agronegócio e trazer mais tranquilidade ao campo”, destacou.

O deputado Altair Silva (PP) também participou do lançamento e defendeu o Projeto de Lei nº 97/2024, de sua autoria, que está em tramitação na Alesc. A proposta visa impedir que pessoas envolvidas em invasões de propriedades urbanas ou rurais tenham acesso a funções públicas ou a linhas de crédito e programas governamentais.

Altair ressaltou a importância do direito à propriedade para as famílias produtoras: “Temos terras suficientes para todos que querem trabalhar. A propriedade adquirida com esforço e boa fé precisa ser protegida.”

[LER >>> Deputado Ney Leprevost \(União\) propõe o projeto de lei “Infância Sem Racismo”](#)

Durante o evento, representantes de municípios como Cunha Porã e Saudades relataram casos de propriedades privadas que vêm sendo reivindicadas como terras indígenas.

De acordo com a prefeita Luzia Vacarin, de Cunha Porã, cerca de 170 famílias de pequenos produtores estão preocupadas com possíveis conflitos. “Essas terras foram adquiridas legalmente, com escrituras centenárias. O agricultor precisa ser respeitado”, afirmou.

O Movimento de Defesa da Propriedade, Dignidade e Justiça Social (DPD) também esteve presente, apoiando a iniciativa. Outro grupo participante foi o recém-criado Movimento dos Trabalhadores com Terra (MCT), fundado em abril deste ano em Santa Catarina. A organização se posiciona contra ocupações de imóveis produtivos e defende o uso responsável da terra.

“O agro é essencial para o país, e precisamos dar condições para que ele funcione em paz”, afirmou Marcelo Barison, presidente do MCT. “Não somos contra a reforma agrária, mas ela precisa atender quem realmente necessita.”



Foto: Jeferson Baldo/Agência AL

Leia também:

- [Veneno de escorpião da Amazônia revela potencial contra câncer de mama](#)
- [CCJ aprova programa de apoio emocional para estudantes em SC](#)



Crysne C. B. Basquera

Estudante da área de saúde, Crysne Caroline Bresolin Basquera é especialista em produção de conteúdo local e regional, saúde, redes sociais e governos.



Previous:

Fomento Paraná seleciona novos projetos de FIDCs para o agronegócio

Next:

Auxílio-doença passará a ser analisado tecnicamente por peritos no sistema Atestmed

Destaque, Notícias

Educando Cidadãos: Estagiários da ALESC participam de palestras sobre ética e combate à corrupção

2 de julho de 2025

[wtr-time]



Ética no serviço público, ações no cotidiano e conscientização sobre comportamentos nocivos já banalizados na comunidade e no ambiente de trabalho foram alguns dos principais enfoques de palestras do programa "Educando Cidadãos" realizadas nesta terça-feira (1º/7) com estagiários da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), em Florianópolis. A programação, durante manhã e tarde, foi uma mobilização da Controladoria-Geral e da Escola Legislativa, em parceria com a coordenação do Educando Cidadãos, dentro das iniciativas de combate à corrupção.

As palestras ocorreram de manhã e à tarde, na ALESC, com o propósito de formar cidadãos comprometidos com integridade e responsabilidade social, promovendo diálogo e sensibilização com base em valores constitucionais e princípios da administração pública. Os Coordenadores do Educando Cidadão no Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), o Promotor de Justiça Affonso Ghizzo Neto e o Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do MPSC e Promotor de Justiça Stefano Garcia da Silveira, conduziram as atividades. A ação também contou com a participação do Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa do MPSC, Promotor de Justiça Marcio Vieira.

"Foi um dia muito importante. Vem a máxima: fala com o estagiário! A iniciativa da base daqueles que serão futuros profissionais, que estão ali aprendendo e colaborando. Então, essa conversa foi muito mais uma reflexão de qual caminho seguir: o atalho, o se dar bem a qualquer preço, ou o plantar, o colher futuramente bons frutos, e não só profissionalmente, de forma bem-sucedida financeiramente, mas principalmente poder botar a cabeça no travesseiro, dormir e contribuir para uma sociedade em que amanhã não sou mais o estagiário, mas o dirigente", comparou o Coordenador do Educando Cidadãos, Promotor de Justiça Affonso Ghizzo Neto.

Affonso Ghizzo Neto, que idealizou em 2004 a campanha "O que você tem a ver com a corrupção?", citou práticas do cotidiano, como falsificar atestados médicos e furar a fila no trânsito. Durante a palestra, Ghizzo Neto explicou como funciona o Educando Cidadão, mencionou seu alcance – hoje já são 60 instituições engajadas – e pediu a colaboração dos estagiários com ideias para a mobilização na educação.

Ao final, estagiários demonstraram que os ensinamentos sobre o programa podem ajudar no dia a dia da sociedade. "Foram abordados vários temas de extrema importância no combate à corrupção, e uma frase que fica é: entre escolher o que é certo e o que é conveniente, a gente sempre escolher o que é certo", disse o estagiário Fábio dos Passos. "A palestra toca pontos que a gente acaba naturalizando no dia a dia. A gente para um pouco para perceber coisas que não são normais, mas que a gente trata como normal e a gente pode parar. Corrupção não é algo natural", afirmou a estagiária Isabel Baier Ricardo.

Fomento da mudança cultural

Para o Controlador-Geral da ALESC, Marcos Ghizoni Júnior, a ação propõe aos jovens estagiários fomentar uma mudança cultural para que sejam profissionais gabaritados e dedicados ao combate à corrupção. O Gestor do Núcleo de Qualificação Profissional e Desenvolvimento Humano da Escola do Legislativo, José Airton Stang, acredita que as temáticas abordadas contribuirão para que jovens de todos os níveis de estágio da ALESC possam incentivar a educação e ter conhecimento, "já orientando a sua prática no cotidiano, os seus comportamentos, de acordo com as práticas éticas, morais, de probidade na administração pública, e que possam levar esse conhecimento e compartilhá-lo lá fora".

Exemplo

O Diretor do CEAF e Vice-Coordenador do Educando Cidadãos, Stefano Garcia da Silveira, considerou uma honra ter participado das palestras. Ele falou sobre as funções do MPSC junto à sociedade e sobre o programa. "A ALESC é um dos 60 parceiros do Educando Cidadãos. A iniciativa de qualificar a própria casa mostra que palavras não bastam e sim os exemplos que arrastam. Então, os estagiários começam a formação também para uma cultura ética, cívica e forte baseada no programa Educando Cidadãos", declarou.

O Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, Promotor de Justiça Marcio Vieira, que também participou, considera o fomento da cidadania como crucial na missão do MPSC. "A iniciativa é de suma importância. A partir do momento em que as coisas acontecem no município, acontecem para o cidadão, é um foco que o Ministério Público tem que dar para que a gente traga o diálogo junto à sociedade, aos estagiários, e assim fomentar a cidadania perante as pessoas aqui envolvidas", ressaltou. Também estiveram presentes os integrantes externos do programa Educando Cidadãos, Alexandre Ivan Farias, Cintia Andréa Dornelles Teixeira e Veronica Pacheco.

Educando Cidadãos

O programa "Educando Cidadãos" é uma iniciativa catarinense que visa promover uma cultura de integridade e cooperação social por meio da educação, incentivando a participação ativa dos cidadãos na construção de uma sociedade mais ética e responsável.

Lançado no dia 7 de maio de 2024, o programa nasceu com o objetivo de engajar entidades da sociedade civil, órgãos públicos e iniciativa privada na missão de disseminar e solidificar uma cultura pautada na ética, especialmente entre as novas gerações.

Em abril deste ano, o MPSC institucionalizou o Educando Cidadãos. Entre as ações do programa destacam-se a produção de materiais pedagógicos e de comunicação, o fortalecimento das parcerias e a disseminação de informações sobre os mecanismos de controle social. Os parceiros do MPSC no programa podem tanto desenvolver ações individuais em suas organizações e comunidades como ações coletivas e integradas.

Por meio das Promotorias de Justiça, o Ministério Público irá disseminar amplamente, em todo o sistema de ensino, o conteúdo pedagógico do programa, aproximando-se da sociedade por meio da construção conjunta de uma rede estadual que busque uma cultura de controle social a partir das prioridades locais.

[O texto é da Assessoria de Imprensa do MPSC](#)



NOTÍCIAS/POLÍTICA

APÓS TRAGÉDIA COM BALÃO, MAURO DE NADAL PROPÕE REGRAS MAIS RÍGIDAS PARA GARANTIR SEGURANÇA DO BALONISMO EM SANTA CATARINA

O projeto prevê que operadores e pilotos estejam devidamente registrados junto à ANAC, tenham seguro obrigatório para passageiros, e atuem apenas com balões certificados e em áreas previamente autorizadas

Por REDAÇÃO NOTÍCIA JÁ 02/07/2025 11:55



A- A+ IMPRIMIR REPORTAR ERROS

Diante do grave acidente com balão ocorrido no último fim de semana em Praia Grande (SC) — que deixou oito mortos e entrou para a história como o mais fatal do país e o quinto do mundo —, o deputado estadual Mauro De Nadal (MDB) apresentou um projeto de lei para regulamentar a prática do balonismo no Estado de Santa Catarina.

O PL nº 369/2025 estabelece regras mínimas de segurança para voos com finalidade turística, desportiva ou de lazer, abrangendo desde a obrigatoriedade de seguros e licenças até exigências operacionais, como a presença de extintores, kits de primeiros socorros e comunicação com equipes em solo.

“Santa Catarina tem se consolidado como destino de balonismo, mas a regulamentação estadual precisa acompanhar esse crescimento para garantir segurança e prevenir tragédias”, destacou o parlamentar.

LEIA TAMBÉM:

- [Homenagem: Vereador Léo Cordeiro enfatiza trabalho dos enfermeiros em Itapema](#)
- [Conselho de Ética da Câmara elege Fabio Schiochet novo presidente](#)
- [Balneário Camboriú realiza sessão solene em homenagem ao centenário da Colônia de Pescadores 27](#)

Pontos-chave da proposta - O projeto prevê que operadores e pilotos estejam devidamente registrados junto à ANAC, tenham seguro obrigatório para passageiros, e atuem apenas com balões certificados e em áreas previamente autorizadas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

Entre as exigências também estão:

- Fornecimento de informações prévias aos passageiros sobre tipo de voo, rotas e riscos;
- Ficha cadastral com contatos de emergência e restrições médicas;
- Proibição da atividade em condições meteorológicas adversas;
- Proibição de operação sob efeito de álcool ou substâncias psicoativas;
- Que o operador precisa ser uma pessoa jurídica ou física legalmente constituída, responsável pela prestação de serviços de balonismo;
- Que o piloto seja uma pessoa física habilitada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) com licença válida para pilotar balão livre tripulado;
- Penalidades que vão de advertência à cassação da autorização estadual em caso de descumprimento.

O Poder Executivo estadual terá 90 dias, a partir da aprovação, para regulamentar a lei e definir os mecanismos de fiscalização e aplicação das penalidades.

Regulamentação complementar e constitucional - Na justificativa do projeto, De Nadal ressalta que, embora a prática seja regulamentada nacionalmente pela ANAC por meio dos RBACs (Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil), é necessário que o Estado atue de forma complementar, especialmente no que diz respeito a proteção ao consumidor, política de turismo e organização de atividades econômicas locais.

A proposta também se inspira em legislações já existentes voltadas para esportes de aventura, como a Lei Estadual nº 13.621/2005, adaptando seus princípios à realidade do balonismo.

“A proposta busca prevenir novos acidentes, garantir transparência nas informações aos passageiros e valorizar operadores que atuam de forma responsável e profissional”, concluiu Mauro De Nadal.

FONTE/CRÉDITOS: Adriano Piekas/Assessor de Comunicação

[Facebook](#) [Twitter](#) [Whatsapp](#) [Telegram](#) [LinkedIn](#)

Comentários:



+Lidas



Vale do Itajaí vai ganhar novo hospital dia voltado à saúde mental

Espaço de Saúde Bem-Viver Dia será inaugurado no fim de junho com proposta com...



Em uma semana, Ana Paula Lima traz mais de R\$ 1,5 milhão em emendas para...

Além dos investimentos em saúde, a deputada também garantiu R\$ 264 mil para...



Universidade Gratuita e Fumdesc: programa que prometia inclusão vira símbolo de...

Deputada Ana Paula Lima cobra investigação urgente, responsabilização e...

NOSSAS NOTÍCIAS NO CELULAR

Receba as notícias do Notícia Já no seu app favorito de mensagens.



Telegram Whatsapp Facebook

ENTRAR

NoticiaJá

BONTUR S.A - BONDINHOS AEREOS

Veja também

[Quatro pessoas são presas e Polícia Militar apreende 45 quilos de maconha](#)

TRÁFICO DE DROGAS

Quatro pessoas são presas e Polícia Militar apreende 45 quilos de maconha

Veículo que transportava parte da droga foi apreendido na BR-101

REDAÇÃO NOTÍCIA JÁ - 03 DE JULHO

[Procon divulga pesquisa com variação de até 455% na cesta básica em julho](#)

DEFESA DO CONSUMIDOR

Procon divulga pesquisa com variação de até 455% na cesta básica em julho

O levantamento, realizado nos dias 24, 25 e 27 de junho, avaliou os menores preços...

REDAÇÃO NOTÍCIA JÁ - 02 DE JULHO

[Balneário Camboriú é destaque no estadual de atletismo](#)

EM JARAGUÁ DO SUL

Balneário Camboriú é destaque no estadual de atletismo

Aletras conquistaram 17 medalhas na competição

REDAÇÃO NOTÍCIA JÁ - 02 DE JULHO

[Quarta-feira fria e ensolarada em Santa Catarina](#)

PREVISÃO DO TEMPO

Quarta-feira fria e ensolarada em Santa Catarina

O risco é moderado a alto para ocorrências relacionadas às baixas temperaturas.

REDAÇÃO NOTÍCIA JÁ - 02 DE JULHO

[Polícia Militar prende cinco homens por tráfico de drogas em Balneário Camboriú - 12º BPM apresenta dados do primeiro semestre](#)

RONDA POLICIAL

Polícia Militar prende cinco homens por tráfico de drogas em Balneário Camboriú...

Mandado de prisão por tráfico e organização criminoso: homem é preso em Navegantes

REDAÇÃO NOTÍCIA JÁ - 02 DE JULHO

[Suspeito de duplo homicídio é preso pela Polícia Militar em Balneário Piçarras](#)

EM INVESTIGAÇÃO

Suspeito de duplo homicídio é preso pela Polícia Militar em Balneário Piçarras

Ele matou dois corretores que teriam ido cobrar uma dívida

REDAÇÃO NOTÍCIA JÁ - 02 DE JULHO

TODAS AS POSTAGENS »

Crie sua conta e confira as vantagens do Portal

Você pode ler matérias exclusivas, anunciar classificados e muito mais!

CRIAR MINHA CONTA

Segurança Escolar é proposta de Nadal para conferências de vereadores mirins

leia também

Última atualização 2 de julho de 2025 - 08:46:44



Foto: ASCOM

A segurança escolar é o tema central das conferências regionais de vereadores mirins organizadas pela Escola do Legislativo da Alesc. As conferências reúnem os vereadores mirins de Câmaras Municipais que desenvolvem este programa e têm parceria com a Escola da Assembleia Legislativa, e esta semana estão acontecendo em cidades do Oeste.

Debater a segurança escolar é inovação sugerida pelo deputado Mauro De Nadal (MDB), que preside a Escola do Legislativo, e priorizou esse tema a partir de 2023, quando aconteceu um atentado contra alunos de uma creche em Blumenau, dois anos após outra tragédia, ocorrida em Saudades. “Nossa ideia é mostrar que uma escola acolhedora, sem discriminações e preconceitos contribui com a saúde mental do ambiente, e isso é uma responsabilidade que precisa ser compartilhada, pois os benefícios são para toda a comunidade”, diz ele.

Integra é soma de esforços

Mauro De Nadal era o presidente da Alesc quando ocorreu o atentado de Blumenau. Ele imediatamente incentivou a integração de esforços entre mais de 30 instituições catarinenses, para estabelecer ações em favor da segurança nas escolas. Assim surgiu o Integra, um movimento que incentivou a apresentação de várias iniciativas parlamentares conjuntas, por uma política de segurança associada à harmonia no ambiente escolar. Agora, propostas do Integra fazem parte de palestras nas Conferências do Vereador Mirim.

“Cidadania e paz na escola” é um dos temas em debate. Os vereadores mirins são alunos do ensino médio e recebem a missão de difundir idéias sobre uma escola mais acolhedora e com menos discriminações em seus ambientes de origem. Em São Miguel do Oeste, nesta segunda-feira (30), participaram do Seminário Regional vereadores de sete municípios do extremo-Oeste. Nesta terça-feira (01), foi a vez de Palmitos sediar outro seminário.

“Cuidando uns dos outros” é outra palestra do Integra que a Escola do Legislativo inseriu nas conferências, segundo o diretor Alexandre Lencina Fagundes. Nessa proposta, o debate é sobre que significa participar do bom ambiente escolar. Ou seja, combater intimidações, agressões, preconceito e práticas de humilhação de colegas que possam ensejar reações, a partir da fragilização da saúde mental. “Todos devem entender que são participantes ativos para a construção do bom ambiente”, reforça Alexandre.

Programa estadualizado

As conferências já foram realizadas em Itaiópolis, Porto Belo, Blumenau, Joinville, São Miguel do Oeste e Palmitos. Estão programadas outras em Irati, Vargem Bonita, Zortéa, Paulo Lopes, Braço do Norte, Lages e Criciúma.

Mais 12 municípios já sediaram as etapas dos seminários regionais do programa Vereador Mirim. O programa envolve mais de mil vereadores mirins, que em outubro tem o encontro final do programa anual em Florianópolis.



Debater a segurança escolar é inovação sugerida pelo deputado Mauro De Nadal (MDB), que preside a Escola do Legislativo, e priorizou esse tema a partir de 2023, quando aconteceu um atentado contra alunos de uma creche em Blumenau, dois anos após outra tragédia, ocorrida em Saudades



ASCOM

Pelo Estado 03/07: Novas varas federais e cargos em Santa Catarina

Home / 2025 / julho / 3 / Pelo estado digital / Pelo Estado 03/07: Novas varas federais e cargos em Santa Catarina

PELO ESTADO DIGITAL

coluna, Pelo Estado, Política, Santa Catarina @ julho 3, 2025



A OAB/SC teve uma conquista histórica esta semana. Foi aprovada, no Plenário do Senado, a proposta do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que cria oito cargos e respectivas varas de juiz federal no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), a serem instaladas no Estado. A matéria vai à sanção presidencial.

Anteriormente, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o PL recebeu parecer favorável do senador Esperidião Amin (PP-SC). O relator aponta que o desequilíbrio na distribuição processual entre as seções judiciárias da 4ª Região fez com que se criassem unidades de apoio, estabelecidas nas seções judiciárias do Paraná e do Rio Grande do Sul, em um regime de auxílio, para que juízes vinculados a essas seções analisassem processos de Santa Catarina.

Todas serão instaladas no interior e com participação da Seccional na definição da lotação das unidades. Mesmo com menor número de unidades, o Estado registra volume anual de distribuição de processos federais 14,51% maior que o do Rio Grande do Sul e 15,31% acima do Paraná. O presidente da OAB/SC, Juliano Mandelli, que atuou junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região e em Brasília para assegurar essa conquista, destaca que isso trará mais acesso à justiça e mais eficiência para os cidadãos, além de valorização da advocacia.

Universidade Gratuita pode passar por CPI

Para este segundo semestre de 2025, cada universidade inscrita nos programas de financiamento educacional superior do Governo de Santa Catarina, como o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e o Desenvolvimento da Educação Superior Catarinense (Fumdesc) e o Universidade Gratuita, já tem os seus prazos de inscrição abertos, tanto para alunos veteranos como para os calouros.

Como havia prometido a secretária de Educação do Estado, Luciane Ceretta, esses alunos já podem acessar o site <https://universidadegratuita.sc.gov.br/> e usarem o simulador para saber se terão ou não a concessão da tão sonhada bolsa de estudo.

Enquanto isso, na Alesc, o deputado Fabiano da Luz (PT) falou em voz alta, e no plenário, o que muita gente já murmurava pelos corredores. Ele levantou a possibilidade de se instalar uma CPI para investigar as fraudes do programa, após o TCE SC divulgar que parte dos alunos bolsistas possuem patrimônios milionários.



Visita cancelada

Por motivos de saúde, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não virá mais a Santa Catarina. No dia 13 de abril ele passou por uma cirurgia e pouco tempo depois precisou novamente ir ao hospital. Agora, ficará em repouso absoluto durante todo o mês de julho.

Não é de hoje que o político anda com a saúde abalada, comprometendo sua participação ativa em agendas já para a campanha de 2026.

Em Santa Catarina, a agenda do ex-presidente era para uma passagem por Balneário Camboriú, para visitar o filho, Jair Renan, e para o lançamento do Rota 22, em São José, na Grande Florianópolis. O Rota 22 é o novo projeto do Partido Liberal que vai percorrer o Estado e que conta, obviamente, com o apoio total do governador Jorginho Mello.

Porto de São Francisco

O evento para comemorar os 70 anos do Porto de São Francisco do Sul, nesta semana, foi marcado pelo anúncio de novas obras e pela presença massiva de colaboradores e convidados. No seu discurso, o governador Jorginho Mello celebrou os importantes avanços na infraestrutura do terminal franciscquense e destacou a meta de transformar os portos

catarinenses em referência nacional.

Segundo ele, os investimentos realizados nos últimos dois anos mudaram o cenário local: Ele anunciou, ainda, novos investimentos para a obra da terceira faixa na BR-280, de R\$ 12,5 milhões, e os lançamentos dos editais para a recuperação do Berço 201, na casa dos R\$ 18 milhões, e para o sistema de despeiramento do Corredor de Exportação, no valor de R\$ 11 milhões. Também foram inauguradas diversas melhorias, como o novo Parque Tecnológico do Porto, com investimentos de R\$ 10 milhões, e a reforma do acesso de pedestres à área operacional do terminal.

7 vezes GPTW

A cooperativa financeira Únilos, que integra o sistema Ailos e tem atuação na Grande Florianópolis, acaba de ser certificada pela sétima vez consecutiva como um ótimo local para trabalhar. O Selo GPTW é entregue pela consultoria global Great Place to Work após pesquisa realizada entre os colaboradores de forma anônima. Com unidades em Florianópolis, São José e Palhoça, a cooperativa financeira fechou 2024 com um aumento de 15% em ativos na comparação com 2023, ao atingir R\$ 335 milhões. Já as operações de crédito registraram crescimento de 21% em relação ao ano anterior, somando R\$ 199 milhões. Esses números expressivos comprovam que, a partir de uma cultura forte e de um bom clima organizacional, são gerados excelentes resultados.

Novo integrante

O ex-deputado federal, Rodrigo Coelho, irá filiar-se, até o final de julho, na cidade de Joinville, ao MDB, numa tentativa de retornar à Câmara. O ato deverá contar com a presença do deputado federal e presidente nacional dos emedebistas, Baleia Rossi e do líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões.

“ Clique aqui para ver a coluna Pelo Estado [PE_03.07.2025](#)

POLÍTICA

Deputado Rodrigo Minotto cobra Governo do Estado sobre corte de verbas para a APAE

Postado em 2 de julho de 2025

[WhatsApp](#)[Facebook](#)[Messenger](#)[Twitter](#)

ASSESSORIA DE IMPRENSA / FOTO: BRUNO COLLAÇO – AL

O deputado estadual Rodrigo Minotto (PDT) manifestou-se na tribuna da Assembleia Legislativa nesta terça-feira, dia 2, para questionar o corte de recursos destinados às APAEs. Em 2024, o Governo do Estado lançou o Programa Gente Especial, que previa o repasse de recursos, por meio de convênios de cinco anos, para entidades de educação especial. No entanto, ao final do primeiro ano de vigência, foi anunciada a revisão dos valores e a suspensão de parte dos repasses.

“As APAEs realizam um trabalho extraordinário e atendem mais de 20 mil alunos em nosso estado. Não é aceitável que, no primeiro ano de um programa que prometia estabilidade, sejam retirados recursos de instituições que dependem desses valores para funcionar. Vamos acompanhar de perto e cobrar soluções”, afirmou o parlamentar.

Minotto relatou ter recebido, na última segunda-feira, dia 30, uma comitiva da APAE de Morro da Fumaça, liderada pela presidente Marilza de Fátima Maccari e acompanhada por membros da diretoria, além dos vereadores Doquinha Freitas, Marijane Felipe e Parazinho.

No município, a instituição perdeu quase R\$ 740 mil, o que gerou grande preocupação com a continuidade dos serviços pedagógicos e terapêuticos oferecidos. Durante o encontro, também foi relatada uma redução de 50%, por parte do governo, nos valores destinados à contratação de professores das áreas de artes, informática e musicoterapia.

“Essa luta não é apenas da APAE de Morro da Fumaça. É uma luta por respeito, dignidade e inclusão. Essa causa envolve toda a sociedade catarinense. Onde houver necessidade de defender os direitos das pessoas com deficiência, estarei presente”, reforçou Minotto.

O deputado fez questão de parabenizar o prefeito Eduardo Guollo e o vice-prefeito Davi Pellegrin, que ampliaram o convênio com a APAE em R\$ 180 mil, além do deputado Júlio Garcia, que também se comprometeu com a causa, destinando mais R\$ 300 mil à instituição.

[WhatsApp](#)[Facebook](#)[Messenger](#)[Twitter](#)

TAGS: ALESC, APAE, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, CAPA, DEPUTADO ESTADUAL, GOVERNO DO ESTADO, POLÍTICA, RODRIGO MINOTTO

RECOMENDADO PARA VOCÊ



Suplente Daniel Patrício assume cadeira no Legislativo de Morro da Fumaça



União Brasil garante R\$ 1 milhão de emendas para a saúde de Morro da Fumaça



Deputado Minotto propõe piso salarial de R\$ 5 mil para conselheiros tutelares em Santa Catarina

TOPO

Deputado cobra respeito do DNIT e ação urgente na duplicação da BR-280



Divulgação/Vicente Caropreso



Por: **Pedro Leal**

02/07/2025 - 18:07 - Atualizada em: 02/07/2025 - 18:13

A duplicação do lote 1 da BR-280, no trecho entre Araquari e São Francisco do Sul, voltou a ser alvo de críticas e cobranças na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Em pronunciamento nesta terça-feira (1º), o deputado estadual Dr. Vicente Caropreso (PSDB) expressou indignação com o que classificou como “descaso” do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) diante da grave situação da rodovia.

Coordenador da Bancada Parlamentar do Norte, Dr. Vicente relatou que a audiência presencial agendada com o diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT, Fábio Pessoa Nunes, em Brasília, foi desmarcada de última hora e substituída por uma reunião virtual com representantes da área técnica. “Fomos surpreendidos com a mudança para uma audiência virtual, sem qualquer consideração com os parlamentares catarinenses e, pior, com a população que depende da BR-280”, criticou.

A fala do parlamentar ocorre após a reunião da Bancada Norte realizada em 17 de setembro, quando o superintendente regional do DNIT em Santa Catarina, Alisson de Andrade, foi convidado a prestar esclarecimentos sobre o andamento da duplicação. Na ocasião, ele afirmou que o Orçamento da União para 2025 prevê R\$ 96,9 milhões para a obra.

Andrade destacou como prioridade a retomada da duplicação entre o km 25 e o km 28, em Araquari, e entre o km 3 e o km 17, no contorno de São Francisco do Sul. Os projetos executivos desses trechos já foram entregues pela empresa responsável e aguardam análise técnica do DNIT para posterior licitação.

[Audiência Pública na Alesc vai debater regulamentação do uso de cannabis medicinal](#)

Com o objetivo de pressionar o governo federal e acelerar os trâmites, os parlamentares haviam articulado uma audiência presencial em Brasília. A expectativa era garantir a contratação e o início das obras ainda no segundo semestre deste ano. A desmarcação do encontro foi interpretada como um desrespeito à bancada e à sociedade catarinense.

[Haddad defende judicialização da derrubada do decreto do IOF](#)

“Estamos tratando de uma rodovia que concentra cerca de 50 mil veículos por dia, incluindo milhares de caminhões com destino ao Porto de São Francisco. A duplicação não pode mais esperar. Há recursos disponíveis. O que falta é prioridade política e compromisso com Santa Catarina”, afirmou Dr. Vicente.

A obra está paralisada desde 2022, gerando prejuízos econômicos e colocando em risco a vida dos usuários. A reunião virtual com o DNIT foi remarcada para o dia 18 de julho. Segundo Caropreso, a mobilização da Bancada do Norte continuará, e uma audiência com o ministro dos Transportes, Renan Filho, também será buscada.

Os deputados Antídio Lunelli (MDB) e Fernando Krelling (MDB) manifestaram apoio à fala de Dr. Vicente, reforçando a necessidade de união da bancada catarinense para cobrar soluções urgentes do governo federal. “Queremos datas, compromissos e, principalmente, ação concreta. Chega de enrolação”, concluiu Caropreso.



Pedro Leal

Analista de mercado e mestre em jornalismo (universidades de Swansea, País de Gales, e Aarhus, Dinamarca).

Pelo Estado

Pelo Estado – Novas varas federais e cargos em Santa Catarina

por Redação SC 2 de julho de 2025



A OAB/SC teve uma conquista histórica esta semana. Foi aprovada, no Plenário do Senado, a proposta do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que cria oito cargos e respectivas varas de juiz federal no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), a serem instaladas no Estado. A matéria vai à sanção presidencial.

Anteriormente, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o PL recebeu parecer favorável do senador Esperidião Amin (PP-SC). O relator aponta que o desequilíbrio na distribuição processual entre as seções judiciárias da 4ª Região fez com que se criassem unidades de apoio, estabelecidas nas seções judiciárias do Paraná e do Rio Grande do Sul, em um regime de auxílio, para que juizes vinculados a essas seções analisassem processos de Santa Catarina.

Todas serão instaladas no interior e com participação da Seccional na definição da lotação das unidades. Mesmo com menor número de unidades, o Estado registra volume anual de distribuição de processos federais 14,51% maior que o do Rio Grande do Sul e 15,31% acima do Paraná. O presidente da OAB/SC, Juliano Mandelli, que atuou junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região e em Brasília para assegurar essa conquista, destaca que isso trará mais acesso à justiça e mais eficiência para os cidadãos, além de valorização da advocacia.

Universidade Gratuita pode passar por CPI

Para este segundo semestre de 2025, cada universidade inscrita nos programas de financiamento educacional superior do Governo de Santa Catarina, como o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e o Desenvolvimento da Educação Superior Catarinense (Fumdesc) e o Universidade Gratuita, já tem os seus prazos de inscrição abertos, tanto para alunos veteranos como para os calouros.

Como havia prometido a secretária de Educação do Estado, Luciane Ceretta, esses alunos já podem acessar o site <https://universidadegratuita.sc.gov.br/> e usarem o simulador para saber se terão ou não a concessão da tão sonhada bolsa de estudo.

Enquanto isso, na Alesc, o deputado Fabiano da Luz (PT) falou em voz alta, e no plenário, o que muita gente já murmurava pelos corredores. Ele levantou a possibilidade de se instalar uma CPI para investigar as fraudes do programa, após o TCE SC divulgar que parte dos alunos bolsistas possuem patrimônios milionários.

Visita cancelada

Por motivos de saúde, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não virá mais a Santa Catarina. No dia 13 de abril ele passou por uma cirurgia e pouco tempo depois precisou novamente ir ao hospital. Agora, ficará em repouso absoluto durante todo o mês de julho.

Não é de hoje que o político anda com a saúde abalada, comprometendo sua participação ativa em agendas já para a campanha de 2026.

Em Santa Catarina, a agenda do ex-presidente era para uma passagem por Balneário Camboriú, para visitar o filho, Jair Renan, e para o lançamento do Rota 22, em São José, na Grande Florianópolis. O Rota 22 é o novo projeto do Partido Liberal que vai percorrer o Estado e que conta, obviamente, com o apoio total do governador Jorginho Mello.

Porto de São Francisco

O evento para comemorar os 70 anos do Porto de São Francisco do Sul, nesta semana, foi marcado pelo anúncio de novas obras e pela presença massiva de colaboradores e convidados. No seu discurso, o governador Jorginho Mello celebrou os importantes avanços na infraestrutura do terminal francisquense e destacou a meta de transformar os portos

catarinenses em referência nacional.

Segundo ele, os investimentos realizados nos últimos dois anos mudaram o cenário local: Ele anunciou, ainda, novos investimentos para a obra da terceira faixa na BR-280, de R\$ 12,5 milhões, e os lançamentos dos editais para a recuperação do Berço 201, na casa dos R\$ 18 milhões, e para o sistema de despoeiramento do Corredor de Exportação, no valor de R\$ 11 milhões. Também foram inauguradas diversas melhorias, como o novo Parque Tecnológico do Porto, com investimentos de R\$ 10 milhões, e a reforma do acesso de pedestres à área operacional do terminal.

7 vezes GPTW

A cooperativa financeira Únulos, que integra o sistema Ailos e tem atuação na Grande Florianópolis, acaba de ser certificada pela sétima vez consecutiva como um ótimo local para trabalhar. O Selo GPTW é entregue pela consultoria global Great Place to Work após pesquisa realizada entre os colaboradores de forma anônima. Com unidades em Florianópolis, São José e Palhoça, a cooperativa financeira fechou 2024 com um aumento de 15% em ativos na comparação com 2023, ao atingir R\$ 335 milhões. Já as operações de crédito registraram crescimento de 21% em relação ao ano anterior, somando R\$ 199 milhões. Esses números expressivos comprovam que, a partir de uma cultura forte e de um bom clima organizacional, são gerados excelentes resultados.

Novo integrante

O ex-deputado federal, Rodrigo Coelho, irá filiar-se, até o final de julho, na cidade de Joinville, ao MDB, numa tentativa de retornar à Câmara. O ato deverá contar com a presença do deputado federal e presidente nacional dos emedebistas, Baleia Rossi e do líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões.

TAGS Notisul Pelo Estado



Continue lendo



Frio intenso persiste em Santa Catarina até sábado, com geada e mínimas negativas em algumas regiões

Geral 3 de julho de 2025



Novo comandante no Tubarão: Alexandre Lopes assume o desafio

Esportes na WEB - Balano Filho 2 de julho de 2025



Ataque hacker atinge provedora do BC e desvia até R\$ 1 bi

Geral 2 de julho de 2025



Com -10,4°C, Bom Jardim tem menor temperatura do ano no Brasil

Geral 2 de julho de 2025



Lages garante construção de cinco poços artesanais na área rural

Geral 2 de julho de 2025



Pescaria Brava decreta emergência para manter coleta de lixo regular

Geral 2 de julho de 2025



Exposição fotográfica em Araranguá retrata abandono de cães com sensibilidade

Geral 2 de julho de 2025



Tubarão registra madrugada mais fria do ano com 3,8 °C

Geral 2 de julho de 2025



Ad

Início > Política > Deputado Rodrigo Minotto cobra Governo do Estado sobre corte de verbas para a APAE

POLÍTICA

Deputado Rodrigo Minotto cobra Governo do Estado sobre corte de verbas para a APAE

De Redação — Em 2 jul, 2025 | 18:00 — Últimas atualizações 2 jul, 2025 | 17:30

[Compartilhar](#) [Facebook](#) [+](#)

O deputado estadual Rodrigo Minotto (PDT) manifestou-se na tribuna da Assembleia Legislativa nesta terça-feira, dia 2, para questionar o corte de recursos destinados às APAEs. Em 2024, o Governo do Estado lançou o Programa Gente Especial, que previa o repasse de recursos, por meio de convênios de cinco anos, para entidades de educação especial. No entanto, ao final do primeiro ano de vigência, foi anunciada a revisão dos valores e a suspensão de parte dos repasses.

“As APAEs realizam um trabalho extraordinário e atendem mais de 20 mil alunos em nosso estado. Não é aceitável que, no primeiro ano de um programa que prometia estabilidade, sejam retirados recursos de instituições que dependem desses valores para funcionar. Vamos acompanhar de perto e cobrar soluções”, afirmou o parlamentar.

Minotto relatou ter recebido, na última segunda-feira, dia 30, uma comitiva da APAE de Morro da Fumaça, liderada pela presidente Marilza de Fátima Maccari e acompanhada por membros da diretoria, além dos vereadores Doquinha Freitas, Marijane Felipe e Parazinho.

No município, a instituição perdeu quase R\$ 740 mil, o que gerou grande preocupação com a continuidade dos serviços pedagógicos e terapêuticos oferecidos. Durante o encontro, também foi relatada uma redução de 50%, por parte do governo, nos valores destinados à contratação de professores das áreas de artes, informática e musicoterapia.

“Essa luta não é apenas da APAE de Morro da Fumaça. É uma luta por respeito, dignidade e inclusão. Essa causa envolve toda a sociedade catarinense. Onde houver necessidade de defender os direitos das pessoas com deficiência, estarei presente”, reforçou Minotto.

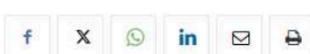
O deputado fez questão de parabenizar o prefeito Eduardo Guollo e o vice-prefeito Davi Pellegrin, que ampliaram o convênio com a APAE em R\$ 180 mil, além do deputado Júlio Garcia, que também se comprometeu com a causa, destinando mais R\$ 300 mil à instituição.

[Compartilhar](#) [Facebook](#) [Twitter](#) [Telegram](#) [O Mail](#)

Saúde

Alesc vai discutir fornecimento gratuito de cannabis medicinal

por Redação SC 2 de julho de 2025



A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou, nesta quarta-feira (2), a realização de uma audiência pública para discutir o uso e o fornecimento gratuito de cannabis medicinal pelo Estado. A proposta é da deputada Paulinha (Podemos) e busca ampliar o debate sobre o uso da substância em tratamentos de pacientes com doenças como fibromialgia, autismo, Alzheimer, Parkinson e outras enfermidades crônicas.

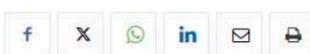
A audiência pretende envolver o governo estadual, parlamentares, comunidade e especialistas da área da saúde para discutir a aplicação da lei já aprovada em 2024, que instituiu a Política Estadual de Fornecimento Gratuito de Medicamentos à Base de Cannabis Medicinal. Apesar da aprovação, o governo ainda não colocou a política em prática, o que tem gerado cobranças.

O deputado Vicente Caropreso (PSDB) ressaltou que a Assembleia Legislativa aprovou a proposta com ampla maioria e que o governo estadual já criou uma comissão para tratar do assunto, mas a população segue sem acesso ao medicamento. Ele alertou ainda para o alto custo do tratamento, que pode chegar a R\$ 700 por frasco, valor inviável para muitas famílias. Para ele, a audiência é fundamental para pressionar o Executivo a acelerar o processo de regulamentação.

Durante a reunião da Comissão de Saúde, outros temas importantes também foram discutidos e aprovados. Entre eles, a realização do 6º Seminário Setembro Verde, em São Miguel do Oeste, com foco na promoção de hábitos saudáveis e do consumo consciente, além da audiência pública sobre as políticas de atenção às pessoas com câncer no estado, marcada para o dia 20 de agosto.

Também foi aprovado o projeto que determina a instalação de cartazes informativos sobre doação de medula óssea nas unidades da Hemorrede, com o objetivo de incentivar a participação da população na rede de doadores. Outro destaque foi a aprovação do projeto que institui o Novembro Verde, campanha voltada à conscientização sobre a ostomia, que passará a fazer parte do calendário oficial de Santa Catarina.

TAGS Assembleia Legislativa SC cannabis medicinal saúde pública



Continue lendo



Horóscopo do Dia – 03 de julho de 2025 (Quinta-feira)

Horóscopo 3 de julho de 2025



Frio intenso persiste em Santa Catarina até sábado, com geada e mínimas negativas em algumas regiões

Geral 3 de julho de 2025



Novo comandante no Tubarão: Alexandre Lopes assume o desafio

Esportes na WEB – Baiano Filho 2 de julho de 2025



Ataque hacker atinge provedora do BC e desvia até R\$ 1 bi

Geral 2 de julho de 2025



Pelo Estado – Novas varas federais e cargos em Santa Catarina

Pelo Estado 2 de julho de 2025



Com -10,4°C, Bom Jardim tem menor temperatura do ano no Brasil

Geral 2 de julho de 2025



Lages garante construção de cinco poços artesanais na área rural

Geral 2 de julho de 2025



Pescaria Brava decreta emergência para manter coleta de lixo regular

Geral 2 de julho de 2025



Pelo Estado 02/07: Covid. Crianças sem vacina não transmitem doença

Home / 2025 / julho / 2 / Geral / Pelo Estado 02/07: Covid. Crianças sem vacina não transmitem doença

GERAL PELO ESTADO DIGITAL

coluna, Pelo Estado, Política, Santa Catarina 2 julho 2, 2025



A solicitação do fim da obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19 para crianças foi uma das principais conclusões da audiência pública realizada na noite desta segunda-feira (30) na Assembleia Legislativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Família. O encontro discutiu soluções e alternativas às ações movidas pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e pelo Conselho Tutelar contra pais que não vacinaram seus filhos contra a doença.

Durante o evento, os participantes também pediram a suspensão dessas ações, bem como das multas aplicadas àqueles que não imunizaram seus filhos. Eles querem saber, ainda, os dados atualizados sobre os efeitos adversos e óbitos decorrentes da vacinação contra a Covid.

A reunião contou com a participação de várias referências na área da saúde. E se chegaram a essa conclusão lógica, sinal que entendem do assunto, certo? Então, porque mesmo eles não revelaram durante o encontro o motivo real do fim da pandemia, já que não foi a vacina? Ou o motivo da morte de tantas crianças por covid, já que elas são "ímmunes" e por isso não precisariam de vacina? E vacina quem quer, quem não quer, contamina os outros.

Isto parece mais uma discussão de grupo de whatsapp, onde todos têm solução para o problema dos outros, menos para os seus próprios.

Saúde

Os avanços em Oncologia e Hematologia no país serão tema do 3º Simpósio do Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON), unidade do Governo do Estado, nos dias 4 e 5 de julho, em Florianópolis. O evento, que tem o apoio da FAHECE, reunirá mais de 30 palestrantes de destaque nacional nessas áreas e terá uma programação especializada. Serão dois dias voltados à atualização científica, troca de experiências e fortalecimento das redes de cuidado oncológico. As inscrições estão abertas no site oficial do evento, com vagas limitadas.

Posse

O advogado tributarista Lucas de Assis, de Palhoça, tomou posse como conselheiro do Tribunal Administrativo Tributário de Santa Catarina (TAT/SC), órgão responsável pelo julgamento de litígios fiscais entre contribuintes e a Fazenda Estadual, em última instância administrativa. Indicado pela Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC), Lucas representa a classe empresarial catarinense no colegiado. Ele é coordenador do núcleo jurídico-contábil da Associação Empresarial de Palhoça (ACIP) e já atuou como advogado da própria FACISC por oito anos. O TAT/SC tem composição paritária entre representantes do fisco e dos contribuintes e desempenha papel estratégico na mediação de conflitos tributários, promovendo segurança jurídica e equilíbrio na interpretação da legislação estadual.

Oportunidade

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL/SC), ligado à Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), está com 416 vagas abertas de estágio para estudantes, bolsas em projetos de inovação tecnológica, aprendizes e vagas efetivas para profissionais graduados. Os postos são para estudantes do ensino médio, técnico e superior, além de profissionais com graduação, mestrado ou doutorado. Também há oportunidade internacional para atuação remota em empresa de Portugal. As áreas com maior número de oportunidades são Administração, Tecnologia, Direito, Engenharias e Pedagogia. Florianópolis, Joinville, Criciúma, Jaraguá do Sul e Blumenau concentram a maior parte das ofertas.

São Bento do Sul

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), assinou um contrato de estruturação de Parceria Pública Privada (PPP) com São Bento do Sul, que deu um passo decisivo rumo à modernização de sua infraestrutura urbana. Este foi o primeiro contrato de estruturação de PPP firmado pela agência do BRDE em Santa Catarina, e que marca um momento histórico tanto para o banco quanto para o município. O projeto prevê a concessão administrativa do serviço de iluminação pública, que inclui a modernização, eficiência, expansão, operação e manutenção do parque de iluminação da cidade, que atualmente conta com cerca de 15.400 pontos de luz, com a substituição de aproximadamente 17 mil lâmpadas convencionais por tecnologia LED, com uma economia estimada de até 80% na conta de luz pública e aumento na segurança. O investimento previsto é de cerca de R\$40 milhões e utilizará como fonte os recebíveis da COSIP, sem impacto direto no orçamento da Prefeitura. Além disso, o projeto abre caminho para a implementação de soluções de cidades inteligentes, como videomonitoramento, wi-fi público e sensores ambientais.

Defensores

Pela primeira vez fora da capital, o Curso de Formação de Defensoras e Defensores Populares será realizado em Chapecó, com início previsto para o dia 16 de agosto. A iniciativa é voltada a lideranças comunitárias e pessoas que atuam em movimentos sociais, com o objetivo de promover a educação em direitos e fortalecer a atuação cidadã nos territórios. A formação será gratuita e acontecerá em quatro encontros, sempre aos sábados, no Plenário da Câmara Municipal. O primeiro encontro terá uma mesa de abertura e apresentação dos participantes. Os demais encontros abordarão temas como direitos humanos, moradia, infância e juventude, direitos das mulheres e do consumidor, com mediação de defensoras e defensores públicos, além de convidados externos.

LDO em discussão na Alesc

A Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) deve votar nesta semana o parecer conclusivo ao Projeto de Lei (PL) 178/2025, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. O relator, deputado Marcos Vieira (PSDB), recomendou a aprovação da proposta, e a votação ficou agendada para esta quarta-feira, dia 02. A LDO, elaborada pelo Poder Executivo, prevê receitas e despesas públicas de R\$ 57,9 bilhões, valor 10% superior ao orçamento de 2025. O texto apresenta metas fiscais e prioridades de investimentos em áreas como saúde, educação e segurança pública, além de orientar a futura Lei Orçamentária Anual (LOA).



“ Clique aqui para ver a coluna Pelo Estado PE_02.07.2025

Passarelas sob a Ponte Colombo Salles seguem abandonadas: retirada fica para depois de 2026

Por REDAÇÃO JOVEM PAN NEWS
02/07/2025, 09h36 - Atualizado em 02/07/2025, 09h36

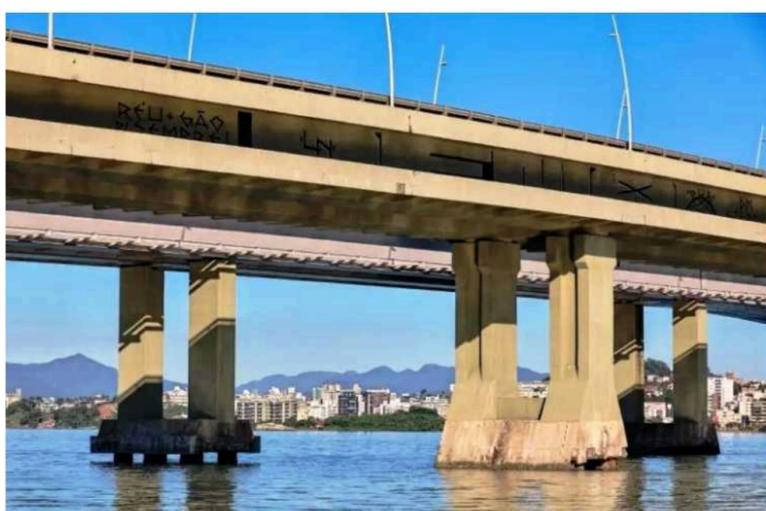


Foto: Divulgação

Em Florianópolis, a remoção das passarelas para pedestres entre a Ilha e o Continente que passam por baixo da Ponte Colombo Salles ainda deve se arrastar até pelo menos 2026. A informação foi divulgada nesta terça-feira (1º) pelo deputado estadual Mario Motta. A obra formalizada num contrato assinado em 2024 prevê a retirada das estruturas remanescentes das passarelas, interditas há décadas.

Clique aqui e receba as notícias do Tudo Aqui SC e da Jovem Pan News no seu WhatsApp

A passarela do lado Norte, por exemplo, está fechada desde 1983. A do lado Sul foi interdita em 2001, após um incidente com a queda de duas pessoas. Hoje, análises fotográficas indicam a ausência de 15 peças de guarda-corpo na passarela da face norte da ponte, cada uma pesando 270 kg – o que significa um risco à segurança pública.

“A obra está com uma ordem de paralisação emitida em fevereiro. O motivo? A presença de uma adutora da Casan no lado norte da ponte. Como resultado, apenas a passarela sul foi desmontada até o momento. Dos R\$ 3,7 milhões previstos, somente R\$ 1,4 milhão foi executado, o que representa menos de 40% do contrato. O prazo final de entrega, previsto para esse mês, se tornou irreal”, comenta o deputado.

Obra na Colombo Salles

A Casan, por sua vez, trabalha na instalação de uma nova adutora na Ponte Pedro Ivo Campos, com investimento de R\$ 11,8 milhões. Inicialmente prevista para março de 2025, a obra já foi prorrogada para julho, mas documentos da companhia indicam que a conclusão pode se estender até outubro – segundo a transparência da Casan, atualmente restam 41% do valor contratado a ser executado –, seguida por dois meses de testes operacionais e três meses para remover a adutora antiga. Ou seja, a retomada da remoção das passarelas só deve ocorrer em 2026.

“Chama atenção, contudo, que a presença da adutora não era novidade. Desde 2023, vistorias presenciais e reuniões técnicas da Secretaria de Estado da Infraestrutura e da Casan já tratavam da retirada de elementos na passarela norte, mesmo com a existência da adutora. O edital do contrato é claro. Informa que na passarela norte há uma adutora em funcionamento, o que impossibilita sua remoção total. No entanto, está prevista a remoção do guarda-corpo e de uma fração da laje, visando mitigar riscos de queda”, pontua Motta. “Se tudo estava previsto, por que a obra parou? Ao que parece, a solução projetada, na prática, parece não ter garantido a segurança à adutora da Casan em operação”, completa.

A legislação também tem causado preocupação. A nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), em seu artigo 137, inciso III, prevê a possibilidade de rescisão contratual por parte da empresa contratada quando a paralisação por ordem da Administração ultrapassar quatro meses – o que, aparentemente, será o caso. O Estado precisa se antecipar e adotar as medidas necessárias para minimizar os danos em relação às execuções das obras.

O deputado frisa que há outro alerta que não pode ser ignorado. Com a remoção da passarela sul da ponte Colombo Salles, ficaram expostas dezenas de tubulações de ferro da drenagem pluvial de cerca de três metros – estruturas agora suspensas, enferrujadas e sem suporte. Antes, estavam apoiadas nas bases da passarela. Hoje, soltas, representam mais um risco real para quem navega sob a ponte. A remoção dessas tubulações não consta no contrato atual.

O parlamentar protocolou ao Governo do Estado Indicações e Pedidos de Informação cobrando esclarecimentos e soluções definitivas. “Em 2014, ainda enquanto apresentador do Jornal do Almoço, já cobrávamos providências. Naquela ocasião, uma decisão judicial já determinava a remoção completa das passarelas devido à queda de elementos. O governo, no entanto, optou por uma solução parcial, retirando apenas as peças mais críticas da passarela sul. Dez anos depois, enfrentamos o mesmo problema, com os mesmos riscos, e obras conflitantes sendo realizadas no mesmo período. Será que o Estado precisa de uma década para resolver um problema tão evidente?”, questiona.

Blocos de fundação

As passarelas não são a única preocupação do deputado. Em 2020, seis blocos de fundação das pontes Colombo Salles e Pedro Ivo receberam reforço estrutural, dada as suas condições críticas. No entanto, outros 12 blocos ainda aguardam intervenções, apesar da urgência reconhecida.

Em 2022, a Secretaria de Infraestrutura do Estado até chegou a contratar a recuperação dessas estruturas por R\$ 13,4 milhões. Porém, o projeto foi questionado pela própria empresa executora, que apontou falhas.

Desde então, uma nova empresa foi contratada, desta vez para elaborar um anteprojeto de reforço estrutural, no valor de R\$ 270 mil. A entrega estava prevista para fevereiro de 2025, contudo, até o momento, não há informações sobre o recebimento definitivo do projeto, nem dos encaminhamentos. “Enquanto a obra não ser concluída e os riscos persistirem, continuaremos fiscalizando e cobrando os órgãos competentes”, finaliza o deputado.



Santa Catarina

Grande Florianópolis

Meio-Oeste

Norte do Estado

Oeste Catarinense

Serra

Sul do Estado

Vale do Itajaí

Colunistas

Últimas notícias

Política

Tempo

Polícia

Tecnologia

Entretenimento

Pets

Trânsito

Obras

Turismo

Agenda

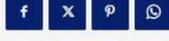
Contato

Anuncie

Política de Privacidade

Coluna Pelo Estado

Pelo Estado 02/07: Fim da obrigatoriedade da vacinação contra Covid. Doença foi erradicada?

Publicado por: **Redação** Em: julho 2, 2025

Em Destaque

A solicitação do fim da obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19 para crianças foi uma das principais conclusões da audiência pública realizada na noite desta segunda-feira (30) na Assembleia Legislativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Família. O encontro discutiu soluções e alternativas às ações movidas pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e pelo Conselho Tutelar contra pais que não vacinaram seus filhos contra a doença.

Durante o evento, os participantes também pediram a suspensão dessas ações, bem como das multas aplicadas àqueles que não imunizaram seus filhos. Eles querem saber, ainda, os dados atualizados sobre os efeitos adversos e óbitos decorrentes da vacinação contra a Covid.

A reunião contou com a participação de várias referências na área da saúde. E se chegaram a essa conclusão lógica, sinal que entendem do assunto, certo? Então, porque mesmo eles não revelaram durante o encontro o motivo real do fim da pandemia, já que não foi a vacina? Ou o motivo da morte de tantas crianças por covid, já que elas são "imunes" e por isso não precisariam de vacina? E vacina quem quer, quem não quer, contamina os outros.

Isto parece mais uma discussão de grupo de whatsapp, onde todos têm solução para o problema dos outros, menos para os seus próprios.

Saúde

Os avanços em Oncologia e Hematologia no país serão tema do 3º Simpósio do Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON), unidade do Governo do Estado, nos dias 4 e 5 de julho, em Florianópolis. O evento, que tem o apoio da FAHECE, reunirá mais de 30 palestrantes de destaque nacional nessas áreas e terá uma programação especializada. Serão dois dias voltados à atualização científica, troca de experiências e fortalecimento das redes de cuidado oncológico. As inscrições estão abertas no site oficial do evento, com vagas limitadas.

Posse

O advogado tributarista Lucas de Assis, de Palhoça, tomou posse como conselheiro do Tribunal Administrativo Tributário de Santa Catarina (TAT/SC), órgão responsável pelo julgamento de litígios fiscais entre contribuintes e a Fazenda Estadual, em última instância administrativa. Indicado pela Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC), Lucas representa a classe empresarial catarinense no colegiado. Ele é coordenador do núcleo jurídico-contábil da Associação Empresarial de Palhoça (ACIP) e já atuou como advogado da própria FACISC por oito anos. O TAT/SC tem composição paritária entre representantes do fisco e dos contribuintes e desempenha papel estratégico na mediação de conflitos tributários, promovendo segurança jurídica e equilíbrio na interpretação da legislação estadual.

Oportunidade

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL/SC), ligado à Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), está com 416 vagas abertas de estágio para estudantes, bolsas em projetos de inovação tecnológica, aprendizes e vagas efetivas para profissionais graduados. Os postos são para estudantes do ensino médio, técnico e superior, além de profissionais com graduação, mestrado ou doutorado. Também há oportunidade internacional para atuação remota em empresa de Portugal. As áreas com maior número de oportunidades são Administração, Tecnologia, Direito, Engenharias e Pedagogia. Florianópolis, Joinville, Criciúma, Jaraguá do Sul e Blumenau concentram a maior parte das ofertas.

São Bento do Sul

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), assinou um contrato de estruturação de Parceria Público Privada (PPP) com São Bento do Sul, que deu um passo decisivo rumo à modernização de sua infraestrutura urbana. Este foi o primeiro contrato de estruturação de PPP firmado pela agência do BRDE em Santa Catarina, e que marca um momento histórico tanto para o banco quanto para o município. O projeto prevê a concessão administrativa do serviço de iluminação pública, que inclui a modernização, eficiência, expansão, operação e manutenção do parque de iluminação da cidade, que atualmente conta com cerca de 15.400 pontos de luz, com a substituição de aproximadamente 17 mil lâmpadas convencionais por tecnologia LED, com uma economia estimada de até 80% na conta de luz pública e aumento na segurança. O investimento previsto é de cerca de R\$40 milhões e utilizará como fonte os recebíveis da COSIP, sem impacto direto no orçamento da Prefeitura. Além disso, o projeto abre caminho para a implementação de soluções de cidades inteligentes, como videomonitoramento, wi-fi público e sensores ambientais.

Defensores

Pela primeira vez fora da capital, o Curso de Formação de Defensoras e Defensores Populares será realizado em Chapecó, com início previsto para o dia 16 de agosto. A iniciativa é voltada a lideranças comunitárias e pessoas que atuam em movimentos sociais, com o objetivo de promover a educação em direitos e fortalecer a atuação cidadã nos territórios. A formação será gratuita e acontecerá em quatro encontros, sempre aos sábados, no Plenário da Câmara Municipal. O primeiro encontro terá uma mesa de abertura e apresentação dos participantes. Os demais encontros abordarão temas como direitos humanos, moradia, infância e juventude, direitos das mulheres e do consumidor, com mediação de defensoras e defensores públicos, além de convidados externos.

LDO em discussão na Alesc

A Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) deve votar nesta semana o parecer conclusivo ao Projeto de Lei (PL) 178/2025, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. O relator, deputado Marcos Vieira (PSDB), recomendou a aprovação da proposta, e a votação ficou agendada para esta quarta-feira, dia 02. A LDO, elaborada pelo Poder Executivo, prevê receitas e despesas públicas de R\$ 57,9 bilhões, valor 10% superior ao orçamento de 2025. O texto apresenta metas fiscais e prioridades de investimentos em áreas como saúde, educação e segurança pública, além de orientar a futura Lei Orçamentária Anual (LOA).

Comissão Alesc
Foto: Agência AL/Divulgação

Clique aqui para ver a coluna Pelo Estado **PE_02.07.2025**

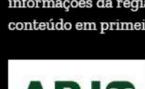
Produção e edição

Por Celina Sales para APJ/SC e ADI/SC
Contato: peloestado@gmail.com

Cidades

O Jornal

O Jornal a Hora trás as últimas informações da região com o melhor conteúdo em primeira mão



Últimas Lançadas

Associação Empresarial de Itajaí (ACII) promove a 1ª Feira de Negócios em Itajaí
ITAJAÍ julho 2, 2025

Deputada destina R\$ 200 mil para a Secretaria de Turismo de Itapema e promete mais apoio para 2026
ITAPEMA julho 2, 2025

Polícia Civil de Itapema oarticipa em operação nacional contra gangue de roubo de cargas e tráfico de drogas
ITAPEMA julho 2, 2025

Mais Popular

Associação Empresarial de Itajaí (ACII) promove a 1ª Feira de Negócios em Itajaí
ITAJAÍ julho 2, 2025

Deputada destina R\$ 200 mil para a Secretaria de Turismo de Itapema e promete mais apoio para 2026
ITAPEMA julho 2, 2025

Polícia Civil de Itapema oarticipa em operação nacional contra gangue de roubo de cargas e tráfico de drogas
ITAPEMA julho 2, 2025

Sitemap

Home
Cidades
Itapema
Porto Belo
Balneário Camboriú
Bombinhas
Itajaí
Polícia
Jornal Digital
Publicações Legais
Política
Santa Catarina
Variedades



POLÍTICA

FOTO: Daniel Conzi/Agência AL

Audiência debate vacina infantil obrigatória

Os participantes defenderam o fim da obrigatoriedade na audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina



Por Vitor Wolff

Publicado em 02/07/2025 8:48 - Atualizado em 02/07/2025 8:48

COMPARTILHE

TWEET



2

A obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19 em crianças foi o principal tema de uma audiência pública realizada na noite desta segunda-feira (30), na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). Promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Família, o encontro discutiu alternativas às ações movidas pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares contra pais que decidiram não vacinar seus filhos. Os participantes defenderam o fim da obrigatoriedade, a suspensão das ações judiciais e o cancelamento de multas aplicadas.

A audiência foi convocada pelos deputados Jessé Lopes e Sargento Lima (ambos do PL), que se posicionaram contra a responsabilização dos pais. Jessé criticou a criminalização das famílias e Lima pediu apoio ao projeto de lei 263/2025, em tramitação na Alesc, que visa suspender sanções aplicadas a quem se recusou a imunizar crianças contra a Covid-19.

Durante o debate, pais relataram experiências como alvos de ações penais por não vacinarem seus filhos. Também participaram médicos que questionaram a segurança da vacina da Pfizer para crianças, alegando que, por utilizar tecnologia de RNA mensageiro, não seria uma vacina tradicional, mas uma "terapia gênica" em fase experimental. Advogados reforçaram esse argumento, alegando que a imunização não integra o Programa Nacional de Imunizações (PNI) e que o Código de Nuremberg exige consentimento para intervenções experimentais.

O promotor de Justiça Mateus Fontoura Gomes, representando o Ministério Público de Santa Catarina, explicou que o órgão apenas cumpre determinações federais estabelecidas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário quanto à obrigatoriedade da vacinação. O debate dividiu opiniões e revelou tensões sobre a atuação do Estado nas decisões de saúde infantil.



Pacotaço a caminho da Alesc – Acontece SC



Foto: Roberto Zacarias / Secom



Por: **Ewaldo Willerding Neto**

03/07/2025 - 08:07

As duas próximas semanas serão de movimento intenso na Assembleia Legislativa de SC, com o aporte de um pacote de projetos de leis de origem do governo do estado. Em reunião na Casa D'Agrônômica com os deputados, ficou definido que os PLs tramitem e sejam aprovados, ou não, até o dia 17, véspera do início do recesso parlamentar. Entre os projetos previstos está o que prevê a criação do cadastro de pessoas em situação de rua, uma das bandeiras do governador Jorginho Mello, após reunião com prefeitos recentemente. O enfrentamento a este drama social é urgente, com problemas crescentes em praticamente todos os municípios. Outros temas a serem apresentados aos deputados são o do programa ferroviário catarinense – outra meta do governo estadual – e o programa estrada boa rural. Já o projeto de lei que trata do saneamento básico, que tem sérias dificuldades de avançar, não deve ser apresentado ainda neste momento.

Militar

Entre as propostas do governo está a criação do Serviço Militar Estadual Temporário (Semet), que visa ampliar os quadros da PMSC e do CMBSC, com contratos com duração inicial de 12 meses, prorrogáveis por até 96 meses. O ingresso será por processo seletivo simplificado, voltado a profissionais com formação superior e perfil compatível com as áreas estratégicas.

CPI da UG

O deputado Fabiano da Luz (PT) propôs que a Alesc abra CPI para apurar as irregularidades encontradas pelo TCE/SC no Universidade Gratuita. “Milhares de estudantes tiveram que buscar financiamento para pagar a matrícula e mensalidade, enquanto mais de 800 milionários acessaram o programa, um rombo de mais de R\$ 300 mi. De quem é a culpa?”, questionou.

Porto SFS

No evento dos 70 anos do Porto de São Francisco do Sul, o governador Jorginho Mello anunciou novas obras e investimentos. “Já foram R\$ 80 milhões em infraestrutura, para deixar mais competitivo”, disse. Também foi inaugurado o novo Parque Tecnológico do Porto, com investimentos de R\$ 10 milhões, e a reforma do acesso de pedestres à área operacional.

Bolsonaro



Reprodução/Instagram

Os recorrentes problemas de saúde impediram que Jair Bolsonaro viesse para Santa Catarina participar do evento Rota 22, previsto para sábado na Arena Opus, em São José. Vômitos constantes e crises de soluções fizeram com que a equipe médica recomendasse repouso. A saúde abalada desde a facada de 2018 ameaça o futuro político do ex-presidente.



Ewaldo Willerding Neto

Jornalista formado pela UFSC com 30 anos de atuação.

Edinei Wassowski

Interior de SC vai receber oito Varas de Justiça Federal; Canoinhas pleiteia uma

por Edinei Wassowski 3 de julho de 2025

[ícones de compartilhamento]

Última atualização: 2 de julho de 2025

IMAGEM: OAB/SC



Jorge Mazera e Juliano Mandelli, reunidos em Florianópolis

Esta é uma coluna de opinião. Aqui você vai encontrar notas sobre bastidores da política regional e estadual, além de artigos que expressam a opinião do colunista.

Todas as unidades deverão ser instaladas no interior do Estado, conforme pleito da OAB catarinense

CHANCE

Mais uma oportunidade de encurtar distâncias a fim de ganhar agilidade e até prestígio está na rota de Canoinhas nos próximos dias. O Projeto de Lei nº 1/2025, que autoriza a criação de novas unidades da Justiça Federal, foi aprovado na noite desta terça-feira, dia 1º, pelo plenário do Senado, depois de já contar com o aval da Câmara, e agora segue para sanção presidencial.

Foram criadas quatro varas para a Central Unificada de Execução Fiscal, duas varas para a Central Unificada de Saúde e duas varas para a Central Unificada de Benefícios Previdenciários. Todas deverão ser instaladas no interior de Santa Catarina, conforme pleito da subseção estadual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC). A lotação das novas unidades ainda será definida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF-4), com participação da Seccional. Na próxima semana, o presidente da OAB/SC, Juliano Mandelli, tratará disso com o presidente do Tribunal, João Batista Pinto Silveira.

A aprovação do projeto trouxe a carga o esforço da seccional de Canoinhas da OAB, que desde o mandato passado, do advogado Renato Cepeda, vem pleiteando que a cidade sedie uma das novas Varas.

A atual presidente da OAB Canoinhas, Eliane Meiners, encaminhou ofícios logo que assumiu o cargo, às presidências nacional e estadual da OAB, requerendo que Canoinhas seja contemplada com uma das unidades. "Agora estamos pedindo às forças políticas e empresariais da cidade, que nos ajudem nesse pleito", reforça Eliane. Hoje, questões ligadas à Justiça Federal demandam uma viagem a Mafra, onde fica a Vara mais próxima de Canoinhas.

A Justiça do Trabalho já sinalizou com a possibilidade de ceder um espaço no prédio que ocupa em Canoinhas para sediar a Vara Federal. Contudo, esta é uma escolha muito mais política do que econômica.

CHANCE 2

O projeto de lei aprovado no Congresso teve parecer favorável do senador Esperidião Amin (PP-SC) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e atende a uma antiga reivindicação da advocacia e da sociedade catarinense, ancorada em dados técnicos: mesmo com menor número de unidades, o Estado registra volume anual de distribuição de processos federais 14,51% maior que o do Rio Grande do Sul e 15,31% acima do Paraná, déficit que levou a instituição a pleitear a ampliação.

A votação no Senado, na terça-feira, foi acompanhada de perto pelo secretário da Comissão Especial de Acompanhamento Legislativo e conselheiro estadual da OAB/SC, Rafael Piva Neves. "A decisão do Senado reconhece o esforço conjunto da advocacia catarinense por uma Justiça Federal mais acessível e estruturada", destaca o conselheiro. "Essa aprovação mostra o quanto Santa Catarina está unida na defesa de um judiciário federal mais presente e eficiente e impacta diretamente a vida da população e o dia a dia da advocacia", afirma o diretor de Relacionamento com a Justiça Federal da OAB/SC, Jorge Mazera.

CPE

Foi criada uma Comissão Parlamentar Especial com o objetivo de atualizar e reformar a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Canoinhas. Essa comissão será composta por quatro vereadores: André Flenik (PL), Ivan Krauss (PP), Kátia Oliskowski (Rep) e Tatiane Carvalho (MDB).

A Comissão atuará de acordo com as regras estabelecidas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Canoinhas e terá o suporte técnico dos servidores da Casa. O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de até 120 dias, contados a partir da data de sua instalação. Esse prazo pode ser prorrogado por mais 120 dias, caso a Comissão considere necessário.

TROCA DE PARTIDO

De modo bem discreto, a prefeita de Major Vieira, Aline Ruthes, trocou de partido em fevereiro. Ela deixou o PSD, pelo qual foi eleita, pelo partido do governador Jorginho Mello, o PL.

TRANSPORTE CARO

Motoristas da prefeitura de Três Barras têm representado alto custo para os cofres públicos. Lotado como condutor de veículos e máquinas, um dos motoristas retirou R\$ 25,1 mil em diárias somente no primeiro semestre deste ano. Ele é o motorista do gabinete da prefeita Ana Claudia Quege (MDB). Ele se beneficia de uma lei recente que permite que motoristas tirem diárias em valores equivalentes aos de secretários municipais.

Já o motorista do Serviço Autônomo de Água e Saneamento (Samasa), subordinado ao presidente da autarquia, Emilio Gazaniga, recebeu R\$ 22,7 mil em diárias no mesmo semestre.

Que a prefeita viaje bastante até é compreensível, mas o que leva o presidente do Samasa a por o pé na estrada é um mistério.

NÃO VEM

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) cancelou o evento agendado para o próximo sábado, 5, em Santa Catarina após complicações no quadro de saúde. Em nota, o político comunicou que passou por uma consulta médica de urgência e que deverá ficar de repouso absoluto durante o mês de julho. A prefeita de Canoinhas, Juliana Maciel Hoppe (PL) chegou a gravar vídeo, direto da Suíça, onde passa férias, proclamando a militância para saudar o capitão.

Um dos objetivos da visita seria medir a temperatura sobre o anúncio de mudar o domicílio eleitoral de seu filho 03, Carlos Bolsonaro, para concorrer ao Senado por Santa Catarina.

IMIGRANTES

Aliada do ex-presidente a deputada Júlia Zanatta (PL-SC) afirmou à coluna Painei, da Folha de S.Paulo, que o fluxo migratório de moradores de outros Estados em direção a Santa Catarina pressiona os serviços públicos das maiores cidades catarinenses e tem potencial de alterar o perfil conservador do Estado. Dados do Censo divulgados na semana passada mostraram que Santa Catarina foi o Estado que mais recebeu imigrantes nos últimos 12 anos.

Júlia, por sinal, está em pé de guerra com o PL, porque já sentiu que será limada de uma vaga na disputa pelo Senado se Carluço, de fato, vier para SC. Caroline de Toni (PL) teria a segunda vaga, isso se o PL não barganhar a vaga para atrair o PSD de João Rodrigues.

"Eles não podem vir para cá e votar na esquerda"

de Julia Zanatta, afirmando que SC, "bem ou mal, com os políticos mais velhos, sempre se manteve da esquerda." Como se coubesse a ela decidir pelo voto de quem escolhe SC pra viver

PACOTÃO

O governo de Santa Catarina planeja enviar cerca de 50 projetos à Assembleia Legislativa (Alesc) ainda nesta semana. No entanto, nem todos os projetos deverão ser votados até 17 de julho, que é o último dia de atividades antes do recesso parlamentar de meio de ano. Alguns deles poderão ser discutidos apenas na segunda metade de 2025.

Entre os projetos, o reajuste salarial de diferentes grupos de servidores, entre eles, os da Educação.

PÉ VERMELHO

O ex-deputado federal Rodrigo Coelho anunciou que vai se filiar ao MDB. A oficialização da filiação está prevista para acontecer até o final de julho, em um evento em Joinville.

ÉTICA



O deputado federal Fábio Schiochet (União Brasil-SC – foto), que confraternizou no ano passado em evento político com o réu da Mensageiro e Et Pater Parlamentar, Adelmo Alberti, foi eleito presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. O parlamentar catarinense afirmou que pretende defender, ao mesmo tempo, a democracia e o voto popular. "O pior momento para este Conselho é cassar o voto popular de quem chegou aqui pelas urnas. Mas nós podemos admitir que a nossa democracia, o nosso respeito e esta Casa sejam atacados por parlamentares que fazem parte desse contexto", discursou.

[ícones de compartilhamento]

Celesc é questionada após morte de idosa; Topázio desmobiliza controladoria; Casan volta a destruir rua recém-pavimentada

Marcelo Lula

Conteúdo Live

3 de julho de 2025 06:00

Tags: #AntônioCarlos, #Casan, #Celesc, #CartaDeEnergia, #Eleições2026, #Falecimento, #Ferrovias, #Infraestrutura, #Justiça, #ServiçoPúblico, #TribunalDeContas, Afrânio Bopprré PSOL governador, Amélia da Costa, cadastro de pessoas em situação de rua SC, Casan São José, Celesc não cumpre decisão judicial, concessões ferroviárias SC, controlador-geral Florianópolis CGU, coronel Flávio Graff segurança pública, corte de energia Celesc, denúncia contra Celesc, denúncia contra CIM-AMFRI, falha no fornecimento de energia, ICMS cesta básica SC, idosa morre sem luz, incentivos fiscais Jorginho Mello, incentivos fiscais SC 2025, Isenção de ICMS SC, Jorginho Mello ICMS cesta básica, nova lei segurança SC, Orvino de Ávila reclama Casan, pacote fiscal governo SC, pré-candidato PSOL SC 2026, prefeitura São José Casan, projeto de ferrovias em Santa Catarina, redução impostos SC 2025, Robison Coelho AMFRI, serviço militar estadual temporário SC, sistema ferroviário SC



A um clique de você

Entre agora nos grupos de WhatsApp do SCemPauta e receba em primeira mão as notícias que realmente importam – com exclusividade e agilidade. COMPARTILHE OS NOSSOS LINKS!

Informações quentes, análises precisas e tudo o que você precisa saber!

O SCemPauta atua com independência, sempre trazendo em primeira mão as principais DENÚNCIAS. Não fique de fora!

Dúvidas? Chama no WhatsApp: (49) 98504-8148

CLIQUE ABAIXO E PARTICIPE AGORA!

Clique para acessar o Grupo



Amélia da Costa teve a energia cortada mesmo com as contas em dia – Imagem: Família

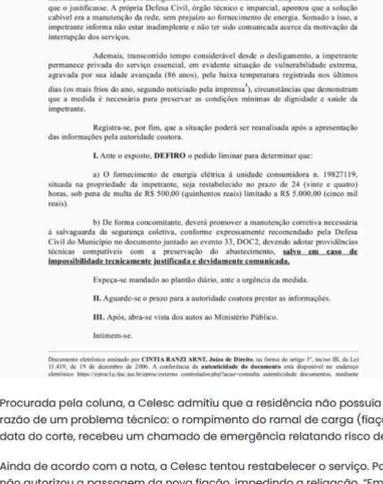
O corte de energia em uma residência no município de Antônio Carlos, na Grande Florianópolis, pode ter agravado o estado de saúde de uma idosa de 86 anos, que faleceu na manhã de ontem.

Amélia dos Passos da Costa morava com sua filha, a vereadora Cleuzete da Costa (MDB), em uma residência no bairro Santa Bárbara, que teve a energia cortada pela Celesc na noite de 10 de junho. O que chama a atenção é que todas as contas estavam devidamente pagas.

No dia seguinte, os advogados Filipe Schmitz e Mirlene Manes protocolaram um mandado de segurança e uma medida cautelar para reverter a situação. Porém, esbarrraram na falta de um documento da Celesc atestando o motivo do corte, o que fez com que a juíza da 2ª Vara Cível da Comarca de Biguaçu, Cintia Ranzí Arnt, indeferisse o pedido.

Para tentar obter um documento que mostrasse a motivação para o corte, os advogados fizeram, no dia 12 de junho, um protocolo na Celesc para saber a causa real e apresentá-la à magistrada em um recurso. Segundo Schmitz, foram apresentados à companhia um atestado da Assistência Social – que visitou a idosa –, laudos da equipe de saúde e mais alguns documentos, comprovando a necessidade da religação.

Mesmo sem o documento da Celesc, os advogados apresentaram laudos médicos à juíza, que, diante da necessidade da idosa, concedeu a liminar e determinou, na sexta-feira passada, que a energia fosse religada no prazo de 24 horas e que fosse feito o reparo na fiação. A companhia não cumpriu a decisão.

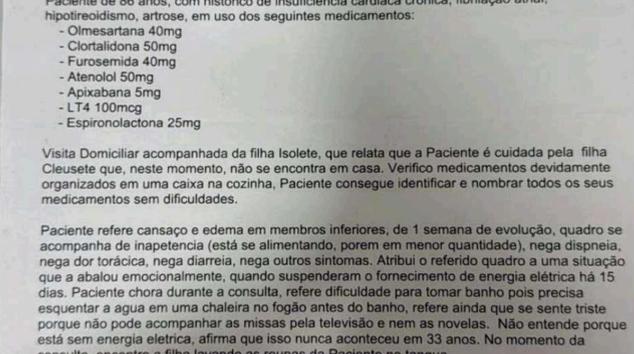


Procurada pela coluna, a Celesc admitiu que a residência não possuía débitos, mas que a interrupção do fornecimento ocorreu em razão de um problema técnico: o rompimento do ramal de carga (fiação entre o medidor e a residência). Disse ainda que, no dia 10, data do corte, recebeu um chamado de emergência relatando risco de choque elétrico na instalação.

Ainda de acordo com a nota, a Celesc tentou restabelecer o serviço. Porém, os condutores atravessavam o terreno de um vizinho que não autorizou a passagem da nova fiação, impedindo a religação. “Em diversas ocasiões, técnicos da Celesc retornaram ao local, mas a negativa do vizinho impossibilitou a conclusão do serviço pela rede antiga.” A companhia informou ainda que tentou outro caminho para poder religar a energia, mas, mesmo após a decisão judicial, não encontrou a infraestrutura adequada, e o vizinho da idosa continuou proibindo o acesso à propriedade. Segundo relatos, uma briga entre os vizinhos teria motivado a recusa.

Essa informação da Celesc é contestada pelo advogado Filipe Schmitz. “Eles tinham ordem judicial que determinava o restabelecimento da rede antiga, o que dava poder inclusive sobre o terreno do vizinho, pois ali passava a rede. Nesses casos, o uso de forças policiais é perfeitamente cabível, mas nada, absolutamente nada, foi feito para cumprir a ordem nesse sentido”, afirmou, destacando que decisão judicial se cumpre.

Afetou a saúde



A coluna teve acesso a um relatório assinado pela médica Patrícia Nogueira, em que se revela uma piora de saúde da idosa, atribuída ao corte de energia em sua casa, ocorrido há 15 dias. “Paciente chora durante a consulta, refere dificuldade para tomar banho, pois precisa esquentar a água em uma chaleira no fogão antes do banho, refere ainda que se sente triste porque não pode acompanhar as missas pela televisão nem as novelas. Não entende porque está sem energia elétrica, afirma que isso nunca aconteceu em 33 anos. No momento da consulta, encontra a filha lavando as roupas da Paciente no tanque”.

A coluna teve acesso a um relatório assinado pela médica Patrícia Nogueira, em que se revela uma piora de saúde da idosa, atribuída ao corte de energia em sua casa, ocorrido há 15 dias. “Paciente chora durante a consulta, refere dificuldade para tomar banho, pois precisa esquentar a água em uma chaleira no fogão antes do banho. Refere ainda que se sente triste porque não pode acompanhar as missas pela televisão nem as novelas. Não entende por que está sem energia elétrica, afirma que isso nunca aconteceu em 33 anos. Durante a consulta, encontro a filha lavando as roupas da paciente no tanque”, escreveu.

Reparação

O advogado Filipe Schmitz informou que entrará com uma ação contra a Celesc. Ele disse que a família quer uma reparação pelo ocorrido, que acabou devido ao estresse, abalando a saúde da idosa. “Ela tinha algumas comorbidades que estavam controladas. Mas a saúde se deteriorou por causa do trauma psicológico provocado pelo corte de energia”, disse Schmitz. Amélia foi sepultada ontem.

Ainda a Celesc

A informação divulgada ontem em primeira mão pela coluna, de que o ex-presidente do Ciasc, Moisés Diersmann, poderá assumir uma diretoria na Celesc, gerou uma forte repercussão no meio político e sindical. A leitura é que o governador Jorginho Mello (PL) assume um risco desnecessário de desgaste ao colocar Diersmann em um cargo responsável pelo setor de licitações. Vale lembrar que Moisés deixou o comando do Ciasc em meio às denúncias feitas pelo SCemPauta.

Pré-candidato



Bopprré é o pré-candidato do PSOL ao Governo do Estado – Imagem: Divulgação CMF

A Executiva Estadual do PSOL decidiu lançar o pré-candidato de Afrânio Bopprré, ao Governo do Estado. No resumo que divulga a decisão, o partido resalta a necessidade da “unidade do campo democrático e popular para o enfrentamento à extrema-direita, tanto na esfera estadual como nacional”. Bopprré foi vice-prefeito de Florianópolis, deputado estadual e, atualmente, está em seu quarto mandato como vereador. Em 2024, o parlamentar se reelegera, conquistando a maior votação de um vereador de esquerda da história de Santa Catarina, com 6.061 votos.

Saída do controlador

O prefeito de Florianópolis, Topázio Neto (PSD), anunciou ontem, em uma reunião de colegiado, que o servidor da Controladoria-Geral da União, Rodrigo de Bona, que estava cedido ao município, não permanecerá no cargo de controlador-geral da prefeitura. A situação foi alvo de críticas internas, já que a decisão do prefeito de não renovar o convênio com a CGU enfraquece a transparência e a controladoria da capital. Os relatos são de que as situações apontadas pelo ex-secretário Bruno Souza em relação à Assistência Social, a redução da atuação do Núcleo Anticorrupção e, agora, a troca do controlador fazem com que os holofotes se voltem para o gestor Topázio.

Incomodou?

Fontes ouvidas relataram que Rodrigo de Bona vinha realizando um importante trabalho na Controladoria-Geral da Prefeitura de Florianópolis. Servidor da CGU, tem um trabalho reconhecido na área do controle e transparência. Para algumas fontes, a forte atuação dele teria incomodado.

Orvino sobre o tom



Prefeito criticou a Casan pelos estragos nas ruas – Imagem: Rede Social

O prefeito de São José, Orvino de Ávila (PSD), perdeu a paciência com a Casan. Em vídeo publicado nas redes sociais, ele fez duras críticas à companhia após mais uma intervenção que considerou desastrosa da estatal em uma rua recém-pavimentada da cidade. “Chega... Foi a gota d’água!”, disparou Orvino, ao mostrar os estragos causados pela obra em uma via que havia recebido investimento de R\$ 2 milhões. “Sabe por que tá tudo destruído? Porque a Casan decidiu quebrar tudo pra passar uma rede de água... Sem conversar com a gente, sem planejamento, sem o menor respeito com São José”, reclamou, visivelmente irritado.

Aviso

Segundo o prefeito de São José, Orvino de Ávila (PSD), mesmo após diversas notificações, a Casan segue atuando sem diálogo com a gestão municipal. E avisou: “Se as inúmeras notificações que enviamos não resolverem, seremos ainda mais duros. Mas eu não vou permitir que essa empresa brinque com São José. Eles vão entender que São José merece respeito”, afirmou. A bronca acirrou ainda mais a relação entre o município e a estatal, que já vinha desgastada por outras intervenções semelhantes em ruas recém-pavimentadas.

Amfri

Ontem, a coluna informou que o Tribunal de Contas do Estado admitiu denúncia apresentada pelo Foro Metropolitano da Foz do Rio Itajaí-Açu contra o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário das Municípios do AMFRI (CIM-AMFRI), com sede em Itajaí. A representação aponta suposta negligência infundada de fornecimento de documentos relacionados ao uso de recursos públicos, especialmente no que se refere a diárias e deslocamentos de servidores após março de 2023. Vale informar que a citação do presidente do consórcio, Robison Coelho (PL), que é prefeito de Itajaí, se deu pelo fato de ele responder pela entidade, mas os fatos apurados não ocorreram em sua gestão. Por sua vez, o diretor-executivo, Jaylon da Silva, também foi apontado pelo cargo que ocupa. Ambos terão a responsabilidade de representar o consórcio.

Jogo Rápido



Volnei e Colação participaram da estreia do Podcast – Imagem: Aleosc

A tematização do Jogo Rápido apresenta o desafio de trazer o melhor do futebol brasileiro para os torcedores estaduais. Em clima leve e bem-humorado, eles falam das paixões pelos clubes, contam bastidores e provocam os rivais. Mas também há espaço para assunto sério: o jornalismo como política pública entra em campo. A estreia é nas plataformas digitais da Aleosc. Rivalidade sadia, boas histórias e debates importantes. Vale dar o play!

Revelação

O podcast Jogo Rápido estreia com um Fla-Flu: o flamenguista Volnei Weber (MDB) e Pepê Colação (Progressistas), que torce para o Fluminense. Nos próximos episódios, participarão Camilo Martins (Podemos), torcedor do Avaí, e Mário Motta, torcedor do Figueirense. Na próxima semana, a chapa promete esquentar com um Gré-Nal: Fabiano da Luz (PT), que é colorado, estará à frente com Mauro De Nadal (MDB), que é gremista. Vale a pena conferir!

Revitalização



Lei foi sancionada ontem em Criciúma – Imagem: Divulgação

A Lei que dispõe sobre o Programa Municipal de Retrofit foi sancionada pelo prefeito de Criciúma, Wagner Espindola (PSD). Por meio da adaptação de construções antigas aos padrões contemporâneos de segurança, acessibilidade, sustentabilidade e eficiência energética, a nova legislação estabelece um ciclo de mudança e inovação para o desenvolvimento urbano sustentável da cidade. De acordo com Espindola, possibilitará a modernização, especialmente na região central, sem que as características originais do projeto se percam. O ato de apresentação e assinatura da lei aconteceu no Salão Ouro Negro do Paço Municipal Marcos Rovaris.

Pacotão



Governador apresentou um pacote de projetos – Imagem: Roberto Zacarias/Secom

O governador Jorginho Mello (PL) prepara o envio de um pacote de projetos à Assembleia Legislativa na próxima semana, com destaque para a isenção total do ICMS sobre seis itens da cesta básica: arroz, feijão e farinhos de arroz, trigo, milho e mandioca. A alíquota, que hoje é de 7%, passará a ser 0%. A medida foi construída em conjunto com os setores produtivo e supermercadista, e o governo defende que irá refletir diretamente na queda dos preços para o consumidor final. “Estamos tirando o imposto para que esses alimentos cheguem mais baratos na mesa dos catarinenses”, justificou o governador.

Incentivos

O pacote anunciado pelo governador Jorginho Mello (PL) também contempla uma série de medidas voltadas ao fortalecimento da economia, com redução de impostos e criação de incentivos setoriais. A indústria automobilística será beneficiada com a queda da alíquota de ICMS de 17% para 12% em novas categorias de picapes e veículos de carga com motorização elétrica. Além disso, setores como eletrodomésticos, gráfico, aviação e agropecuário passarão a contar com novos incentivos fiscais voltados à modernização e competitividade.

Corte de incentivos

Entre as ações previstas pelo Governo do Estado está a prorrogação de incentivos para segmentos estratégicos. Indústrias móveis e fabricantes de estruturas metálicas ligadas ao setor de energia terão os benefícios fiscais estendidos até 2028. Já produtos como farinha de trigo, mandioca e pãozinho congelado também manterão os incentivos atuais por mais quatro anos. Em contrapartida, o governo promove uma revisão de incentivos considerados excessivos. As mudanças afetam o indústria do cobre e o setor de bovinos, que continuarão tendo benefícios, mas com valores reduzidos. O Estado prevê uma economia de quase R\$ 400 milhões anuais.

Outros anúncios

O Governo do Estado também vai criar um Cadastro Estadual de Pessoas em Situação de Rua. A ideia partiu da sugestão do secretário de Estado da Segurança Pública, coronel Flávio Graff, em uma das reuniões para discutir a questão. O objetivo é fazer um verdadeiro raio-X e utilizar os dados para a construção de políticas públicas com os demais poderes.

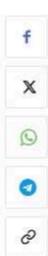
Ferrovias

Também chegará à Aleosc um projeto de lei que cria o Sistema Ferroviário do Estado, o que é uma iniciativa inédita. A proposta busca regulamentar o setor no Estado, para que fique claro o regime para a exploração desse modal, tanto para cargas como para passageiros. A intenção é também permitir concessões públicas, privadas e de imóveis que margeiam as ferrovias.

Militares

O Governo do Estado pretende criar, caso a Assembleia Legislativa aprove, o Serviço Militar Estadual Temporário (Semet). A nova lei permitirá a contratação de civis com formação para atuar na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros por um ano, podendo ser prorrogada por até oito anos.

Veja mais postagens desse autor



Governo de SC propõe isenção de ICMS sobre alimentos da cesta básica e reformulação de incentivos fiscais

Projetos também preveem mudanças no IPVA, acordos para dívidas e contratação de crédito emergencial de R\$ 2,6 bilhões

por Pedro G. da Rosa

3 de julho de 2025



Tópicos: Santa Catarina

O Governo de Santa Catarina apresentou uma série de propostas que alteram a política tributária do Estado, com impacto direto sobre alimentos essenciais, benefícios fiscais a setores estratégicos, isenção de IPVA para pessoas com deficiência (PCD) e mecanismos de transação tributária. As medidas, formalizadas em nove projetos de lei que serão encaminhados à Assembleia Legislativa (Alesc), foram anunciadas pelo governador Jorginho Mello durante reunião com deputados estaduais nesta quarta-feira (2).

Um dos principais destaques é a **isenção total de ICMS para seis itens da cesta básica**: arroz, feijão, farinha de arroz, de trigo, de milho e de mandioca. A alíquota desses produtos, atualmente em 7%, passará a ser zero. A renúncia fiscal estimada é de R\$ 130 milhões. A expectativa do governo é que a medida leve à redução imediata dos preços nas prateleiras dos supermercados.

“Estamos tirando o imposto para que esses alimentos cheguem mais baratos na mesa dos catarinenses”, afirmou Jorginho Mello. O governador destacou ainda que as mudanças foram construídas em diálogo com os setores produtivo e varejista.

Novos benefícios e revisões fiscais

Além da isenção na cesta básica, o pacote contempla incentivos a diversos setores econômicos. O setor automobilístico, por exemplo, terá a alíquota de ICMS reduzida de 17% para 12% em novas categorias de picapes e veículos elétricos. Medidas similares foram anunciadas para os setores gráfico, de eletrodomésticos, de aviação e de cultivo de macroalgas.

Alguns incentivos já existentes também serão renovados até 2028, como os que beneficiam a indústria moveleira, a produção de mandioca, a fabricação de estruturas metálicas para o setor energético e a farinha de trigo para panificação.

Em contrapartida, o governo anunciou **revisões nos incentivos à indústria do cobre, à cadeia de bovinos e às importadoras**. Os cortes somam cerca de R\$ 400 milhões em benefícios fiscais que deixarão de ser concedidos anualmente. O crédito presumido para a indústria do cobre, por exemplo, será escalonado até atingir recolhimento efetivo de 3,6% de ICMS.

Mudanças no IPVA para pessoas com deficiência

As propostas incluem alterações na legislação do IPVA com foco em justiça fiscal. A principal mudança é a fixação de um limite de R\$ 200 mil para a isenção do imposto em veículos adquiridos por pessoas com deficiência (PCDs). A medida valerá apenas para novos pedidos e segue o exemplo de outros 17 estados brasileiros que já adotam limites semelhantes.

A nova redação da lei também **inclui as pessoas com síndrome de Down entre os beneficiários da isenção**, ampliando o alcance da política de inclusão social do Estado.

Transação tributária e crédito contingente

Outra medida prevista é a **criação de uma modalidade de transação tributária**, autorizando o Estado a firmar acordos judiciais com contribuintes para recuperação de créditos inscritos em dívida ativa até 31 de dezembro de 2020. O foco está em valores de difícil recuperação, pequenos débitos e casos com controvérsia jurídica. Haverá possibilidade de **redução de multas, juros e honorários**, mas sem abatimento do valor principal.

Por fim, o pacote inclui uma proposta de **crédito contingente de R\$ 2,6 bilhões junto ao Banco do Brasil**, com uso emergencial para investimentos em áreas estratégicas como infraestrutura, habitação, segurança pública, justiça e defesa civil. Segundo o governo, o empréstimo não implica custos se não for utilizado e a tarifa de estruturação só será aplicada se os valores forem efetivamente sacados.

O secretário da Fazenda, Cleverson Siewert, afirmou que o conjunto de propostas busca manter o equilíbrio fiscal e promover a competitividade das empresas catarinenses. “Estamos garantindo estímulo para quem gera emprego e renda, mas com responsabilidade para manter as contas do Estado em dia”, concluiu.

PODCAST
Papito Talks: Como falar bem e ficar rico com Giovanni Begossi

PODCAST
Papito Talks: a trajetória e os desafios do Camboriú FC com Renato Cruz

— PUBLICIDADE —



Click Camboriú
O portal de notícias de
Balneário Camboriú

ATRAÇÕES

Passarela da Barra
Roda Gigante

ECONOMIA

Porto de Itajaí
Mercado Imobiliário

ESPORTE

Futebol
Volvo Ocean Race

OCORRÊNCIAS

Afogamentos
Homicídios
Incêndios
Tráfico de drogas
Violência doméstica

POLÍTICA

Carlos Humberto
Eleições 2022
Fabrício Oliveira
Poder legislativo

PODCASTS

Papito Talks
Extra Click

Anuncie
Apoie
Política de Privacidade
Fale Conosco

SIGA-NOS

- Facebook
- Instagram
- LinkedIn
- Telegram
- TikTok
- Twitter
- Youtube

[← Página Inicial](#)

Economia

SC propõe isenção de ICMS para cesta básica e pacote com medidas para vários setores

Projetos incluem incentivo ao setor produtivo, criação de serviço militar temporário e novo sistema ferroviário estadual



Foto: Roberto Zacarias / Secom GOVSC

02/07/2025 às 17h12m

Autor: Lucas Koerich



Siga-nos no

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), apresentou nesta quarta-feira (2) um pacote de projetos de lei que será encaminhado à Assembleia Legislativa (Alesc) ainda hoje. Entre as medidas, destaca para a isenção total de ICMS sobre seis itens da cesta básica, a criação do Sistema Ferroviário Estadual, além de mudanças na segurança pública, infraestrutura e política fiscal.

Isenção de ICMS para itens da cesta básica

A proposta de isenção do ICMS, que atualmente é de 7%, abrange arroz, feijão, farinhas de arroz, trigo, milho e mandioca. A expectativa do governo é que a redução na carga tributária ajude a diminuir os preços desses alimentos essenciais e contribua para o alívio da inflação.

Cadastro de pessoas em situação de rua

Outro projeto importante cria o Cadastro Estadual de Pessoas em Situação de Rua, ferramenta que permitirá acompanhar a evolução dessa população e aprimorar as políticas públicas voltadas a ela, com apoio de prefeituras e órgãos como o TJSC, MP-SC e TCE.

Criação do Sistema Ferroviário Estadual

Na área de infraestrutura, o governo propõe a criação do Sistema Ferroviário do Estado de Santa Catarina (SFE/SC), que prevê concessões públicas e autorizações privadas para o transporte ferroviário de cargas e passageiros, além da utilização comercial de áreas às margens das ferrovias.

Serviço Militar Temporário para PM e Bombeiros

Na segurança pública, será criado o Serviço Militar Estadual Temporário (Semet), com possibilidade de contratação por até 96 meses de profissionais com nível superior para atuação na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, via processo seletivo.

Mudanças no IPVA para pessoas com deficiência

A proposta inclui ainda mudanças no IPVA para PCDs, com a fixação de um teto de R\$ 200 mil para a isenção — modelo já adotado em outros 17 estados.

Novas medidas fiscais e incentivos setoriais

Na área fiscal, haverá redução do ICMS de 17% para 12% para novas categorias de picapes e veículos elétricos de carga. Além disso, setores como eletrodomésticos, agropecuária, aviação e gráfico terão novos incentivos, enquanto benefícios fiscais para fabricantes de móveis e estruturas metálicas serão prorrogados até 2028. Em contrapartida, segmentos como o de cobre e carne bovina devem ter incentivos revisados.

Segundo o líder do governo na Alesc, deputado **Maurício Peixer (PL)**, parte dos projetos deve ser analisada antes do recesso legislativo, que começa em **17 de julho**, enquanto outros devem seguir para o segundo semestre.

Quer receber as notícias em tempo real?

[Clique aqui para entrar no nosso grupo do WhatsApp e fique sempre bem informado.](#)

⚠️ **ATENÇÃO:** Caso não esteja conseguindo clicar no link das notícias, basta adicionar um administrador do grupo em sua lista de contatos.

Fonte: Visor Notícias

Sobre o autor:

Lucas Koerich

Lucas Pasetto Koerich é jornalista formado pela Universidade do Vale do Itajaí. Já trabalhou com marketing e está no jornalismo desde 2023. Tem familiaridade com o jornalismo esportivo. Atua no Visor Notícias desde que entrou como estagiário.

Baixar para Android

Baixar para Iphone

Notícias Relacionadas

Economia

Aeroporto de Navegantes deve receber mais de 200 mil passageiros nas férias de julho

Número representa aumento de 3% em relação a 2024, movimentação reforça papel estratégico do terminal para o turismo no Litoral Norte

Economia

Santa Catarina tem crescimento do emprego acima da média nacional em 2025

Estado registrou 73 mil novas vagas formais até maio e lidera geração de empregos no Sul com destaque para indústria e serviços

Economia

Novo programa estadual destina R\$ 100 milhões para apoiar pescadores de SC

Com ações voltadas à produção, segurança e comercialização, o Pescados SC deve beneficiar mais de 1 milhão de pessoas no estado

Economia

Balneário Camboriú e Região Costa Verde & Mar serão divulgadas na Argentina e Chile

Ação internacional promove cidade e região para agentes de turismo fora do Brasil

Economia

Porto Belo está entre as cidades com maior permanência de imigrantes

Santa Catarina registrou o maior saldo migratório do país entre os anos de 2017 e 2022, conforme os dados mais recentes do Censo Demográfico do IBGE

Mais notícias

Tempo

Frio continua intenso em Santa Catarina com geada e mínimas abaixo de zero nesta quinta

Estado segue sob influência de ar polar que derruba as temperaturas

Entretenimento

3 novenas para fazer no mês de julho e alcançar uma graça

Fortaleça a sua fé e leve seus pedidos a Deus com essas orações poderosas

Últimas Notícias

- Frio continua intenso em Santa Catarina com geada e mínimas abaixo de zero nesta quinta
- 3 novenas para fazer no mês de julho e alcançar uma graça
- 10 livros para promover a leitura terapêutica
- Veja como utilizar a madeira na decoração Feng Shui
- 7 receitas surpreendentes com couve-flor

VER MAIS



Manchete Política

SC anuncia pacote de projetos com isenção de ICMS e cadastro de pessoas em situação de rua

por Edinei Wassoaski 2 de julho de 2025



Última atualização: 2 de julho de 2025

IMAGEM: Roberto Zacarias / Secom GOVSC



Anúncio foi feito na manhã desta quarta-feira, 2

Seis itens da cesta básica tiveram alíquota do imposto estadual zerada

Uma série de medidas que vão impactar diretamente os catarinenses foi apresentada pelo governador Jorginho Mello (PL) aos deputados estaduais na manhã desta quarta-feira, 2, na Casa d’Agrônômica. Os Projetos de Lei, que foram encaminhados à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) ainda nesta quarta, abrangem as áreas fiscal e econômica, segurança, proteção e defesa civil, infraestrutura, meio ambiente e educação.

Com foco em infraestrutura, o pacote inclui ainda o Projeto de Lei que institui o Sistema Ferroviário do Estado de Santa Catarina (SFE/SC). A proposta regulamenta a exploração do transporte ferroviário de cargas e passageiros, tanto por meio de concessões públicas quanto por autorizações privadas. A meta é reduzir custos logísticos, ampliar a mobilidade, incentivar a inovação tecnológica e tornar a matriz de transporte mais eficiente e segura. O projeto também prevê a concessão de imóveis públicos adjacentes às ferrovias para uso comercial ou serviços associados, criando oportunidades para o desenvolvimento regional. “Estamos criando critérios para fazer da forma correta o sistema ferroviário para Santa Catarina. Por muitos anos isso foi prometido, mas nunca feito. O Projeto de Lei é importante para fazermos um regramento, que hoje não existe”, disse o governador.

SEGURANÇA

Na segurança, o governo propõe a criação do Cadastro Estadual de Pessoas em Situação de Rua, que pretende identificar, mapear e acompanhar essa população em todo o território catarinense. A medida marca o início de uma força-tarefa coordenada pelo próprio governador, com participação do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, Alesc e prefeituras. A ferramenta permitirá o planejamento de políticas públicas com mais precisão e transparência, promovendo a integração entre diferentes áreas. “Nós vamos atuar em apoio aos municípios, atualmente, por exemplo, não sabemos quantas pessoas vivem nessa situação e nem qual a realidade. Vamos trabalhar da melhor forma: com base em dados”, afirmou o governador.

SEMET

Outra proposta apresentada foi a criação do Serviço Militar Estadual Temporário (Semet), que visa ampliar os quadros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar por meio de contratos com duração inicial de 12 meses, prorrogáveis por até 96 meses. O ingresso será feito por processo seletivo simplificado, voltado a profissionais com formação superior e perfil compatível com as áreas estratégicas das corporações.

ECONOMIA

Na área econômica, o governo aposta em duas frentes complementares para estimular o empreendedorismo e destravar investimentos. A primeira delas é o Programa Estadual de Modernização do Ambiente de Negócios Catarinense, que propõe desburocratizar a abertura de empresas, garantir liberdade econômica e ampliar a integração digital entre empreendedores e órgãos públicos. Atividades de baixo risco terão liberação automática para funcionamento, com fiscalização mantida.

A outra é o Programa de Incentivo à Modernização e Excelência Empresarial (Primex), vinculado à Junta Comercial (Jucesc), busca acelerar o registro empresarial, promover o uso de tecnologias como inteligência artificial e análise preditiva, e fomentar a cultura da eficiência na gestão pública e privada.

Projetos de lei da área tributária também estão entre as medidas que vão impulsionar setores estratégicos e refletir diretamente em um alívio bolso dos catarinenses. O governador anunciou a isenção total do ICMS para seis itens da cesta básica — arroz, feijão e as farinhas de arroz, trigo, milho e mandioca — reduzindo a alíquota de 7% para 0%.

Além disso, os projetos ampliam incentivos para os setores automobilístico, de eletrodomésticos, aviação e agropecuária; renovam benefícios para os segmentos moveleiro e de estruturas metálicas; e revisam incentivos considerados em áreas que conseguiram ampliar sua competitividade e não necessitam mais do regime diferenciado de tributação.



Siga-nos



SOBRE O J+ MAIS QUEM SOMOS

Institucional

SEJA UM ANUNCIANTE FALE CONOSCO

TERMOS DE USO PRIVACIDADE

Desenvolvido e mantido por:



Início > Política

POLÍTICA VÍDEOS

Santa Catarina pode ter novas regras para balonismo

Por Assessoria De Comunicação 2 De Julho De 2025

45 0

Facebook WhatsApp



CLIQUE PARA ENTRAR EM NOSSO GRUPO DE WHATSAPP E RECEBER NOTÍCIAS

Nos acompanhe também pelas redes sociais FACEBOOK e INSTAGRAM

Deputado propõe lei que impõe novas regras de segurança ao balonismo no estado

O grave acidente com balão que resultou na morte de oito pessoas no último fim de semana em Praia Grande, no Sul de Santa Catarina, motivou o deputado estadual **Mauro De Nadal (MDB)** a apresentar um projeto de lei visando à regulamentação do **balonismo turístico, bem como, o balonismo esportivo e recreativo** no estado.

Veja mais:

[Acidente com balão deixa 8 mortos e 13 feridos em Praia Grande SC](#)

O projeto de lei nº 369/2025 estabelece diretrizes obrigatórias de segurança para a atividade, considerada em crescimento em solo catarinense.

A tragédia é apontada como o **acidente de balonismo mais letal do Brasil** e o **quinto mais fatal do mundo**.

"A prática do balonismo tem crescido em Santa Catarina, especialmente em regiões turísticas, e é urgente que a legislação acompanhe esse avanço com medidas preventivas. Entretanto, precisamos garantir segurança para passageiros e operadores", defendeu De Nadal.

Proposta abrange licenças, segurança e proibições em condições climáticas adversas

O projeto estipula que empresas e pilotos de balão devem estar devidamente registrados na **Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)**, operar apenas com equipamentos certificados e contar com autorização prévia do **Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)** para as áreas de voo.

Entre os principais pontos da proposta estão:

- Obrigatoriedade de **seguro para passageiros**;
- Comunicação permanente com equipes em solo;
- Inclusão de **kits de primeiros socorros e extintores de incêndio** nos voos;
- Fornecimento de informações antecipadas aos passageiros, como tipo de voo, trajetos e riscos;
- Cadastro de passageiros com contatos de emergência e eventuais restrições médicas;
- Proibição de voos em **condições meteorológicas perigosas**;
- Proibição de atuação de pilotos sob efeito de **álcool ou substâncias psicoativas**;
- Exigência de que os serviços sejam prestados por **empresa legalmente constituída ou profissional habilitado** com licença válida da ANAC;
- Aplicação de penalidades, que vão de advertência à cassação da autorização para operar no estado.

O texto ainda estabelece prazo de 90 dias, após a aprovação, para que o **Poder Executivo estadual** regule a lei, crie normas complementares e defina os órgãos responsáveis pela fiscalização.

Regulação estadual busca preencher lacunas da legislação federal

De Nadal argumenta que, embora o balonismo já seja regulamentado em nível nacional por meio dos **Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil (RBACs)**, é papel do Estado estabelecer regras complementares, especialmente nas áreas de **proteção ao consumidor, turismo e atividades econômicas locais**.

A proposta também se inspira na **Lei Estadual nº 13.621/2005**, que já trata da prática de esportes de aventura em Santa Catarina, adaptando suas diretrizes à realidade do balonismo.

"O objetivo é prevenir novos acidentes, garantir transparência nas informações prestadas aos usuários e valorizar os operadores comprometidos com a segurança e a legalidade", finalizou o parlamentar.

TAGS acidente de balão balonismo em santa catarina fiscalização do balonismo internacional regulamentação do balonismo santa catarina

Compartilhar Facebook WhatsApp

ARTIGO ANTERIOR Homem acusado de estuprar e engravidar a filha é encontrado morto na cadeia em Joinville

PRÓXIMO ARTIGO FIESC e Prefeitura de Caçador lançam Programa RECONNECTA para ampliar oportunidades a pacientes do CAPS II

Assessoria De Comunicação

NOTÍCIAS RELACIONADAS

AGRO

Prefeita de Matos Costa participa de evento em homenagem ao Dia do Apicultor

ESPORTE

Copa Integração Regional de Futsal encerra sua 3ª edição em Matos Costa

CAÇADOR

FIESC e Prefeitura de Caçador lançam Programa RECONNECTA para ampliar oportunidades a pacientes do CAPS II

DEIXE UMA RESPOSTA

Comentário:

Nome:*

E-mail:*

Site:

Salve meu nome, e-mail e site neste navegador para a próxima vez que eu comentar.

POSTAR COMENTÁRIO

GOVERNADOR JORGINHO MELLO APRESENTA PACOTE DE MEDIDAS COM FOCO EM INFRAESTRUTURA, SEGURANÇA E ECONOMIA

2 de julho de 2025

Compartilhar no Facebook

Compartilhar no Twitter

G+

Pin



Um dos destaques do pacote é o Projeto de Lei que institui o Sistema Ferroviário do Estado de Santa Catarina. (Foto: Roberto Zacarias / Secom GOVSC)

Na manhã desta quarta-feira, o governador Jorginho Mello reuniu os deputados estaduais na Casa d'Agrônoma para apresentar um conjunto de Projetos de Lei com impacto direto na vida dos catarinenses. As propostas — que abrangem áreas como infraestrutura, segurança, economia, meio ambiente, proteção social e educação — serão encaminhadas de imediato à Assembleia Legislativa (Alesc).

Um dos destaques do pacote é o Projeto de Lei que institui o Sistema Ferroviário do Estado de Santa Catarina (SFE/SC). A proposta define as regras para a operação de trens de carga e passageiros, com possibilidade de concessão de imóveis públicos adjacentes às ferrovias para uso comercial ou serviços associados, criando oportunidades para o desenvolvimento regional. A meta do governo é reduzir os custos logísticos, ampliar a mobilidade e diversificar a matriz de transporte.

“Estamos criando critérios para fazer do jeito certo. Por muitos anos foi prometido, mas agora temos uma proposta concreta”, disse o governador.

CADASTRO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Na área da assistência social e segurança pública, o governo anunciou a criação do Cadastro Estadual de Pessoas em Situação de Rua, uma plataforma digital para mapear, identificar e acompanhar essa população em todo o estado. A iniciativa integra uma força-tarefa envolvendo Judiciário, Ministério Público, Alesc e municípios. A ferramenta permitirá o planejamento de políticas públicas com mais precisão e transparência, promovendo a integração entre diferentes áreas.

“Hoje, não sabemos quantas pessoas vivem nessas condições em Santa Catarina. Vamos trabalhar com base em dados”, afirmou Jorginho.

Outra medida de impacto é o projeto que cria o Serviço Militar Estadual Temporário (Semet), permitindo o ingresso temporário de profissionais nas fileiras da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Os contratos terão duração inicial de 12 meses e poderão ser prorrogados por até 8 anos. A seleção será feita por processo simplificado, voltado a quem possui formação superior e perfil técnico.

ECONOMIA MODERNIZADA

Na área econômica, o governo aposta em duas frentes complementares para estimular o empreendedorismo e destravar investimentos. A primeira delas é o Programa Estadual de Modernização do Ambiente de Negócios Catarinense, que propõe desburocratizar a abertura de empresas, garantir liberdade econômica e ampliar a integração digital entre empreendedores e órgãos públicos. Atividades de baixo risco terão liberação automática para funcionamento, com fiscalização mantida.

A outra é o Programa de Incentivo à Modernização e Excelência Empresarial (Primex), vinculado à Junta Comercial (Jucesc), busca acelerar o registro empresarial, promover o uso de tecnologias como inteligência artificial e análise preditiva, e fomentar a cultura da eficiência na gestão pública e privada.

Projetos de lei da área tributária também estão entre as medidas que vão impulsionar setores estratégicos e refletir diretamente em um alívio bolso dos catarinenses. O governador anunciou a isenção total do ICMS para seis itens da cesta básica — arroz, feijão e as farinhas de arroz, trigo, milho e mandioca — reduzindo a alíquota de 7% para 0%. Além disso, os projetos ampliam incentivos para os setores automobilístico, de eletrodomésticos, aviação e agropecuária; renovam benefícios para os segmentos moveleiro e de estruturas metálicas; e revisam incentivos considerados em áreas que conseguiram ampliar sua competitividade e não necessitam mais do regime diferenciado de tributação.

PERFIL



Sou comentarista político com 35 anos de experiência, natural de Florianópolis e tenho na verdade a minha maior característica. Aqui o recado é sempre direto, sem rodeios, doa a quem doer.

Contato: bosslevanio@gmail.com

REDES SOCIAIS



Pleito da OAB/SC, oito novas varas federais são confirmadas para SC



| Foto: Reprodução/CNJ



Por: **Pedro Leal**

02/07/2025 - 14:07 - Atualizada em: 02/07/2025 - 14:28

A OAB/SC conquistou oito novas varas da Justiça Federal para Santa Catarina, um pleito resultado de um trabalho técnico e articulado da Seccional junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF) e ao Parlamento em Brasília. O Projeto de Lei nº 1/2025, que autoriza a criação das novas unidades, foi aprovado na noite desta terça-feira (1º/7/2025) pelo plenário do Senado, depois de já contar com o aval da Câmara, e agora segue para sanção presidencial.

[Governo de SC apresenta aos deputados projetos que serão enviados para a Alesc](#)

Foram criadas quatro varas para a Central Unificada de Execução Fiscal, duas varas para a Central Unificada de Saúde e duas varas para a Central Unificada de Benefícios Previdenciários, e todas deverão ser instaladas no interior do Estado, conforme pleito da OAB/SC. A lotação das novas unidades ainda será definida pelo TRF4, com participação da Seccional: na próxima semana, o presidente da OAB/SC, Juliano Mandelli, tratará disso com o presidente do Tribunal, João Batista Pinto Silveira.

[Audiência Pública na Alesc vai debater regulamentação do uso de cannabis medicinal](#)

“É uma conquista histórica para a população do Estado e a advocacia catarinense. A aprovação no Senado consolida a atuação da OAB/SC e o seu comprometimento com a ampliação da estrutura judiciária federal no nosso Estado, em defesa de uma Justiça mais eficiente para quem advoga e para quem busca seus direitos”, afirma Mandelli, que nos últimos meses teve diversas tratativas com o TRF4 e também mobilizou a bancada catarinense e a Associação dos Juízes Federais de Santa Catarina para apoio à ampliação.

O projeto de lei teve parecer favorável do senador Esperidião Amin (PP-SC) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e atende a uma antiga reivindicação da advocacia e da sociedade catarinense, ancorada em dados técnicos: mesmo com menor número de unidades, o Estado registra volume anual de distribuição de processos federais 14,51% maior que o do Rio Grande do Sul e 15,31% acima do Paraná, déficit que levou a instituição a pleitear a ampliação.

A votação no Senado, na terça-feira, foi acompanhada de perto pelo secretário da Comissão Especial de Acompanhamento Legislativo e conselheiro estadual da OAB/SC, Rafael Piva Neves. “A decisão do Senado reconhece o esforço conjunto da advocacia catarinense por uma Justiça Federal mais acessível e estruturada”, destaca o conselheiro. “Essa aprovação mostra o quanto Santa Catarina está unida na defesa de um judiciário federal mais presente e eficiente e impacta diretamente a vida da população e o dia a dia da advocacia”, afirma o diretor de Relacionamento com a Justiça Federal da OAB/SC, Jorge Mazera.



Pedro Leal

Analista de mercado e mestre em jornalismo (universidades de Swansea, País de Gales, e Aarhus, Dinamarca).

BALNEÁRIO CAMBORIÚ, CIDADES, DESTAQUE, DESTAQUE 1, POLÍTICA

“Eu serei candidato”, diz Fabricio Oliveira sobre disputa para deputado estadual em 2026

02/07/2025 · CAMILI GUCKERT



FOTO: CAMILI GUCKERT/RÁDIO MENINA



O atual secretário de Estado de Planejamento de Santa Catarina e ex-prefeito de Balneário Camboriú, Fabricio Oliveira, anunciou nesta quarta-feira, 2, no programa Bote a Boca no Trombone, que será candidato a deputado estadual nas eleições de 2026.

- [Compartilhe esta notícia no Whatsapp](#)

De acordo com o secretário, neste momento o foco é auxiliar o governo de Jorginho Mello, mas, após isso, seu nome estará à disposição para disputar uma vaga na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc).

“Obviamente que eu venho para o Governo do Estado com uma função, a primeira delas é ajudar o governador Jorginho Mello, eu gosto de fazer isso e de estar junto na gestão pública, na política de Santa Catarina, e o outro momento também é poder colocar o meu nome à disposição no ano que vem, então eu serei candidato”, afirmou.

Leia também: [Bolsonaro cancela agenda e não vem à Balneário Camboriú, ex-presidente ficará o mês de julho em repouso](#)

Oliveira também comentou que, no caso de uma candidatura ao Senado Federal, a disputa seria mais acirrada, independentemente do cenário, e por isso decidiu disputar uma vaga na Alesc representando Balneário Camboriú.

Quanto aos rumores envolvendo a família Bolsonaro em Santa Catarina, o ex-prefeito confirmou que o atual vereador Jair Renan (PL) deverá concorrer a deputado federal. “O vereador deverá sair a Federal, pelo menos é isso que ele tem colocado, que vai ser candidato a federal”.

[CLIQUE AQUI E ENTRE NO GRUPO RÁDIO MENINA BC DO WHATSAPP](#)

Sobre a possibilidade de Carlos Bolsonaro (PL) se candidatar ao Senado por Santa Catarina, Fabricio Oliveira comentou que o tema tem ganhado repercussão nas redes sociais, mas ainda não foi tratado oficialmente pelo presidente do Partido Liberal. “Eu acredito que todas essas sondagens, tudo isso, seja um momento até positivo para que você possa fazer um alinhamento do cenário catarinense”.



Alesc: Comissão de Prevenção e Combate às Drogas debate situação das comunidade terapêuticas

Redação SCemPauta

Notícia

2 de julho de 2025 12:12

Tags: Agenda Alesc, Comissão da Alesc, Comunidades terapêuticas, Prevenção e combate às drogas, Segurança Pública SC, SES



Comissão recebeu representantes das secretarias de Estado da Saúde e da Segurança Pública, além das comunidades terapêuticas (Agência AL)

O aumento da demanda para atendimento de dependentes químicos nas comunidades terapêuticas foi o principal tema da reunião da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, realizada na tarde desta terça-feira (1º), na Assembleia Legislativa.

Foram convidados representantes da Secretaria de Estado da Saúde (SES), da Segurança Pública e das comunidades para debater o tema. Entre as principais questões apontadas estava o possível aumento no número de usuários de drogas e o financiamento para entidades que acolhem pessoas em situação de risco.

O presidente da comissão, deputado Jair Miotto (União), destacou que a busca por soluções para o atendimento às pessoas que sofrem com dependência de drogas deve ser tratada como o "grande desafio pós-moderno".

Orçamento de R\$ 15 milhões

O orçamento estadual para repasse às comunidades terapêuticas chega a R\$ 15 milhões, segundo informou o secretário de Estado da Saúde, Diogo Demarchi Silva. Ele ressaltou que o Governo Federal não tem realizado repasses e que toda a responsabilidade é do governo estadual.

Sinval Santos da Silveira Júnior, secretário adjunto de Segurança Pública, explanou sobre as ações realizadas pela pasta no combate e prevenção ao uso das drogas.

O presidente da Federação das Comunidades Terapêuticas de Santa Catarina (Fecotesc), Vânio de Oliveira, citou que atualmente existem 107 entidades regularizadas no estado e mais de 90 em processo de regularização. Ele defendeu um maior investimento diante do crescimento no número de usuários de drogas e pessoas em situação de rua.

Para o deputado Sargento Lima (PL), o financiamento das comunidades terapêuticas não seria o "caminho" a seguir. Ele citou a chegada de 370 mil migrantes ao estado e destacou que o problema do uso de drogas persiste e deve ser combatido.

O deputado José Milton Scheffer (PP) defendeu o financiamento às comunidades e a atuação dos parlamentares para que o Governo Federal volte a auxiliar nos custos das organizações.

Os integrantes da comissão deliberaram sobre a produção de um documento a ser entregue ao governo do Estado para ampliação do debate sobre o tema.

Projeto

Ainda na reunião, foi retirado de pauta o PL 0085/2022, de autoria do deputado Ivan Naatz (PL), que dispõe sobre o Programa Estadual Saúde Sem Drogas. O pedido partiu do deputado Fabiano da Luz (PT) para que outros três projetos sejam pensados ao original.

[Veja mais postagens desse autor](#)